

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	13
3.4 - Política de destinação dos resultados	14
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	17
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	18
3.7 - Nível de endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras informações relevantes	21

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	22
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	40
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	46
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	51
4.5 - Processos sigilosos relevantes	53
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	54
4.7 - Outras contingências relevantes	56

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	57
------------------------------------------------------------------------------------------	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	58
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	62
5.3 - Descrição dos controles internos	64
5.4 - Programa de Integridade	66
5.5 - Alterações significativas	69
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	70

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	71
6.3 - Breve histórico	72
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	74
6.6 - Outras informações relevantes	75

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	76
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	85
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	86
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	88
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	99
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	100
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	102
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	103
7.8 - Políticas socioambientais	104
7.9 - Outras informações relevantes	105

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	106
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	107

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	108
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	109
-----------------------------------------------	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	110
--------------------------------------------------------	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	111
-----------------------------------------------------------------------------	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	112
----------------------------------------------------------------------------	-----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	117
-------------------------------------------------------------------------------------	-----

9.2 - Outras informações relevantes	118
-------------------------------------	-----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	140
----------------------------------------------------	-----

10.2 - Resultado operacional e financeiro	167
-------------------------------------------	-----

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	171
---------------------------------------------------------------------------------------------	-----

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	172
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

10.5 - Políticas contábeis críticas	174
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	178
------------------------------------------------------------------------	-----

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	180
-------------------------------------------------------------------------------	-----

10.8 - Plano de Negócios	181
--------------------------	-----

10.9 - Outros fatores com influência relevante	183
------------------------------------------------	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	184
-----------------------------------------	-----

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	185
-------------------------------------------------------------	-----

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	186
----------------------------------------------	-----

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	194
---------------------------------------------------------------------	-----

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	199
----------------------------------------------------------------------------	-----

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	201
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	202
--------------------------------------------------------------------------------------	-----

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	208
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	210
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	211
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	212
12.12 - Outras informações relevantes	213

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	217
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	221
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	225
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	229
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	240
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	244
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	246
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	248
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	250
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	251
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	252
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	253
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	254
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	255
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	256
13.16 - Outras informações relevantes	257

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	258
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	262
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	263
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	265
14.5 - Outras informações relevantes	268
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	269
15.3 - Distribuição de capital	276
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	277
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	278
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	279
15.7 - Principais operações societárias	280
15.8 - Outras informações relevantes	290
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	291
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	292
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	294
16.4 - Outras informações relevantes	296
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	297
17.2 - Aumentos do capital social	298
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	302
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	303
17.5 - Outras informações relevantes	304
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	305

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	306
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	308
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	309
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	310
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	317
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	318
18.8 - Títulos emitidos no exterior	319
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	320
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	321
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	322
18.12 - Outras informações relevantes	323

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	324
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	325
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	326

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	327
20.2 - Outras informações relevantes	328

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	329
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	330
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	334
21.4 - Outras informações relevantes	335

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Iuri de Araújo Miranda

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Clayton de Souza Malheiros

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Iuri de Araújo Miranda

Cargo do responsável

Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Iuri de Araújo Miranda

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Clayton de Souza Malheiros

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Clayton de Souza Malheiros

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Período de prestação de serviço	01/01/2012		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, bem como revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB, referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, incluindo os dados correspondentes aos mesmos períodos do ano de 2016; (ii) serviços de due diligence; (iii) serviços de consultoria tributária; e (iv) procedimentos previamente acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia em 2017.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O seguinte valor foi pago aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017: (i) R\$2.134,1 mil pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) R\$285 mil referente a serviços de due diligence; (iii) R\$61,8 mil referente a serviços de consultoria tributária; e (iv) R\$1.282,8 mil referente aos procedimentos em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcos Alexandre S Pupo	01/01/2012	197.375.598-00	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 7º andar, Torre Norte, São Paulo, SP, Brasil, Telefone (11) 25733048, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	1.617.194.000,00	540.320.000,00	438.435.000,00
Ativo Total	2.415.555.000,00	1.428.462.000,00	1.196.555.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.783.838.000,00	1.393.284.000,00	949.679.000,00
Resultado Bruto	1.095.967.000,00	866.982.000,00	611.264.000,00
Resultado Líquido	3.819.000,00	-93.456.000,00	-36.757.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	158.476.527	125.650.600	1.131.883
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,204628	4,300178	387,350000
Resultado Básico por Ação	0,000020	-0,000700	-0,000300

(a) valor das medições não contábeis

Seguem abaixo as definições das medições não contábeis utilizadas pela Companhia:

EBITDA e Margem EBITDA

O “EBITDA” (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“**Instrução CVM 527**”), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do período e/ou do exercício, acrescido do resultado financeiro, líquido, pelo imposto de renda e contribuição social, pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

A “Margem EBITDA” consiste no resultado da divisão do EBITDA supracitado pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O “EBITDA Ajustado” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que corresponde ao EBITDA ajustado por despesas pré-operacionais, despesas com aquisições e incorporações e outras despesas, que na visão da Administração da Companhia não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia. Os ajustes à operação da companhia são classificados conforme abaixo:

Despesas pré-operacionais: todas as despesas necessárias e incorridas antes da abertura de restaurante, entre elas: Salários de funcionários em treinamento e serviços de recrutamento.

Despesas com aquisição e incorporação: (i) valor referente a assessoria legal, contábil e financeira incorridos com terceiros para processos de aquisição de empresas (franqueados); e (ii) inclui, também, despesas de reestruturação de adquiridas.

Outras despesas: (i) baixas de ativo imobilizado (sinistro, obsolescência, resultado da venda de ativo e provisão para *impairment*); e (ii) custos com plano de opção de compra de ações (*stock option*).

A “Margem EBITDA Ajustada” corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Endividamento Total e Endividamento Líquido

Nosso “Endividamento Total” corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante. Nosso “Endividamento Líquido” é calculado pelo Endividamento Total deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no nosso ativo não circulante.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustada, o Endividamento Total e o Endividamento Líquido não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho

3.2 - Medições não contábeis

operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
(em milhares de R\$, exceto %)			
EBITDA	185.005	118.216	69.980
Margem EBITDA	10,4%	8,5%	7,4%
EBITDA Ajustado	210.693	133.857	86.170
Margem EBITDA Ajustada	11,8%	9,1%	9,2%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas

EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do prejuízo para o EBITDA e EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais:

(em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro (Prejuízo) do exercício	3.819	(93.456)	(36.757)
(+) Resultado financeiro líquido	56.264	100.539	20.147
(+) Depreciação e amortização	119.697	103.396	75.602
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	5.225	7.737	10.988
EBITDA	185.005	118.216	69.980
Receita operacional líquida	1.783.838	1.393.284	949.679
Margem EBITDA	10,4%	8,5%	7,4%
(+) Despesas pré-operacionais	6.138	6.255	9.707
(+) Despesas com aquisição e incorporação	2.098	2.764	3.384
(+) Outras despesas ⁽¹⁾	17.452	6.622	3.099
EBITDA Ajustado	210.693	133.857	86.170
Receita operacional líquida	1.783.838	1.393.284	949.679
Margem EBITDA Ajustada	11,8%	9,6%	9,1%

⁽¹⁾ Para o cálculo do EBITDA Ajustado, são desconsideradas outras despesas, cujo saldo é composto da seguinte forma:

3.2 - Medições não contábeis

(em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Baixa ativos imobilizado e intangível	17.912	5.022	320
Resultado com sinistros	(309)	247	(329)
Provisão para <i>Impairment</i>	(4.627)	1.049	3.108
Resultado da venda de ativo	(1.042)	-	-
Custo com plano de ações	5.518	304	-
Outras despesas	17.452	6.622	3.099

Endividamento Total e Endividamento Líquido

A tabela abaixo apresenta o nosso Endividamento Total e o nosso Endividamento Líquido nas datas abaixo indicadas:

Em milhares de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - circulante	209.987	607.973	198.868
Empréstimos e financiamentos - não circulante	275.720	-	306.945
Endividamento Total	485.707	607.973	505.813
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(102.345)	(256.920)	(164.801)
(-) Títulos e valores mobiliários - circulante	(1.073.900)	(63.495)	(57.432)
(-) Títulos e valores mobiliários vinculado - circulante	(2.484)	(1.846)	-
(-) Títulos e valores mobiliários – não circulante	(13.285)	(10.415)	(5.623)
(-) Instrumentos financeiros - Swap (ativo circulante)	-	-	(13.893)
Endividamento Líquido	(706.307)	275.297	264.064

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são utilizados pela administração como métricas adicionais de desempenho da Companhia e também como base de comparação com outras empresas do mesmo setor, apesar de poderem haver diferenças nas metodologias de cálculo.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, o resultado financeiro, líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e despesas com depreciação e a amortização, e o EBITDA Ajustado não considerar despesas pré-operacionais de aberturas de restaurantes, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada funcionam como indicadores do

3.2 - Medições não contábeis

desempenho econômico geral da Companhia, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária sobre o lucro, alterações nos níveis de depreciação e amortização ou as nossas despesas pré-operacionais com aberturas de restaurantes, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas.

Seguem os principais motivos de desconsiderarmos as despesas a seguir:

Despesas pré-operacionais: como são despesas exclusivamente relacionadas com a abertura de restaurantes, entendemos que seus efeitos ocorrerão somente nos anos que houverem aberturas de restaurantes, sendo que as lojas abertas em anos anteriores geraram caixa livre destes custos iniciais.

Despesas com aquisição e incorporação: como são despesas exclusivamente associadas a aquisições e incorporações, entendemos que seus efeitos deixarão de existir no momento em que não houver mais aquisições, portanto consideramos como um evento específico com impacto pontual no resultado da Companhia.

Outras despesas: como são efeitos decorrentes de baixa de ativo imobilizado e intangível, resultado com sinistros e provisão para *impairment* e custos com plano de compra de ações que não fazem parte da atividade principal da Companhia, que não afetam a nossa geração de caixa e/ou considerados itens não usuais, desta forma, entendemos que seus efeitos devem ser expurgados para fornecer informação adicional aos investidores.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada permitem uma melhor compreensão do seu desempenho.

Endividamento Total e Endividamento Líquido

Acreditamos que devido ao atual momento de expansão da Companhia, existe a necessidade de captação de recursos externos para financiamento. Portanto, o “Endividamento Total” e o “Endividamento Líquido” auxiliam a compreensão da atual capacidade da Companhia em assumir novas dívidas e a honrar os compromissos existentes.

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas (*covenants*).

Os critérios dos *covenants* conforme critérios e determinações estabelecidos nos contratos estão demonstrados a seguir:

3.2 - Medições não contábeis

Em milhares de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Receitas de vendas líquidas	1.783.838	1.393.294	949.679
Custos das mercadorias e produtos vendidos e despesas com lojas ⁽¹⁾	(1.506.745)	(1.202.004)	(821.159)
EBITDA operacional	277.093	191.280	128.520
Margem EBITDA operacional	15,5%	13,7%	13,53%
Despesas gerais administrativas	(71.918)	(57.727)	60.818
EBITDA ajustado (covenants)	205.175	133.553	339.065
Empréstimos e financiamentos (dívida)	485.707	607.973	(3.422)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.192.014)	(332.676)	(305.382)
Dívida líquida	(706.307)	275.297	30.261
Resultado financeiro, líquido	(56.264)	(100.539)	(20.148)
Dívida líquida sobre EBITDA ajustado (covenants)	(3,4)	2,1	0,5
EBITDA ajustado (covenants) sobre resultado financeiro	3,6	1,3	3,0

(¹) Para o cálculo do EBITDA ajustado (covenants) são desconsideradas as despesas com depreciação e amortização, resultado com abaxas do imobilizado, resultado com sinistros, despesas pré-operacionais e despesas com aquisição e incorporação, conforme critério determinado pela Companhia.

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017***Contrato de Compra e Venda de Aquisição***

Em 2 de abril de 2018 a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da totalidade das ações de emissão das franqueadas King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., que possuem no total 51 restaurantes e 20 quiosques de sobremesa do sistema BURGER KING®.

O preço de aquisição foi de aproximadamente R\$393,1 milhões, sujeito a ajustes a depender da confirmação dos valores de dívida líquida, capital de giro e EBITDA das franqueadas, o que ocorrerá até 1º de junho de 2018.

	2017	2016	2015
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$3,8 milhões, cuja destinação foi integralmente para abatimento dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou prejuízo no valor total de R\$93,5 milhões.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo no valor total de R\$36,8 milhões.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a totalidade das retenções em relação ao lucro total declarado foram destinadas para abatimento dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores.	Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou prejuízo.	Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro do exercício social, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação.	Em 31 de dezembro de 2016, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro do exercício social, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação.	Em 31 de dezembro de 2015, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro do exercício social, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31 de dezembro de 2016, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31 de dezembro de 2015, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, as escrituras de debêntures emitidas pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso esteja em mora com as obrigações assumidas nas respectivas escrituras. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, as escrituras de debêntures emitidas pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso esteja em mora com as obrigações assumidas nas respectivas escrituras. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. No entanto, as escrituras de debêntures emitidas pela Companhia estabelecem restrições contratuais pelas quais o pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer tipo de participação de resultados acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, não é permitido caso esteja em mora com as obrigações assumidas nas respectivas escrituras. Para mais informações sobre as restrições, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não distribuiu dividendos ou juros sobre o capital próprio e não realizou qualquer retenção de lucro líquido nos últimos três exercícios sociais.

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	798.361.000,00	Índice de Endividamento	0,49367052	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		105.701.293,00	68.679.518,00	9.048.544,00	0,00	183.429.355,00
Financiamento	Quirografárias		104.285.707,00	197.991.938,00	0,00	0,00	302.277.645,00
Total			209.987.000,00	266.671.456,00	9.048.544,00	0,00	485.707.000,00
Observação As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para segregação de nossas obrigações (empréstimos e financiamentos) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias), levamos em consideração o seguinte critério: (i) foram consideradas dívidas com garantia real: todas as dívidas garantidas por nossos ativos fixos, tais como equipamento, imóveis, cessões e alienações fiduciárias de bens e/ou direitos, etc.; e (ii) foram consideradas dívidas quirografárias: todas as nossas dívidas que não estejam garantidas de nenhuma forma							

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, bem como os valores mobiliários representativos de dívida em circulação por ela emitidos, que possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas em aberto da dívida em caso de vencimento antecipado ou descumprimento de determinadas obrigações de outros contratos financeiros, seja com a mesma contraparte ou com outros bancos e instituições financeiras (*cross default*). Para mais informações a respeito de referidos contratos, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia pode não conseguir inaugurar e operar novos restaurantes próprios ou ampliar sua rede de restaurantes franqueados com sucesso.

Um dos pilares da estratégia de crescimento da Companhia é o crescimento por meio: (i) da inauguração e operação de novos restaurantes próprios diretamente administrados por ela; e (ii) da ampliação de sua rede de restaurantes franqueados administrados por terceiros. A Companhia pode não conseguir implementar essa estratégia de crescimento com sucesso em razão de inúmeros fatores, tais como:

- A expansão de seus competidores, o aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas e o surgimento de novos concorrentes nos mercados em que atua;
- Dificuldade para encontrar locais adequados para a abertura de novos restaurantes próprios;
- A abertura de novos restaurantes próprios ou franqueados poderá não ser concluída ao custo e no momento em que considera apropriado;
- Dificuldades em contratar, treinar e transmitir a sua cultura a franqueados qualificados para atender adequadamente os seus clientes; e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Dificuldades em obter financiamento para dar suporte às suas despesas de capital e ao seu capital de giro.

A ocorrência de fatores que estão fora do controle da Companhia, tais como os mencionados acima, alterações nas condições macroeconômicas do País e das regiões em que opera, incluindo problemas políticos e econômico-financeiros, elevação das taxas de juros e inflação, além de alterações na demanda e na preferência dos seus clientes ou indisponibilidade de locais para a abertura de novos restaurantes, dentre outros, pode impactar negativamente os resultados futuros e a condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, o plano de expansão da Companhia pode ser atrasado ou abandonado, pode custar mais caro do que planeja e pode consumir recursos financeiros além do projetado, e seu volume e margem médios de vendas nos novos restaurantes próprios e restaurantes franqueados poderão diferir significativamente de suas médias atuais. Consequentemente, a Companhia poderá experimentar significativa queda de volume e das margens de suas vendas a partir da abertura de novos restaurantes, quando comparados à média de volume e de suas margens atuais, o que poderia significar diminuição da taxa de retorno de investimentos e de seus resultados financeiros.

Se a Companhia não tiver sucesso na abertura de novos restaurantes próprios e na expansão de sua rede de restaurantes franqueados, seus negócios, seu crescimento e presença geográfica poderão ser adversamente impactados.

A Companhia poderá perder o direito de desenvolver restaurantes com a marca BURGER KING® no Brasil (“Master Franqueada”).

A Companhia tem o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes com a marca BURGER KING® no Brasil. Esse direito foi obtido mediante contrato de “*Master Franchise and Development Agreement*” (“**MFDA**”) firmado com a Burger King Corporation em 13 de julho de 2011. Os direitos de desenvolvimento possuem duração até julho de 2031 e podem ser renovados por mais 20 anos, mediante concordância de ambas as partes. O MFDA prevê metas anuais de abertura de restaurantes, bem como *covenants* de diversas naturezas, inclusive financeira, cujo descumprimento confere à Burger King Corporation o direito de rescisão contratual. Além disso, o MFDA prevê que o descumprimento de obrigações constantes de outros instrumentos celebrados com a Burger King Corporation poderá ensejar a rescisão do contrato em questão.

Caso o MFDA deixe de vigorar, seja por rescisão ou expiração de seu prazo, a Companhia perderá o seu direito de ser a Master Franqueada exclusiva no Brasil, com direitos exclusivos de abertura de restaurantes com operação própria e estabelecimento de sub-franqueados. Neste caso, terá que solicitar a aprovação da Burger King Corporation para desenvolver novos restaurantes, podendo tornar o processo de abertura de restaurantes mais lento e, consequentemente, limitando o crescimento da Companhia.

A Companhia e a Burger King Corporation celebraram também, em 13 de julho de 2011, o “*Master Franchise Services Agreement*” (“**MFSA**”), por meio do qual a Companhia foi nomeada prestadora de serviços exclusiva da marca BURGER KING® no Brasil, devendo prestar serviços de marketing, treinamento, monitoramento, auditoria, entre outros, para restaurantes franqueados no Brasil. O MFSA, que tem validade até julho de 2031, definiu a Companhia como prestadora exclusiva de tais serviços no Brasil. O MFSA prevê diversas obrigações à Companhia, cujo descumprimento confere à Burger King Corporation o direito de rescisão contratual. Além disso, o MFSA prevê que o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

descumprimento de obrigações constantes de outros instrumentos celebrados com a Burger King Corporation poderá ensejar a rescisão do contrato em questão.

Caso o MFSA deixe de vigorar, seja por rescisão ou expiração de seu prazo, todos os direitos outorgados à Companhia, na qualidade de prestadora de serviços exclusiva da Burger King Corporation no Brasil, serão terminados, sendo que a Burger King Corporation assumirá a posição da Companhia nos contratos de sub-franquia celebrados com os sub-franqueados. Com o término do MFSA todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de prestador de serviços exclusivo da *Burger King Corporation* serão rescindidos. A *Burger King Corporation* irá assumir a posição da BKB nos contratos de sub-franquia celebrados com os sub-franqueados. Ademais, cumpre mencionar que, em razão de obrigações de confidencialidade, a Companhia está impedida de divulgar metas anuais de abertura de restaurantes e demais *covenants* constantes dos referidos contratos.

Os resultados da Companhia podem ser impactados caso a Burger King Corporation falhe em proteger seus direitos de propriedade intelectual.

As marcas e submarcas que compõem o sistema BURGER KING® no Brasil estão registradas ou em processo de registro perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”) em nome da Burger King Corporation e são licenciadas à Companhia. Demais direitos de propriedade intelectual também são detidos pela Burger King Corporation podendo também estar licenciados à Companhia. Não podemos garantir que tais marcas e/ou direitos continuarão a ter a devida proteção legal e registros aplicáveis à manutenção da propriedade ou posse pela Burger King Corporation. Também não podemos garantir que tais marcas e/ou direitos não serão violados ou contestados por terceiros na esfera administrativa ou na esfera judicial.

Qualquer falha da Burger King Corporation em proteger suas marcas, nomes de domínio e demais direitos de propriedade intelectual sobre o sistema BURGER KING® pode prejudicar os nossos negócios ou reputação, ainda que em decorrência de ato ou fato ocorrido no exterior.

Parte dos imóveis que ocupamos está em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros. Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

Nós dependemos de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento, incluindo licenças sanitárias. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros ainda estão em processo de obtenção ou renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Podemos não ser capazes de obter todos alvarás, licenças e autorizações necessários ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de restaurantes da Companhia e até, conforme o caso, na interdição e no fechamento dos atuais restaurantes, bem como na aplicação de multas. Nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novos restaurantes e/ou a interdição ou o fechamento dos atuais restaurantes em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O crescimento da Companhia depende significativamente da eficiência de sua estratégia de marketing, do valor das marcas do sistema BURGER KING®, e da sua reputação.

Para continuarmos o nosso crescimento e sermos bem-sucedidos em nosso setor, dependemos da proteção, divulgação e aumento do valor das marcas e submarcas do sistema BURGER KING®. Eventuais incidentes relacionados à Companhia podem reduzir a confiança dos nossos clientes e diminuir de forma significativa o valor de nossas marcas.

Se os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos alimentos, do serviço, da higiene, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, o valor das marcas e submarcas do sistema BURGER KING® poderá ser impactado, o que poderá nos afetar de forma negativa.

Além disso, o reconhecimento pelo mercado é essencial para o crescimento contínuo das marcas do sistema BURGER KING® e nosso sucesso financeiro. Se nossa estratégia de marketing não for eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda do que nós, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem reduzir a frequência com que visitam ou mesmo não retornar aos nossos restaurantes, afetando nossos resultados operacionais de forma negativa.

Podemos não conseguir executar a nossa estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento do nosso estoque, bem como ser vítimas de roubos e furtos, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.

O nosso negócio depende da nossa capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos. Podemos comprar produtos em grandes quantidades que, talvez, não consigamos vender de forma eficiente e rentável. Além disso, podemos criar um estoque excessivo de produtos com baixa aceitação. Não podemos garantir que continuaremos a identificar adequadamente a demanda de nossos clientes e nos aproveitar de oportunidades de compra, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Além disso, produtos com um estoque excessivo em nossos restaurantes podem ficar obsoletos ou ter o seu prazo de validade expirado. Também estamos sujeitos a roubos e furtos de dinheiro em espécie e de mercadorias em nossos restaurantes. Nossos investimentos em sistemas de segurança podem não ser suficientes para evitar tais roubos ou furtos de mercadorias. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados financeiros.

Aumentos nos preços de commodities alimentícias ou outros custos operacionais podem prejudicar nossos resultados operacionais.

Nossos resultados operacionais dependem significativamente da nossa habilidade de antecipar e reagir a mudanças de preços, bem como da disponibilidade de alimentos, ingredientes, força de trabalho, assistência à saúde, *utilities* e outros custos relacionados sobre os quais podemos ter pouco controle. Dentre outras commodities, nós dependemos de carne, frango, frutas, vegetais frescos, laticínios e produtos líquidos e o custo dessas commodities depende de diversos fatores, como oferta e demanda global, condições climáticas, flutuações nos custos da energia e incentivos fiscais, nos tornando suscetíveis a significativas flutuações de preço e câmbio. Devido à natureza

4.1 - Descrição dos fatores de risco

competitiva em nosso setor, podemos não conseguir repassar os aumentos nos custos operacionais para nossos clientes, o que pode gerar um efeito negativo para a Companhia.

Nós somos afetados também por flutuações, seja por resultado de inflação ou por outras razões, no preço de *utilities* dos quais os restaurantes dependem de fornecimento, tais como eletricidade e gás natural. Além disso, interrupções no fornecimento de gás natural, eletricidade, água e outras *utilities*, seja devido a infraestrutura ultrapassada, condições climáticas, incêndios ou outras razões fora de nosso controle, poderão afetar adversamente as nossas operações. A nossa falta de habilidade para antecipar e responder efetivamente a uma mudança adversa em qualquer desses fatores poderá causar um efeito adverso relevante em nossas vendas e nos resultados de nossas operações.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais. Os resultados de tais processos podem não ser favoráveis à Companhia ou, ainda, os riscos inerentes a tais processos podem não ter sido adequadamente provisionados. Além disso, as garantias eventualmente apresentadas em juízo podem não ser suficientes para pagamento de eventual condenação das ações em andamento, uma vez que os valores envolvidos nas demandas não estão liquidados em razão do momento processual que se encontram.

Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso para nós.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação poderão impactar adversamente nossas operações.

Nossas operações também dependem de nossos sistemas de tecnologia da informação, que são importantes ferramentas de administração de nossos recursos. Nossos sistemas podem ser afetados por falta de atualização ou manutenção adequada da nossa parte ou em decorrência de outros fatores, tais como falhas nos sistemas, softwares ou serviços de terceiros contratados pela Companhia, ou atos intencionais (incluindo *hackers*) que podem interromper ou mesmo paralisar as atividades da Companhia.

Indisponibilidade, interrupção ou deterioração de desempenho de nossos sistemas por tempo relevante poderá prejudicar nossa capacidade de processar operações e, eventualmente, prejudicar nossos controles operacionais e financeiros.

O crescimento de nossas receitas e resultados depende de nossa eficiência na alocação de capital, aquisições, outorga ou renovação de concessões, autorização e/ou renovação de contratos de locação, abertura de novos restaurantes, bem como na magnitude, momento ou forma de investimento.

O crescimento futuro de nossas receitas dependerá, em uma significativa medida, de nossa capacidade de alocar capital de forma eficiente, visando a identificação de possíveis aquisições, a disponibilidade de locais de alta qualidade que atendam os nossos critérios para novos restaurantes, a outorga ou renovação de concessões, autorizações e/ou renovação de contratos de locação. A expansão das marcas do sistema BURGER KING® e de nossos restaurantes pode estar sujeita a atrasos inesperados devido a condições de mercado, ao ambiente regulatório, à natureza altamente particularizada de nossos conceitos de restaurantes e aos complexos processos de projeto e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

construção para cada novo local. As negociações de aluguéis e cronogramas de desenvolvimento variam conforme o local.

O número e a oportunidade de abertura de novos restaurantes, bem como a sua contribuição para os nossos resultados dependem de diversos fatores, inclusive, dentre outros:

- A identificação e a disponibilidade de locais adequados e condições aceitáveis de locação;
- A disponibilidade de financiamento apropriado para nós;
- O momento da disponibilização das instalações alugadas para nós por nossos locadores de modo a iniciar as atividades de construção;
- Alterações decorrentes de leis e regulamentações governamentais existentes e/ou futuras, bem como nossa capacidade e de nossos locadores em obter todas as licenças e autorizações governamentais necessárias, de forma tempestiva, para a construção e operação de nossos restaurantes;
- Nossa capacidade de administrar os custos de construção e desenvolvimento de novos restaurantes;
- A retificação de qualquer imprevisto de engenharia ou ambiental com as instalações alugadas;
- Dificuldade na obtenção de novas concessões e/ou autorizações ou renovação das concessões e/ou autorizações existentes por parte dos proprietários dos imóveis, bem como dificuldade na tratativa de novas locações ou renovação de locações já existentes;
- Aumento na concorrência nas locações de imóveis, bem como nas outorgas das concessões e/ou autorizações para os proprietários dos imóveis, aumentando nossos custos com aluguéis;
- Maiores custos operacionais, inclusive aqueles relativos a prêmios de seguros, tributos sobre a propriedade ou posse de imóveis e relacionados ao pagamento de nossos colaboradores, que afetem de forma negativa nossas margens de lucro;
- Condições econômicas, políticas e de negócios nos mercados em que atuamos e, em particular, nas áreas geográficas nas quais investimos ou iremos investir; ou
- Inflação, deflação, desvalorização ou valorização das moedas nos países onde operamos, bem como flutuações nas taxas de juros.

A ocorrência de qualquer um desses eventos pode afetar a Companhia de forma negativa.

A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas chave.

A fim de desenvolver, suportar e comercializar os produtos da Companhia, esta deve contratar e conservar empregados experientes com expertise específica. A implementação dos planos de negócio estratégicos poderá ser dificultada pela impossibilidade de recrutamento ou conservação de pessoal chave ou pela perda inesperada de empregados seniores.

A Companhia enfrenta diversos desafios inerentes à administração de um grande número de empregados em regiões geográficas diversas. Os empregados chave poderão optar por deixar seu emprego por diversos motivos, sendo que o impacto de desligamento de empregados chave não pode ser determinado, podendo depender, entre outras coisas, da capacidade da Companhia de recrutar outras pessoas com experiência e capacidade similares a um custo equivalente. Não é certo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que a Companhia será capaz de atrair ou conservar empregados chave e administrá-los com êxito, o que poderá abalar o negócio da Companhia e produzir efeito negativo relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais e a posição de competitividade da Companhia.

O nosso negócio depende de marcas altamente reconhecidas. Podemos não conseguir manter ou melhorar o reconhecimento das marcas do sistema BURGER KING® ou podemos receber avaliações desfavoráveis de clientes, bem como podemos ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente essas marcas.

Acreditamos que as marcas e as submarcas do sistema do BURGER KING® contribuem significativamente para o sucesso do nosso negócio. Também acreditamos que manter e melhorar o reconhecimento dessas marcas é fundamental para manter e expandir a nossa base de clientes. Manter e melhorar o reconhecimento dessas marcas também dependerá, em grande parte, da nossa capacidade de continuar proporcionando a melhor experiência aos clientes, através de um ambiente agradável em todos nossos restaurantes, preços competitivos, grande variedade e alta qualidade dos produtos e serviços que oferecemos. Se não conseguirmos cumprir as questões acima descritas, nosso negócio e resultado financeiro podem ser adversamente afetados.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa dos produtos que vendemos, dos preços que cobramos ou do atendimento que prestamos podem, no futuro, reduzir a confiança dos clientes e, conseqüentemente, as nossas vendas, afetando adversamente o nosso negócio. Além disso, alguns dos produtos que vendemos podem nos expor a reclamações decorrentes de danos pessoais, envolvendo, em alguns casos, doenças ou morte. Um atendimento eficaz ao cliente exige investimentos significativos em nossos colaboradores, em programas de desenvolvimento e em infraestrutura de tecnologia, para propiciar à equipe de atendimento as ferramentas necessárias para bem desempenhar as suas funções. A incapacidade de gerenciamento ou treinamento de nossos representantes de atendimento ao cliente pode comprometer nossa capacidade de lidar com suas reclamações de maneira eficaz. Se não administrarmos de maneira eficaz as reclamações de nossos clientes, nossa reputação e o nosso negócio poderão ser afetados, assim como a confiança que temos de nossos clientes.

A publicidade e cobertura da mídia geralmente exercem uma influência significativa sobre o comportamento e ações dos nossos clientes. Se formos alvo de publicidade negativa, que possa fazer com que nossos clientes mudem seus hábitos de compras, inclusive como resultado de escândalos relacionados ao manuseio, preparação, armazenamento de produtos alimentícios em nossos restaurantes ou por qualquer outra razão, poderemos sofrer um efeito adverso relevante. Novas tecnologias, tais como mídias sociais, são cada vez mais usadas para a divulgação de produtos e serviços. O uso de mídias sociais requer uma atenção específica, bem como um conjunto de diretrizes de gerenciamento e monitoramento que podemos não conseguir desenvolver e implementar de forma eficaz. Publicações ou comentários negativos sobre nós, nossos negócios, nossas operações, nossos Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a nossa reputação. Além disso, os nossos colaboradores e representantes poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa que prejudique significativamente a reputação de uma ou mais das marcas ou submarcas do sistema BURGER KING® poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas essas, o que poderá impactar adversamente nossas vendas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, Burger King Corporation detém as principais marcas que usamos em nossos negócios e atividades no Brasil, como a marca BURGER KING® e a submarca WHOPPER®. Dada nossa estreita relação com a Burger King Corporation e o uso por nossa Companhia de marcas que são amplamente conhecidas e reconhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos com relação à Burger King Corporation e/ou quaisquer empresas controladas, ou coligadas a ela no mundo todo poderá ter um efeito adverso em uma ou mais marcas e submarcas que usamos em nossos negócios e atividades no Brasil, podendo ocasionar, assim, um efeito adverso no valor de tais marcas e submarcas e, conseqüentemente, em nossos resultados operacionais.

Não temos controle operacional total sobre os negócios de nossos franqueados.

Dependemos de nossos franqueados para manter os padrões BURGER KING® de qualidade, serviço e limpeza, de forma que a incapacidade dos franqueados de manter tais padrões poderia afetar de forma relevante a marca BURGER KING® e prejudicar nosso crescimento futuro. No âmbito dos contratos de franquia, os franqueados possuem certa flexibilidade em suas operações, incluindo a competência para estabelecer os preços em seus restaurantes, contratar funcionários e selecionar certos prestadores de serviços. Adicionalmente, é possível que alguns franqueados não operem seus restaurantes de acordo com os nossos padrões de qualidade, de serviço e de limpeza. Podemos não conseguir identificar e corrigir problemas com nossos franqueados em tempo hábil e, como resultado, nossa imagem e resultados operacionais podem ser afetados negativamente.

Quaisquer problemas nas relações da Companhia com seus franqueados podem afetar adversamente os resultados de suas operações.

Quaisquer problemas que possam surgir com relação à rede de franqueados da Companhia, tais como dificuldades nas suas relações com franqueados ou na expansão de sua rede de franqueados, podem danificar a marca BURGER KING®, impactando negativamente seus franqueados e seus resultados. Estes problemas podem levar a uma diminuição do número de franquias ou das vendas da Companhia. Caso isso ocorra, as economias de escala da Companhia podem ser reduzidas, afetando também a sua presença geográfica.

Contingências Trabalhistas e Previdenciárias de Terceirizados e mudanças recentes no enquadramento jurídico de natureza trabalhista

Além das contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os empregados contratados diretamente pela Companhia, contratamos empresas terceirizadas que nos prestam serviços de logística, segurança, serviços de limpeza, transporte de valores, construção, dentre outros. A inexistência de vínculo empregatício não garante que a Companhia não seja considerada solidária ou subsidiariamente responsável por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir as exigências da legislação trabalhista.

Além disso, o Senado brasileiro aprovou recentemente a Lei nº 13.467/17 ("**Novo Código do Trabalho**") para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e regulamentação relacionada, regulando os serviços prestados por meio de mão de obra terceirizada, permitindo a terceirização para qualquer tipo de trabalho, central ou não, para os serviços da empresa (tanto as "atividades de apoio" quanto as "atividades principais"). Além disso, houve mudanças em relação à prevalência de acordos de negociação coletiva, emendas a direitos de trabalhadores temporários e mudanças nas regras de contratos temporários, entre outros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em decorrência das questões mencionadas acima, podemos ser obrigados a adaptar nossa estratégia de terceirização atual em relação ao uso de prestadores de serviços terceirizados e, no pior dos casos, reconhecer a existência de uma relação de trabalho entre nós e os funcionários de nossos provedores de serviços de terceirização, o que poderá afetar adversamente o resultado da Companhia. Ainda, as regras trazidas pelo Novo Código, bem como a sua interpretação pelo judiciário brasileiro podem resultar em um possível efeito adverso sobre nossos negócios, situação financeira e resultados das operações.

A Companhia pode ser afetada substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“**Lei Anticorrupção**”) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia pode levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar a Companhia de modo adverso relevante. A Companhia não pode garantir que conseguirá prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes por qualquer administrador, funcionário, empregado ou representantes da Companhia.

A nossa cobertura de seguro pode não ser suficiente para cobrir perdas.

Não podemos garantir que a nossa cobertura de seguro estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir quaisquer danos decorrentes de qualquer tipo de sinistro. Além disso, existem certos tipos de riscos que podem não estar cobertos por nossas apólices, tais como guerra, força maior ou certas interrupções de negócios. Além disso, não podemos garantir que, quando as nossas apólices de seguro atuais expirarem, poderemos renová-las em termos favoráveis e suficientes. Sinistros que não são cobertos pelas nossas apólices ou a incapacidade de renovar as nossas apólices de seguro podem nos afetar adversamente e substancialmente.

Desastres e eventos imprevisíveis podem atrapalhar as nossas operações.

Eventos imprevisíveis, que vão além do nosso controle, incluindo guerras, atividades de terrorismo e desastres naturais como inundações, incêndios e condições de seca severa afetam os preços dos produtos que vendemos e, entre outros, podem prejudicar as nossas operações e dos nossos fornecedores e prestadores de serviços, além de ter um efeito negativo sobre o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica. Esses eventos podem causar o fechamento temporário ou definitivo de alguns de nossos restaurantes, atrasar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para os nossos restaurantes e nossos clientes finais, reduzir a demanda dos produtos que vendemos, aumentar o seu preço e diminuir as nossas vendas, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

(b) Riscos relacionados aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Não temos um grupo de controle ou acionista controlador que detenha mais de 50% de nossas ações, o que poderá nos deixar suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas, ofertas não solicitadas para aquisição de controle e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle.

Não temos um grupo de controle ou acionista controlador. Caso seja formado um grupo de controle ou surja um acionista controlador com poderes de decisão, poderemos ficar sujeitos a mudanças repentinas e inesperadas em nossas políticas estratégicas e corporativas, o que também poderá incluir a substituição de nossa administração. Além disso, poderemos ficar expostos a ofertas não solicitadas para aquisição de controle e disputas que elas possam gerar. Por outro lado, a ausência de um grupo controlador definido também poderá prejudicar nosso processo decisório com relação a certas decisões como resultado da nossa incapacidade de atingir os quóruns mínimos legalmente estabelecidos.

Riscos relacionados à situação econômico-financeira de um acionista podem causar efeitos adversos no preço da ação no mercado.

Alguns acionistas detêm participação acionária relevante no capital social da Companhia. A eventual deterioração da situação econômico-financeira de algum destes acionistas pode acarretar necessidade de desinvestimento de alguns de seus ativos, inclusive de ações de emissão da Companhia, impactando adversamente a cotação destas.

Qualquer parceria estratégica ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

(d) Riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes cuja fonte seja nossas controladas.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Nossa dependência em relação a fornecedores e distribuidores de alimentos pode aumentar a nossa exposição a riscos que não podemos controlar.

A Companhia depende de terceiros fornecedores e distribuidoras de alimentos para o regular desempenho de suas atividades. Tais fornecedores podem ser afetados por fatores externos, ou agir e tomar certas medidas que podem prejudicar nossos negócios e nossa reputação. Por exemplo, tais fornecedores podem aumentar risco de incidentes com doenças transmitidas por alimentos. A disseminação de tais doenças pode estar fora de nosso controle e não podemos assegurar que novas doenças mais resistentes a quaisquer medidas de precaução que possamos tomar não se desenvolverão no futuro. Notícias divulgadas na mídia sobre pandemias ou doenças

4.1 - Descrição dos fatores de risco

transmitidas por alimentos encontrados em nossas unidades ou em locais públicos em geral poderão afetar drasticamente as nossas vendas em um ou diversos locais nos quais operamos, nos forçar a fechar temporariamente um número indeterminado de restaurantes, bem como impactar negativamente a imagem do sistema BURGER KING® no Brasil.

Nossos fornecedores e distribuidoras também podem se envolver em práticas trabalhistas ilegais, não seguir padrões de segurança alimentar ou realizar atividades que afetem negativamente o meio ambiente, incluindo o desmatamento, a descarga de poluentes no ar ou na água e a eliminação de substâncias perigosas. Se qualquer de nossos fornecedores estiver envolvido em práticas ilegais relacionadas a trabalho, segurança alimentar ou violações ou litígios ambientais, poderemos sofrer danos à reputação e a percepção do consumidor da marca BURGER KING® e os nossos produtos sofrerão, o que poderá ter um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados de operação. Além disso, caso nossos fornecedores falhem em nos fornecer os produtos em tempo hábil, em razão de problemas imprevisíveis de demanda, produção, distribuição ou dificuldades financeiras, e/ou nossos fornecedores decidam terminar sua relação com a Companhia e/ou a Burger King Corporation determine que quaisquer produtos ou serviços oferecidos por um fornecedor homologado não está em conformidade com seus padrões, nós poderemos ser obrigados a terminar a nossa relação com este fornecedor caso em que talvez não possamos encontrar um fornecedor substituto adequado aos nossos padrões e necessidades. Como resultado, podemos enfrentar escassez de estoque, o que poderá afetar negativamente nossas operações.

Atuamos no ramo alimentício e, dessa forma, estamos sujeitos a processos judiciais e administrativos ligados à saúde de nossos clientes, inclusive decorrentes de atos de sabotagem.

Processos judiciais e administrativos relacionados à saúde de nossos clientes representam um risco à nossa reputação e imagem no mercado, bem como podem atingir valores significativos e impactar negativamente nossa condição financeira.

Estamos sujeitos à ameaça de sabotagem de alimentos por fornecedores, funcionários ou clientes. Relatos de acidentes causados por sabotagem de alimentos afetaram negativamente no passado a reputação de cadeias de restaurantes e podem nos afetar no futuro. Casos de sabotagem de alimentos, mesmo aqueles que ocorrem somente em restaurantes de nossos concorrentes, poderiam resultar em publicidade negativa sobre o setor de restaurantes, afetar de forma negativa as nossas vendas em uma ou mais localidades nas quais operamos. A diminuição no tráfego de clientes como resultado de preocupações com a saúde ou publicidade negativa pode afetar significativamente nossos negócios, resultados operacionais e, consequentemente, nossa condição financeira.

A Companhia depende de um único operador de logística para entrega dos produtos em suas lojas.

Os produtos destinados a todas as restaurantes da Companhia são concentrados em um único operador de logística. Qualquer interrupção significativa ou mau funcionamento na operação de distribuição ou na infraestrutura de transportes devido a qualquer desastre da natureza, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir nossos produtos para os restaurantes ou causar perda de produtos, o que pode resultar na falta de abastecimento dos restaurantes, queda nas vendas e afetar diretamente os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A demanda por nossos produtos pode diminuir devido a alterações nas preferências dos clientes.

Nossa posição competitiva depende de nossa contínua capacidade de oferecer itens que tenham um forte apelo para os clientes. Se as preferências de alimentação dos clientes mudarem devido a tendências ligadas à saúde ou dietas, e nossos clientes começarem a buscar opções alternativas de restaurantes, nossos resultados financeiros podem ser material e negativamente afetados.

O nosso negócio está sujeito a flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos nossos clientes.

Vivenciamos flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre, principalmente devido aos feriados, como carnaval e período de viagens no 1º trimestre, férias escolares no 3º trimestre e férias escolares e o natal no 4º trimestre. Nossas vendas são maiores em julho e dezembro, refletindo férias escolares e da disponibilização do 13º salário e são menores em fevereiro e março, refletindo feriados nacionais como o carnaval. Se calcularmos mal a demanda da quantidade de produtos que venderemos, as nossas vendas líquidas podem cair e, conseqüentemente, prejudicar o nosso desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do 4º trimestre não forem altas o suficiente para recuperarmos totalmente as nossas despesas fixas ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

(g) Riscos relacionados ao setor varejista

O setor de varejo de alimentação é intensamente competitivo e podemos não conseguir continuar a competir de forma bem sucedida.

Competimos com muitas empresas sólidas, com relação a preços, imagem da marca, qualidade, promoções de vendas, desenvolvimento de novos produtos e localização. Uma vez que o setor de restaurantes possui poucas barreiras de entrada, nossos concorrentes são variados, operam em segmentos e territórios específicos de mercado e incluem desde cadeias internacionais e nacionais de restaurantes, até restaurantes informais e operadores locais. Além disso, nossos concorrentes podem continuar a expandir suas operações, introduzindo novos produtos e comercializando de forma mais agressiva as suas marcas.

Se qualquer de nossos concorrentes oferecer produtos que tenham melhores preços ou sejam mais atraentes à preferência dos clientes, aumentar seu número de restaurantes, obtiver instalações mais apropriadas para restaurantes, fornecer incentivos financeiros mais atrativos ao pessoal da administração ou funcionários contratados ou tiver iniciativas de marketing mais eficientes que as nossas em qualquer dos mercados nos quais operamos, poderemos sofrer um efeito substancial negativo sobre nossos resultados operacionais.

Além disso, o aumento da concorrência, incluindo tendências do setor de varejo de alimentação relacionadas a sofisticação e/ou redução de qualidade, pode resultar na redução de margem operacional, o que pode nos afetar de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os nossos concorrentes podem

4.1 - Descrição dos fatores de risco

conseguir captar mais recursos do que nós para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os nossos concorrentes podem ser adquiridos por, receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira. Ademais, a abertura de novos restaurantes próximos aos nossos, pelos nossos concorrentes atuais ou por novos concorrentes, pode afetar a rentabilidade de nossos restaurantes, o que pode reduzir o nosso fluxo de caixa e o nosso lucro operacional. Podemos ser afetados, também, substancialmente e negativamente na medida em que não conseguirmos competir com êxito com os nossos concorrentes

A Companhia poderá gerar receitas mais baixas em razão da desaceleração do mercado.

Todas as receitas da Companhia são em reais e exclusivamente provenientes de suas operações no Brasil, que está atualmente enfrentando uma crise econômica prolongada.

Historicamente, o setor de varejo é suscetível a desacelerações econômicas que levam a uma diminuição nos gastos do cliente. Por conseguinte, uma desaceleração econômica no Brasil, ou em regiões específicas onde nossos restaurantes estão localizados, pode resultar em um declínio no volume de vendas e em impactos negativos sobre a nossa rentabilidade, o que poderia afetar adversamente e de maneira relevante os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

No passado, o crescimento do setor varejista brasileiro foi impulsionado pelo aumento do poder aquisitivo dos grupos de média e baixa renda e não há como garantir que o poder de compra desses grupos voltará a aumentar ou que não diminuirá. Uma desaceleração econômica e o encolhimento do PIB podem impactar negativamente os grupos de média e baixa renda de forma desproporcional em relação a outros grupos, afetando negativamente a renda disponível e o poder de compra, com possibilidade de redução significativa nas receitas da Companhia. A continuação ou aprofundamento da recessão no Brasil intensificariam ainda mais o potencial efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os franqueados também estão sujeitos aos mesmos riscos gerais associados com o ambiente macroeconômico no Brasil. Assim, a atual recessão econômica no Brasil poderá resultar em um declínio no volume de vendas e outros efeitos negativos para as franquias da Companhia, reduzindo as receitas das franquias e potencialmente provocando os franqueados a fecharem restaurantes, resultando em uma redução das taxas do negócio de franquias, o que pode afetar adversamente as receitas da Companhia e a sua presença geográfica.

As margens operacionais da Companhia podem ser negativamente afetadas pelas flutuações dos custos das matérias-primas, preços de venda de seus produtos e outros fatores que estão fora de seu controle.

As margens operacionais da Companhia dependem, principalmente, do preço de aquisição das matérias-primas e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, mesmo em períodos de tempo relativamente curtos, como resultado de uma série de fatores.

O fornecimento e preço das matérias-primas que a Companhia utiliza dependem de fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle, incluindo a oferta e demanda de tais produtos, condições meteorológicas atípicas (como por exemplo, períodos de seca em meses normalmente caracterizados por bom volume de chuvas), surtos de contaminação ou doenças, custos relativos à suplementação, condições econômicas, entre outros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, outros fatores podem afetar negativamente as margens operacionais da Companhia, tais como a variação das taxas de câmbio e logística. Caso as margens operacionais da Companhia sejam afetadas de forma relevante e negativa, o seu resultado financeiro, por consequência, poderá ser adversamente afetado.

A Companhia depende do sistema de transporte brasileiro para entregar produtos em seus restaurantes, que então serão produzidos para seus clientes.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiro são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos negócios da Companhia.

Adicionalmente, quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transporte ou em seu funcionamento nas cidades em que se localizam os fornecedores da Companhia como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, greves, protestos, falhas de sistema ou quaisquer outras causas inesperadas poderão atrasar ou afetar a capacidade de distribuir produtos para os restaurantes da Companhia, e respectivamente a entrega para seus clientes, o que pode afetar os seus resultados de forma negativa e substancial.

Financiamentos em condições aceitáveis podem não estar disponíveis para atender as necessidades futuras de capital da Companhia.

As condições econômicas e financeiras globais continuam voláteis. Se linhas de crédito não estiverem disponíveis quando necessário, ou se estiverem disponíveis apenas em condições desfavoráveis, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para atender suas necessidades de capital, aproveitar oportunidades de negócio ou reagir a pressões competitivas, o que pode afetar de forma adversa seus negócios, condição financeira e rentabilidade.

A Companhia também poderá precisar de recursos adicionais para crescer e expandir suas operações. A Companhia poderá ainda procurar novas formas de liquidez adicional por meio de empréstimos bancários convencionais ou de dívida ou emissão de valores mobiliários em mercados privados ou públicos.

A Companhia não pode fornecer qualquer garantia de que fluxos de caixa provenientes de suas operações serão suficientes para financiar seus investimentos ou que será capaz de obter fundos adicionais dos mercados financeiros. Se a Companhia não for capaz de gerar fluxos de caixa ou levantar fundos adicionais suficientes para cobrir seus investimentos, poderá não alcançar as eficiências operacionais desejadas ou não executar totalmente os seus planos de expansão, o que poderá impactar sua competitividade e, portanto, os resultados de suas operações.

Aumento nos benefícios trabalhistas, disputas sindicais, greves e outros fatores relacionados à mão de obra podem afetar negativamente nossas operações e situação financeira, ou afetar nossa capacidade de conduzir nossas operações comerciais regulares.

Nosso negócio requer significativa mão-de-obra. Nossas despesas relacionadas à folha de pagamento representam parte relevante das nossas despesas. Empregados de empresas brasileiras, incluindo os nossos, são representados por diversos sindicatos. As negociações relacionadas ao aumento do custo de vida e a reajustes salariais são conduzidas anualmente entre os sindicatos patronais e de empregados. Já as condições de trabalho e a jornada máxima de trabalho são reguladas pela legislação federal e pela convenção de cada categoria. Podemos não concluir negociações trabalhistas futuras em termos satisfatórios, o que poderá resultar em aumento

4.1 - Descrição dos fatores de risco

significativo de custos trabalhistas, greves, interrupções de trabalho ou perturbações que atrapalham as nossas operações, incluindo o risco de demissões durante um ciclo desaquecido que poderá gerar custos de indenização. Tais aumentos de custos e interrupções e perturbações de trabalho poderão afetar adversa e materialmente nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, quaisquer processos trabalhistas ou outras disputas trabalhistas envolvendo nossos colaboradores podem afetar adversamente nossas operações e situação financeira, ou interferir em nossa capacidade de conduzir as operações comerciais regulares. Além disso, ainda estamos sujeitos a investigações periódicas e regulares por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho visando ao cumprimento das normas trabalhistas, incluindo as relativas à saúde e segurança no trabalho. Essas investigações podem resultar em multas e processos que podem afetar de forma adversa os nossos negócios, resultados e as condições financeiras.

Riscos para a saúde relacionados à indústria alimentícia podem afetar adversamente a nossa capacidade de vender produtos alimentícios.

Estamos sujeitos a riscos que afetam a indústria alimentícia em geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração de alimentos, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos para a indústria alimentícia como um todo, incluindo, entre outros, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos. Mesmo que os produtos que vendemos não sejam afetados pela contaminação em um caso específico, a indústria alimentícia como um todo poderá enfrentar publicidade negativa, se os produtos de produtores alimentícios ou de outros varejistas ficarem contaminados, o que pode resultar na percepção pública negativa sobre a segurança dos produtos alimentícios e em uma redução da demanda de produtos alimentícios na categoria afetada. A perda generalizada da confiança dos clientes na segurança e qualidade dos produtos alimentícios, além de quaisquer riscos reais ou percebidos para a saúde relacionados a isso, pode ter um impacto adverso e material sobre nós.

(h) Riscos relacionados à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Nossas atividades estão sujeitas a um rígido controle e a extensa legislação ambiental e sanitária, o que pode implicar um aumento de custos, provocando um efeito adverso relevante para nossas atividades.

O setor de varejo de alimentação está sujeito a extensa regulamentação, especificamente no que diz respeito à saúde, higiene, segurança de alimentos e responsabilidade ambiental. Essas leis e regulamentações regem, entre outros assuntos, a liberação de poluentes no ar e na água, o gerenciamento de resíduos sólidos (segregação, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final), bem como a presença, manipulação, liberação, descarte e exposição a substâncias tóxicas e manipulação, armazenamento e eliminação de alimentos. Além disso, essas leis e regulamentações dispõem sobre multas e penalidades no caso de seu descumprimento. Terceiros podem também pleitear reparação por danos pessoais, danos materiais ou formular outras reivindicações contra proprietários ou empresas estabelecidas em imóveis associados com a liberação de substâncias tóxicas. Além disso, estamos sujeitos a regulamentações relacionadas a construções e zoneamento. Precisamos obter a aprovação de diversas autoridades governamentais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

antes de iniciar a instalação de nossas atividades em um determinado imóvel. A não obtenção de tal aprovação pode nos afetar de forma negativa. Além disso, os nossos restaurantes precisam atender as regras da vigilância sanitária, em especial a obtenção de alvará sanitário e manter as suas instalações em condições higiênicas sanitárias apropriadas, sendo que o não cumprimento das legislações sanitárias podem ocasionar o cancelamento da licença sanitária, multa ou até interdição.

Adicionalmente, eventuais alterações em leis e regulamentações a que estamos submetidos podem ensejar a necessidade de investimentos que hoje não são exigidos ou, ainda, regular o exercício de nossas atividades de forma mais restritiva, nos afetando de forma negativa.

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem nos afetar e, em última análise, afetar a demanda dos nossos clientes pelos produtos que vendemos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas e na criação de tributos, temporárias ou permanentes.

Algumas dessas mudanças podem aumentar a nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos pelos produtos que vendemos, restringir a nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a nossa lucratividade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos manter o nosso fluxo de caixa projetado e a nossa lucratividade, após qualquer aumento nos tributos que se aplicam a nós e às nossas operações.

Além disso, recebemos atualmente determinados benefícios fiscais. Não podemos garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados. Ademais, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil, não há como garantir que os benefícios fiscais que recebemos não serão contestados judicialmente como ilegais ou inconstitucionais. Se não conseguirmos renovar os nossos benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, seremos afetados de forma adversa.

Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma incompatível com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

A obtenção de autorizações e licenças pode exigir a compra de equipamentos de custo elevado ou a execução de mudanças operacionais e a violação de determinadas autorizações e licenças pode resultar em penalidades, causando prejuízos financeiros e à imagem da Companhia.

A Companhia é obrigada a obter licenças específicas, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir a compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado para a proteção do meio ambiente ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ambientais e/ou à saúde dos funcionários da Companhia. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia.

A Companhia poderá não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos seus negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Não é possível assegurar que as licenças e/ou alvarás de uso e funcionamento expedidos pelas prefeituras municipais e pelos corpos de bombeiros competentes, que devem ser obtidos e mantidos válidos para cada um dos estabelecimentos da Companhia e são necessários ao desenvolvimento de suas atividades, serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças e alvarás pode resultar na aplicação de sucessivas multas e, conforme o caso, no fechamento dos estabelecimentos irregulares, com interrupção das atividades da Companhia. A Companhia poderá ser adversamente afetada caso ocorra o fechamento, ainda que temporário, de algum de seus estabelecimentos.

A locação e a utilização de uma ampla carteira de imóveis nos expõem a riscos de continuidade de nossas operações em determinadas localidades.

Todas as nossas atividades no setor de varejo de alimentação estão sujeitas a contratos de locação dos imóveis em que se situam nossos restaurantes. Podemos não conseguir renovar esses contratos em termos aceitáveis ou simplesmente podemos não conseguir renová-los, hipóteses em que pode ser necessário encontrar novos locais para locação, o que nos obrigaria eventualmente a fechar restaurantes. Se conseguirmos negociar novos contratos de locação para os restaurantes já existentes, podemos estar sujeitos a aumentos nos valores dos aluguéis e a outras condições menos favoráveis que as atuais.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não atuamos em países estrangeiros.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Responsabilização Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$50 milhões; multa diária; suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; entre outras.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com culpa. A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal Lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual não exclui a das pessoas físicas. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: I - multa; II - restritivas de direitos; e/ou III - prestação de serviços à comunidade.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados, ou nos termos indicados acima, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, sua imagem, seus resultados operacionais e sua atual situação financeira.

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia está sujeita a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como sua capacidade de pagamentos.

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e do euro, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, pagamento de royalties e taxa de franquia em moeda estrangeira.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial, em 31 de dezembro de 2017	Exposição (em R\$ milhares)	Risco	Taxa de câmbio efetiva em 31/12/2017 (R\$)	Cenários Controladora e Consolidado (em R\$ milhares)				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Royalties/Taxa de franquia	13.966	Variação dólar americano	3,3074	13.966	(3.492)	(6.983)	3.492	6.983

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava um endividamento total de R\$485,7 milhões, sujeitos a instrumentos ligados à taxa CDI. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 (em R\$ milhares)	Exposição	Risco	Controladora				
			II 25%	III 50%	I Provável	IV (25%)	V (50%)
Aplicações financeiras (*)	1.172.010	Variação DI	6.497	12.993	26.373	(6.497)	(12.993)
Empréstimos e financiamentos	(475.130)	Variação DI	(15.779)	(31.558)	(63.190)	15.779	31.558
	696.880		(9.282)	(18.565)	(36.817)	9.282	18.565

(*) Considera-se o rendimento das aplicações financeiras classificadas como caixa equivalentes e títulos e valores mobiliários.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Crédito

A Companhia está exposta a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como sua capacidade de pagamentos.

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de seus clientes pagáveis pelas adquirentes de cartões de créditos, vale-refeição e demais meios de pagamento magnético. Considerando-se que o valor contábil dos ativos financeiros da Companhia representa a exposição máxima do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2017 era de R\$82,3 milhões em bancos e aplicações financeiras de curto prazo e R\$1.089,7 milhões em títulos e valores mobiliários (circulante), títulos e valores mobiliários vinculado (circulante e não circulante) e ainda R\$61,0 milhões em contas a receber de clientes, líquido.

Caso os clientes ou contrapartes nos instrumentos financeiros detidos pela Companhia venham a descumprir suas obrigações, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais, bem como sua capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las. Os nossos negócios, nossa situação econômico-financeira e nossos resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- políticas de saúde pública, tais como taxação ou restrição de consumo de determinados grupos de alimentos (i.e. bebidas açucaradas e/ou gorduras); e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente nossas atividades e nossa análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

A recente instabilidade econômica no Brasil causada pelo aumento da inflação observada nos últimos anos, a desaceleração do crescimento do PIB e a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

Além disso, a economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e a consequente posse do atual presidente, o qual não conta com níveis satisfatórios de aprovação pela população. Neste contexto, não há, atualmente, certeza se o presidente da república terá o apoio do Congresso acerca de políticas futuras que seu governo pretende implementar.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios, inclusive em relação às eleições presidenciais em outubro de 2018. Além disso, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. A recente instabilidade política e econômica levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos do Ambiente Macroeconômico.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal do Brasil, que modifica as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e estabelecer outras políticas monetárias envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, desvalorizações monetárias, controles de remessas e ingresso de capital, imposição de limitações às importações e outras medidas. Não temos controle sobre tais intervenções, tampouco podemos prever quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal possa adotar no futuro.

Nesse sentido, poderemos ser afetados adversamente por mudanças significativas nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem os seguintes fatores: (i) instabilidade econômica, política e social; (ii) índices de inflação; (iii) acontecimentos diplomáticos prejudiciais; (iv) controles cambiais e restrições à remessa de dívidas ao exterior; (v) política fiscal e alterações da legislação tributária; (vi) taxas de juros; (vii) liquidez dos mercados de capital e empréstimo financeiro, nacionais e estrangeiros; (viii) expansão ou contração da economia brasileira, conforme medido por taxas de crescimento do seu produto interno bruto; e (ix) outras políticas ou acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Ainda, a incerteza quanto à implantação de eventuais mudanças em referidas políticas ou regulamentações geram instabilidade no ambiente econômico brasileiro, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários no país, que poderão ter um efeito prejudicial sobre nossos negócios e resultados, bem como afetar adversamente a negociação e o preço de nossas ações.

Risco dos preços de commodities.

Estamos expostos a riscos de mercado em termos de variações positivas nos preços das commodities, os quais representam um impacto direto sobre os nossos custos. Não realizamos contratos de futuros ou opções contra as variações nos preços de commodities.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

A Standard & Poors iniciou a revisão do rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. O Brasil perdeu a sua condição de grau de investimento pelas três principais agências de rating. Em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's inicialmente reduziu o rating de crédito do Brasil de BBB- para BB+ e, posteriormente, reduziu novamente de BB+ para BB, e manteve a sua visão negativa sobre o rating, citando um agravamento na situação de crédito desde o primeiro rebaixamento. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou o rating de emissor e bônus Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento e, posteriormente, rebaixou o rating de emissor e bônus do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa. A Fitch rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB positivo, com uma perspectiva negativa, citando o déficit orçamentário do país, que está mudando rapidamente, e a recessão, que está pior que o esperado. Como resultado,

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

o Brasil perdeu a sua condição de grau de investimento de todas as três agências de rating principais e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários do mercado brasileiro de dívidas e patrimônio líquido foram afetados negativamente. Um prolongamento da atual recessão brasileira pode levar a mais rebaixamentos de rating.

Qualquer queda adicional no rating de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, aumentar o custo futuro de emissão de dívidas e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser materialmente afetados pela desaceleração da economia nacional e mundial e pela instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros.

A economia global permanece relativamente fragilizada, quando comparada ao período que antecedeu a crise financeira de 2008 e 2009. Os efeitos da crise na Zona do Euro, que se originou em função da crise nos mercados financeiros globais, continuam a impactar o mercado mundial em 2018. Fatores como a instabilidade relacionada à crise financeira na Grécia, a aprovação da saída do Reino Unido da Zona do Euro e a possibilidade de contágio para as economias emergentes vêm perpetuando a volatilidade dos mercados financeiros e de capitais e a redução generalizada da atividade econômica presente globalmente desde então. Em relação ao mercado interno brasileiro, o país apresentou nos últimos anos uma forte desaceleração da economia, com recessão que possui efeitos amplificadores na arrecadação de impostos e, consequentemente, piorando os atuais problemas fiscais do país.

Uma desaceleração econômica poderá afetar materialmente a liquidez, o desempenho dos negócios e/ou a condição financeira dos clientes da Companhia, que, por sua vez, poderá resultar em redução na demanda por seus produtos. Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira mundial pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de captar recursos, bem como inviabilizar seu custo de captação.

Tais crises nos mercados nacional e internacional também podem levar a uma redução na disponibilidade de crédito comercial em função de preocupações relacionadas à liquidez das contrapartes. Se os produtos da Companhia tiverem sua demanda reduzida, ou, ainda, se a Companhia não conseguir realizar empréstimos para seus negócios, sua condição financeira e o resultado de suas operações podem ser adversamente afetados.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano, euro e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplo e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro consolidado não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

(em R\$ milhares)	Cenários consolidado				
	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	102.345	102.345	-	-	102.345
Títulos e valores mobiliários	1.089.669	-	1.076.384	13.285	1.089.669
Contas a receber	60.958	60.958	-	-	60.958
Passivos					
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	545.796	37.733	198.480	309.583	545.796
Fornecedores e aluguéis	138.997	138.997	-	-	138.997
Obrigações corporativas	13.966	13.966	-	-	13.966
Obrigações tributárias	25.385	5.068	15.204	5.113	25.385

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, regulatórias, consumidores e civis no curso normal de seus negócios. Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem, as estratégias ou de maneira relevante, as atividades da Companhia, independentemente do valor envolvido.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, sobre discussões relativas a cobrança de taxas e ICMS.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota e possível era de aproximadamente R\$2,8 milhões, e o valor provisionado para os processos com chance de perda provável era de R\$15 mil.

Não foram identificados processos de natureza tributária, em 31 de dezembro de 2017, relevantes em relação à matéria ou valores envolvidos.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza trabalhista e previdenciária, os quais, de acordo com o relatório dos advogados externos da Companhia, encontram-se divididos e classificados com prognóstico de perda provável, possível e remoto.

Referidos processos versam, em sua grande maioria, sobre: (i) horas extras e reflexos; (ii) diferenças de intervalo intrajornada não usufruído; (iii) adicional noturno; (iv) diferenças salariais por equiparação salarial e (v) verbas rescisórias e/ou diferenças devidas.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$5,7 milhões encontra-se provisionado para causas trabalhistas cujos prognósticos de perda estão classificados como *prováveis*.

Como regra para referido provisionamento de causas de prognóstico de perda *provável*, a Companhia segrega os processos em: (i) típicos; e (ii) atípicos ou outliers. Para o primeiro grupo, a Companhia utiliza o critério “ticket médio de desembolso” apurado, com base em desembolsos decorrentes de condenações anteriores ou, ainda, de acordos judiciais firmados em Reclamações Trabalhistas similares nos últimos 18 meses.

Esse critério de provisionamento é baseado em *Amostragem Aleatória Simples* (AAS), considerando: (i) o tipo de cargo do profissional que figura no polo ativo – cargos de liderança; ou equipe e (ii) o “ticket médio de desembolso” envolvido em cada um dos grupos anteriores.

A multiplicação do “ticket médio de desembolso”, correspondente a cada uma das categorias acima discriminadas, pelo número de demandas similares ativas corresponde ao montante a ser provisionado para a respectiva categoria. A soma dos valores totais de cada categoria resulta no

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

valor da provisão trabalhista definida pela Companhia.

A provisão dos processos atípicos não é definida pelo “ticket médio de desembolso”, mas a partir da análise individualizada de cada processo trabalhista, por advogados e peritos contábeis especializados. Dentre esses processos atípicos, em 31 de dezembro de 2017, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes casos:

Processo nº 0000915-40.2017.5.21.0003	
a. juízo	03ª Vara do Trabalho de Natal/RN (21ª Região)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/06/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho da 21ª Região-RN Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.000.000,00 (valor dado à causa pelo Autor)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho da 21ª Região, com requerimento para que a Companhia seja condenada em: (i) comprovação do saneamento das irregularidades constatadas nos laudos periciais realizados nos procedimentos administrativos; (ii) apresentação das guias de FGTS, sob pena de multa diária de R\$10.000,00; (iii) apresentação dos documentos AFDT e ACJEF sob pena de multa diária de R\$10.000,00; (iv) obrigações de fazer; e (v) dano moral coletivo no valor de R\$5.000.000,00
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto Financeiro, considerando o valor envolvido, sendo R\$3.000.000,00 o valor estimado em caso de perda.

Processo nº 1000968-88.2016.5.02.0028	
a. juízo	28ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP (02ª Região)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	31/05/2016
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho da 02ª Região-SP Réu: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.000.000,00 (valor dado à causa pelo Autor)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, com requerimento para que a Companhia seja condenada em: (i) promover a contratação regular de jovens aprendizes; e (ii) dano moral coletivo no valor de R\$5.000.000,00
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto Financeiro, considerando o valor envolvido, sendo R\$3.000.000,00 o valor estimado em caso de perda.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0010686-51.2017.5.15.0151	
a. juízo	03ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP (15ª Região)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	09/05/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho da 15ª Região/SP Réu: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.000.000,00 (valor a risco)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, com requerimento para que a Companhia seja condenada em: (i) assegurar o gozo do descanso semanal, sob pena de multa diária de R\$5.000,00; (ii) abster-se de prorrogar a jornada de trabalho dos seus empregados (inclusive dos aprendizes) além do limite legal, sob pena de multa diária de R\$5.000,00; (iii) abster-se de exigir o cumprimento de horas extras habituais, sob pena de multa diária de R\$5.000,00; (iv) concessão de intervalo intrajornada para qualquer trabalho com jornada superior à 6 horas diárias; (v) dano moral coletivo no valor de R\$1.000.000,00
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto à imagem, considerando tratar-se de limitações de jornada de trabalho, inclusive, de jovens aprendizes, considerando os inquéritos promovidos pelo Ministério Público do Trabalho sobre relativa matéria, sendo R\$1.000.000,00 o valor estimado em caso de perda.

Processo nº 1001865-45.2017.5.02.0202	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Barueri/SP (02ª Região)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/09/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho da 02ª Região-SP Réu: BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.000.000,00 (valor dado à causa pelo Autor)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, com requerimento para que a Companhia seja condenada em: (i) promover a contratação regular de portadores de deficiência física; e (ii) dano moral coletivo no valor de R\$10.000.000,00
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto Financeiro, considerando o valor envolvido, sendo R\$5.000.000,00 o valor estimado em caso de perda.

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em processos cíveis judiciais e um processo cível administrativo (não judicial). Os objetos dos referidos processos envolvem ações

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

consumeristas, ações renovatórias, ações indenizatórias, execuções de título extrajudicial e outras causas jurídicas não semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$0,5 milhão encontra-se provisionado para causas cíveis cujos prognósticos de perda estão classificados como *prováveis*. Os processos cíveis cujos prognósticos de perda estão classificados como *possíveis* totalizam R\$6,1 milhões.

Não foram identificados processos de natureza cível, em 31 de dezembro de 2017, relevantes em relação à matéria ou valores envolvidos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$6,2 milhões.

As provisões da Companhia são constituídas para processos avaliados por seus consultores jurídicos com chance de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos trabalhistas repetitivos ou conexos em que figura como parte:

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

a. valores envolvidos	Conforme descrito no item 4.3, a carteira de processos trabalhistas e previdenciários é dividida entre processos “típicos” e “atípicos”. Entendemos que os processos típicos correspondem aos processos de naturezas repetitivas e/ou conexas, também denominados processos “massificados”. A avaliação de risco e o critério de provisionamento destes processos típicos determinam que o provisionamento deve ocorrer para cada novo processo ajuizado contra a Companhia (utilizando-se para tanto o valor de “ticket médio de desembolso”), independentemente de seu prognóstico unitário de perda - provável, possível ou remoto. Assim, para tal carteira de processos típicos, integralmente considerada, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisão equivalente a R\$5,7 milhões.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Referidos processos versam, em sua grande maioria, sobre: (i) horas extras e reflexos; (ii) diferenças de intervalo intrajornada não usufruído; (iii) adicional noturno; (iv) diferenças salariais por equiparação salarial e (v) verbas rescisórias e/ou diferenças devidas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia é parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$5,7 milhões.

Conforme descrito no item 4.3, a Companhia provisiona toda a carteira de processos trabalhistas repetitivos ou conexos, que denomina de “típicos”, utilizando o critério de “ticket médio de desembolso” apurado com base em desembolsos decorrentes de condenações anteriores ou, ainda, de acordos judiciais firmados em Reclamações Trabalhistas similares nos últimos 18 meses.

Esse critério de provisionamento é baseado em Amostragem Aleatória Simples (AAS), considerando: (i) o tipo de cargo do profissional que figura no polo ativo – cargos de liderança; ou equipe e (ii) o “ticket médio de desembolso” envolvido em cada um dos grupos anteriores.

A multiplicação do “ticket médio de desembolso”, correspondente a cada uma das categorias acima discriminadas, pelo número total de demandas similares ativas corresponde ao montante a ser provisionado para a respectiva categoria.

A soma dos valores totais de cada categoria resulta no valor da provisão trabalhista definida pela Companhia para os processos “típicos”, de maneira que toda a carteira de processos “típicos”, independentemente do prognóstico de cada processo (provável, possível ou remoto), encontra-se provisionada.

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia havia adotado práticas de gerenciamento de riscos. A Política de Riscos e Controles Internos será formalizada pela Companhia até 2021, nos termos do Ofício 618-2017-DRE da B3.

A companhia possui um Comitê de Auditoria, regulado por um Regimento Interno. Tal Comitê é composto por dois membros do Conselho de Administração e por um membro independente, contratado pela Companhia em 22 de fevereiro de 2017. Uma matriz de riscos foi desenvolvida pela Gerência de Auditoria e Compliance e o respectivo plano foi aprovado pelo Comitê de Auditoria para implementação pela Companhia. Tal aprovação consta em ata do Comitê de Auditoria de realizada em 23 de agosto de 2017.

Conforme o Regimento Interno, cabe ao Comitê de Auditoria a supervisão das seguintes atividades: (i) gestão de controles internos; (ii) administração de riscos; (iii) auditoria interna; e (iv) trabalhos do auditor independente da Companhia.

Ademais, nos termos do Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria, no que tange aos controles internos, gerenciamento de riscos e cumprimento das exigências legais e regulamentares:

- (i) por meio da auditoria interna, avaliar a qualidade e a eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes na Companhia, além do cumprimento dos dispositivos legais, normativos, regulamentos e normas internas aplicáveis; e
- (ii) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de denúncias sobre erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do denunciante, tais como seu anonimato e a confidencialidade da informação.

Assim, a Companhia possui matriz de risco definida, cabendo à Gerência de Compliance o seu gerenciamento, sendo tais atividades supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos.

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Determinadas atividades da Companhia comportam algum risco decorrente de ameaças potenciais que possam vir a prejudicar, impedir, dificultar ou interferir a consecução de seus objetivos. A Companhia busca proteção para os principais riscos a seguir, conforme metodologia amplamente

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

adotada no mercado, denominada “Coso II - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission”:

- Risco estratégico: adoção de uma estratégia incorreta, inadequada ou ineficaz, que impeça a Companhia de atingir os seus objetivos;
- Risco operacional: perdas devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoal, sistemas ou eventos externos. Inclui, mas não se limita a, sanções ou multas pelo não cumprimento de leis e regulamentos. Ainda inclui fraudes internas e externas como furto de estoque, dinheiro em espécie e ativos fixos;
- Risco de tecnologia da informação: falha em sistemas de tecnologia da informação com impacto nas atividades, negócios ou execução de processos relacionados à tecnologia da informação;
- Risco de compliance: não cumprimento de todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e padrões de boas práticas aplicáveis, podendo resultar em perda de reputação, sanções ou multas; e
- Riscos relacionados ao meio ambiente: riscos relacionados à gestão inadequada de questões ambientais, com efeitos como contaminação decorrente da disposição inadequada de resíduos sólidos. As contingências relacionadas a este tipo de risco são necessidades de remediação de áreas degradadas, elevação dos valores pagos a título de prêmio seguro, indenizações, multas, perda de imagem de produtos ou da marca da Companhia, com consequente redução do valor das suas ações.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Tendo em vista que a avaliação de riscos é de natureza qualitativa, a Companhia baseia a sua avaliação em vulnerabilidades e ameaças conhecidas ou possíveis, bem como na probabilidade da ocorrência de ameaças e no seu potencial impacto sobre a Companhia. A Companhia utiliza a seguinte metodologia para a identificação, avaliação, monitoramento e gerenciamento de riscos:

- Ambiente interno: estabelecimento de regras e diretrizes internas de como os riscos e controles devem ser abordados e endereçados pelos empregados da Companhia;
- Identificação: identificação de fatores internos e externos que possam gerar eventos potenciais para afetar a estratégia de negócios e alcance de objetivos da Companhia;
- Avaliação: realização de análise de um risco identificado para determinar qual a melhor forma para geri-lo;
- Resposta: seleção da abordagem ou conjunto de ações para mitigar o risco identificado quando apropriado;
- Atividades de controle: criação e execução de políticas e procedimento para ajudar a garantir que a abordagem adotada na resposta ao risco seja realizada de maneira eficaz;
- Informação e comunicação: identificação de informação relevante a ser comunicada na forma e prazo que permita que as respectivas pessoas cumpram com as suas responsabilidades; e

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Monitoramento: monitoramento do procedimento de gerenciamento de riscos com a realização de modificações quando necessário, de modo a garantir que o sistema reaja de maneira dinâmica e eficaz.

Ademais, a Companhia possui um Código de Conduta Ética e Políticas que objetiva estabelecer padrões de integridade e reunir um conjunto de princípios éticos e normas de conduta de modo a nortear os negócios e decisões da Companhia.

Em 2016, a Companhia realizava treinamentos sobre o seu Código de Conduta no momento da contratação de cada colaborador, deixando o Código de Conduta Digital à disposição em seu *website* para consulta. Em 2017, o Código de Conduta da Companhia foi revisto de modo a torná-lo mais claro e simplificado e os treinamentos passaram a ser conduzidos pela área de auditoria e *compliance*, que também iniciou a promoção de eventos de reciclagem para todos os colaboradores corporativos e colaboradores de campo até o nível de “Gerente de Restaurante”. Na data deste Formulário de Referência, 100% do público “Gerente de Restaurante” e cargos superiores participaram dos treinamentos e eventos de reciclagem do Código de Conduta. Em 2018 e anos subsequentes, a Companhia pretende manter a sistemática de 2017, treinando cada novo empregado contratado, treinando novos cargos nos restaurantes e fazendo reciclagem anual “on-line” do seu código de conduta.

Por meio de seu canal de denúncias terceirizado e independente, a Companhia recebeu 147 denúncias internas durante o ano de 2017, as quais versaram sobre diversos temas, por exemplo, relações de trabalho, suspeitas de desvios de produtos e outros procedimentos operacionais. Não foram realizadas denúncias por pessoas externas à Companhia no referido canal confidencial. Como melhoria operacional, a Companhia, em 2017, implementou uma área de auditoria, tendo por objeto, inclusive, auditorias internas (visitas/inspeções) operacionais a cada um dos seus restaurantes. Atualmente, existem 7 auditores operacionais da área de auditoria de campo que têm por meta visitar todos os restaurantes da Companhia e analisar uma ampla diversidade de itens de verificações, tais como: segurança alimentar, condições de conservação e segurança, procedimentos financeiros relativos a caixa, produtos e demais insumos, estado de equipamentos, processos de administração de recursos humanos, segurança e medicina do trabalho dentre outros. Além disso, ainda em 2017, após completado o levantamento de riscos corporativos, a área de auditoria planejou a auditoria corporativa para ser iniciada em 2018. Para a atividade de auditoria corporativa, contaremos com um recurso especializado de auditoria.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria é o órgão responsável por zelar pela eficácia dos mecanismos instalados, cabendo à auditoria interna monitorar e avaliar sistematicamente os riscos inerentes à Companhia. Os departamentos de auditoria e *compliance* são responsáveis pelas verificações, monitoramento e planos de remediação para riscos inerentes aos assuntos internos e externos da Companhia. Além disso, a Companhia possui departamento de auditoria operacional com auditores de campo dedicados a visitar todos os restaurantes da Companhia e um canal de denúncias gerido por um terceiro independente (pertencente à ICTS Protiviti, reconhecida como Empresa Pró-Ética em 2015, 2016 e 2017). Além das reuniões mensais do Comitê de Auditoria, a Companhia também realiza “Fóruns de Auditoria Operacional”, com agendas mensais fixas, com as lideranças da Diretoria de Operações e demais pessoas envolvidas no tratamento e monitoramento de riscos identificados nas auditorias de campo, bem como “Fóruns de Ética”, sem agenda fixa, com as lideranças de Gente e Gestão, nos quais são tratados os casos envolvendo denúncias realizadas por funcionários no Canal

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

de Denúncia. Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria da Companhia, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que consegue monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos, Comitê de Auditoria e fóruns internos citados acima.

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Auditoria, conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, que supervisiona as seguintes atividades: (i) gestão de controles internos; (ii) administração de riscos; (iii) auditoria interna; e (iv) trabalhos do auditor independente da Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado.**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia adquire em bases regulares determinados insumos e equipamentos, bem como paga *royalties* e taxas de franquia, cujo preço é atrelados ao dólar norte americano. Especificamente com relação aos *royalties* e taxas de franquias o período de exposição é geralmente curto, em bases mensais, incidente entre a data de emissão das faturas pela franqueadora BKC e a data do efetivo vencimento e pagamento de tais faturas, que ocorre 15 dias depois, conforme determinado nos contratos com a franqueadora. Deste modo, para este risco a exposição compreende somente esses intervalos e somente em períodos de maior instabilidade cambial.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estratégia consiste em determinar no processo de orçamento o montante de *hedge* necessário a fazer frente à exposição acima descrita para o ano seguinte. No início do ano subsequente o *hedge* é contratado para um período de seis meses com base na referida orçamentação, buscando-se realizar a contratação no melhor momento de precificação da moeda. No semestre subsequente a necessidade de *hedge* é confirmada e reavaliada e nova contratação é realizada no melhor momento disponível de precificação da moeda.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia faz o uso de *NDF – Non Deliverable Forward* – Contrato a Termo de Moeda Sem Entrega Física.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, taxas de inflação e câmbio. No entanto, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia, a administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco - além da variação cambial que afeta diretamente a compra de determinados insumos e equipamentos importados, *royalties* e taxas de franquia. Na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

diretamente de modo relevante as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco além do risco cambial retro mencionado porque, na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente de modo relevante as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos para nenhum tipo de risco além do risco cambial retro mencionado. Na avaliação de seus administradores, tais riscos de mercado não influenciam diretamente de modo relevante as atividades da Companhia e não representam impactos negativos em seus resultados. O risco cambial acima mencionado é gerenciado pela área financeira, iniciando-se com a elaboração do orçamento, revisado em bases semestrais, e acompanhado mensalmente em reuniões de resultados financeiros.

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O Comitê de Auditoria, formado por membros do Conselho de Administração e um membro independente, é o órgão máximo que monitora e avalia sistematicamente os controles internos da Companhia, sendo responsável pelas verificações e monitoramento dos riscos que possam impactar as demonstrações financeiras, executando testes para avaliação da efetividade dos controles internos da Companhia. Além disso, a Companhia possui um departamento de *compliance*, que conta com equipe de auditoria interna que fiscaliza as atividades inclusive no nível dos restaurantes, e um canal de denúncias gerido por um terceiro independente.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos da Companhia é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, o qual se reúne, no mínimo, trimestralmente para apresentação de resultados e acompanhamento das medidas tomadas. As reuniões de trabalho do Comitê de Auditoria são em periodicidade mensal.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 não apontam deficiências significativas de controles ou fraquezas materiais sobre os procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

5.3 - Descrição dos controles internos

não apontam deficiências significativas sobre os procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia busca a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública por meio das seguintes políticas: anticorrupção; brinde, entretenimento e hospitalidade. A Companhia exige a observância e cumprimento, por seus fornecedores e parceiros comerciais, de seu “Código de Ética e Conduta nos Negócios para Fornecedores”, disponível on-line no site www.burgerking.com.br. Uma política específica para contratação de fornecedores será estabelecida em 2018, além do processo de *due diligence* para avaliação de cada contratado.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados são:

- Código de Conduta e Políticas de *Compliance* (Código de Ética). A Companhia adota um Código de Ética que traz princípios éticos e de conduta que devem ser observados por todos os seus administradores, funcionários, colaboradores, prestadores de serviços e terceirizados;
- Código de Ética e Conduta nos Negócios para Fornecedores (Código de Ética para Fornecedores). A Companhia exige de seus fornecedores e prestadores de serviços que observem e cumpram com todos os princípios delineados no seu Código de Ética para Fornecedores, que incluem temas como: diversidade, não discriminação e assédio, trabalho infantil, trabalho forçado e coação, condições de trabalho, brindes e entretenimento, confidencialidade, dentre outras;
- Controles Internos, Monitoramento e Auditoria interna. A Companhia conta com departamento de controles internos, monitoramento e auditoria interna responsáveis por mapear os riscos da Companhia, por meio de uma agenda preestabelecida, bem como apontar, classificar e acompanhar os riscos e os planos de ações decorrentes;
- Contratação de Serviços e Produtos. Os contratos com fornecedores de serviços e produtos da Companhia são formalizados mediante diligência prévia e *compliance* individual. A Companhia planeja executar *Vendor Due Diligences* ainda mais aprofundadas a partir do ano de 2018;
- Canal de Denúncias e Investigações. A Companhia conta com canais independentes para eventuais denúncias internas ou externas; e
- Treinamentos. A Companhia ministra cursos e treinamentos sobre seu Código de Ética, bem como alerta a todos os seus fornecedores de produtos e serviços que estão sujeitos ao Código de Ética para Fornecedores.

A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que são apresentadas demandas das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Todos os mecanismos são suportados pela alta administração (*tone at the top*).

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

5.4 - Programa de Integridade

A área responsável pelo monitoramento e eficiência dos mecanismos de procedimentos internos de integridade é composta por gerente de auditoria e *compliance*, um coordenador de auditoria e *compliance*, 7 auditores de restaurantes e um auditor corporativo, área com reporte direto ao diretor jurídico e funcional ao Comitê de Auditoria.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Ética e Políticas ("**Código de Ética**"), cuja última revisão foi realizada em 2017. O Código de Ética se aplica a todos os administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, prestadores de serviços e terceiros, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Ética ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição da função gerencial e dispensa do empregado.

As diretrizes e orientações contidas no Código de Ética são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, diretores, empregados, colaboradores, estagiários e trainees. Serão planejados treinamentos específicos para conselheiros fiscais, conselheiros de administração, terceiros, fornecedores e prestadores de serviços.

O Código de Ética e Conduta nos Negócios para Fornecedores ("**Código de Ética para Fornecedores**") é o principal instrumento pelo qual a Companhia exige que seus fornecedores e prestadores de serviços que observem e cumpram princípios muito importantes para a relação comercial. Ali estão expressamente vedadas práticas relativas a discriminação e assédio, trabalho infantil, trabalho forçado e coação. As consequências de descumprimento do Código de Ética para Fornecedores podem envolver descredenciamento do fornecedor, bem como a instauração de procedimentos judiciais ou extrajudiciais.

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canais independentes para eventuais denúncias, os quais são administrados por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao responsável por *compliance*, que possui regras internas de reportes de denúncias ao Comitê de Auditoria. Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados pelo site ou intranet da Companhia ou call center (pelo telefone 0800-721-0745), estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

5.4 - Programa de Integridade

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela realização de quaisquer destes processos, bem como segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados (uma entre as quatro mais relevantes do setor – *Big Four*);
- a contratação de escritórios de advocacia conceituados;
- a submissão prévia de todas as aquisições à avaliação do diretor operacional, diretor jurídico, diretor financeiro e diretor presidente da Companhia; e
- a submissão prévia de todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias ao Conselho de Administração, quando assim determinado pela legislação de anti-truste/concorrencial.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional (Gestão e Governança), as políticas, os métodos e processos de controles internos (inclusive de monitoramento) agem de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa sua estrutura, seus processos e controles internos (inclusive de monitoramento) visando mitigar a sua exposição aos principais riscos a que está exposta. Os agentes de governança têm atuado de forma efetiva no monitoramento dos principais riscos do negócio da Companhia em todos os níveis organizacionais.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/04/2011
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	14/12/2017

A Companhia iniciou suas operações em 14 de junho de 2011 como uma *joint venture* entre um fundo de investimento gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. e uma subsidiária da Burger King Corporation, com o objetivo de administração e desenvolvimento, em caráter exclusivo, da marca BURGER KING® no Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou a sua primeira aquisição relevante, com a compra da BGK do Brasil S.A., umas das primeiras franqueadas do sistema BURGER KING® no Brasil, que possuía à época 41 restaurantes e 16 quiosques de sobremesa na capital e no interior do Estado de São Paulo.

Em 22 de setembro de 2014, a Companhia realizou a sua segunda aquisição, adquirindo a BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos S.A., franqueada BURGER KING® no Brasil, que possuía à época 11 restaurantes e 11 quiosques de sobremesa.

Em 12 de novembro de 2014, a fim de manter o ritmo de expansão dos seus negócios, a Companhia recebeu o investimento da Sommerville Investments B.V., uma subsidiária da Temasek, que se tornou acionista da Companhia, por meio de aumento de capital.

Durante o ano de 2015, a Companhia realizou diversas aquisições, dentre elas: (i) em 28 de janeiro de 2015, adquiriu a King Food CO Comércio de Alimentos S.A. e a Good Food RS Comércio de Alimentos S.A., que possuíam à época 18 restaurantes e 11 quiosques de sobremesa; (ii) em 06 de fevereiro de 2015, adquiriu dois restaurantes da BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.; (iii) em 13 de junho de 2015, adquiriu a BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. e a BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI, que possuíam à época 11 restaurantes e 2 quiosques de sobremesa.

Ainda em 2015, a Companhia também realizou diversas incorporações das sociedades adquiridas: (i) em 31 de maio de 2015, a Companhia incorporou a BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos S.A.; (ii) em 30 de setembro de 2015, a Companhia incorporou a King Food CO Comércio de Alimentos S.A.; e (iii) em 30 de outubro de 2015, a Companhia incorporou Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia adquiriu a BKRJ1 Participações S.A., a BKRJ2 Participações Ltda. e a W2DMA Comércio de Alimentos Ltda., que possuíam à época oito restaurantes.

Em 22 de junho de 2016 a Companhia incorporou a Prima Cena Empreendimentos e Participações S.A., sua controladora direta, integralmente detida pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“**VCP II B FIP**”) para investimento na Companhia. Com a incorporação, o fundo VCP II B FIP passou a deter participação direta na Companhia.

Em 8 de agosto de 2016, a Companhia recebeu o investimento do Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento em participações cujos cotistas indiretos são fundos administrados pela Capital International, Inc., via aumento de capital e aquisição de parte das ações detidas pelo VCP II B FIP e pelos participantes do *Stock Option Plan* da Companhia, de modo que o Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia se tornou acionista da Companhia.

Em 2 de março de 2017, a Companhia incorporou a W2DMA Comércio de Alimentos Ltda., a BKRJ1 Participações S.A. e a BKRJ2 Participações S.A.

6.3 - Breve histórico

Em 22 de junho de 2017, o VCP II B FIP, fundo gerido pela Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda., alienou para o King Arthur LLC parte minoritária das ações que detinha no capital social da Companhia.

Em 19 de outubro de 2017, o BURGER KING® protocolou o pedido de registro de Companhia aberta e de sua oferta inicial de ações junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), dando início ao processo de listagem e negociação das ações da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3.

No dia 18 de dezembro de 2017, as ações da Companhia começaram a ser negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, sob a sigla “BKBR3”. O IPO consistiu em uma oferta primária de 49.230.769 de ações ordinárias e uma oferta secundária de 60.946.670 ações ordinárias, totalizando R\$1,9 bilhão.

Em 20 de março de 2018 a Companhia e a Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. anunciaram contratos de *Master Franchise and Development Agreement* e de *Company Franchise Agreement* (em conjunto, “**Contratos**”). Com a assinatura dos Contratos, a Companhia passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou franqueados, com a marca POPEYES® no Brasil durante um período de 20 anos.

Em 2 de abril de 2018 a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da totalidade das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., que possuem no total 51 restaurantes e 20 quiosques de sobremesa do sistema BURGER KING®, localizados nos estados do Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

Visão geral do negócio

Somos o master-franqueado da Burger King Corporation para o Brasil, com direitos de exclusividade para administrar e desenvolver a marca BURGER KING® no país. Iniciamos as nossas atividades em 2011 e, desde então, apresentamos crescimento expressivo e nos tornamos a terceira maior rede de *fast food*, sendo a segunda maior rede no segmento de hambúrgueres do Brasil, em termos de número de restaurantes, segundo a Geofusion. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 apresentamos uma receita operacional líquida de R\$1.783,8 milhões, que representou um CAGR de 39,3% desde 2014.

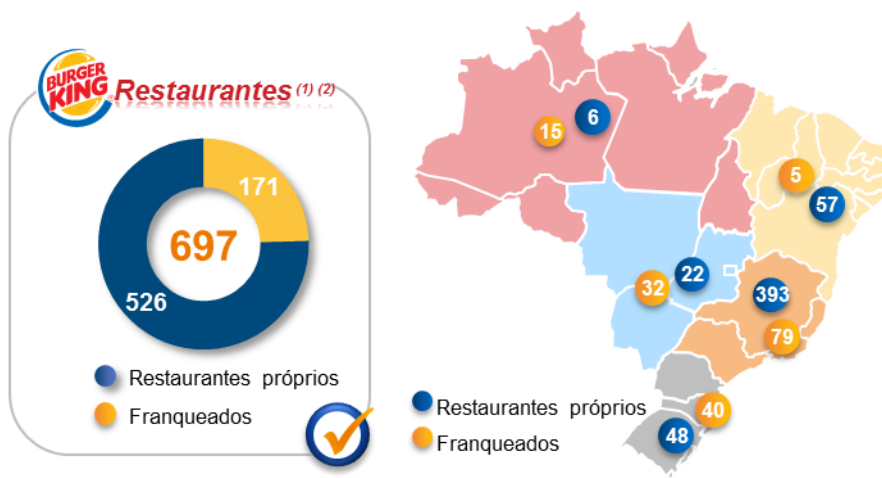
Sob a nossa gestão, o número de restaurantes BURGER KING® no Brasil subiu de 108 em 31 de julho de 2011 para 697 em 31 de dezembro de 2017 e acreditamos que aumentamos de forma considerável nossa participação de mercado (*market share*) no setor de hambúrgueres nos últimos 5 anos. Segundo estudo de monitoramento de marcas online, realizado pela Ipsos a pedido da Companhia, com base amostral de 840 casos por trimestre, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Salvador (intervalo de confiança de 95%), envolvendo as sete maiores redes de *fast food* do país junto a consumidores, o reconhecimento de nossa marca passou de 91% para 95% dos entrevistados entre dezembro de 2015 e o último trimestre a dezembro de 2017, e deixamos de ser a rede de restaurante fast food preferida por 17% dos entrevistados para ser a preferida por 29% deles neste mesmo período.

Trabalhamos para nos consolidarmos como a marca de *fast food* preferida e mais rentável do Brasil. Buscamos oferecer aos nossos clientes uma prazerosa experiência de alimentação, oferecendo ambientes agradáveis, alimentos de qualidade, seguros e frescos, com o intuito de ofertar produtos com o melhor sabor, a valores acessíveis. Adicionalmente, temos como um dos principais pilares da Companhia uma forte cultura meritocrática de eficiência operacional e foco em resultados.

Nossos restaurantes estão situados em locais de alta visibilidade, incluindo shopping centers, ruas de grande comércio e/ou de grande movimento, assim como em praças de alimentação de supermercados e hipermercados. Buscamos garantir que nossos restaurantes ofereçam qualidade consistente de produtos e atendimento, bem como um ambiente agradável e acolhedor aos nossos clientes.

Atuamos por meio de diferentes formatos de restaurantes, a fim de possibilitar eficiência operacional e elevar a penetração de nossos canais de venda, adequando tais fatos aos diferentes ambientes de atuação e ocasiões de consumo. Considerando restaurantes próprios, franqueados (ou seja, franquias existentes antes do início das nossas atividades em 2011) e sub-franqueados (ou seja, novas franquias desenvolvidas por nós a partir de 2016), em 31 de dezembro de 2017, possuíamos 444 restaurantes em praças de alimentação, 86 restaurantes *in line*, 109 unidades autônomas (*freestanding*), 58 restaurantes *express* e 203 quiosques de sobremesas. Desses restaurantes, 472 estão localizados na região Sudeste, 62 na região Nordeste, 88 na região Sul, 54 na região Centro-Oeste e 21 na região Norte.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas



¹ Em 31 de dezembro de 2017

² Não considera quiosques de sobremesa

Estamos constantemente buscando aprimorar nossa eficiência operacional. Nossas decisões e atividades de gestão são suportadas por protocolos bem definidos, sistemas e orçamentos que consideram, dentre outros, critérios socioeconômicos, aspectos competitivos, custos de marketing e logística de suprimentos.

Desenvolvemos um modelo de negócios com a Burger King Corporation que prevê o nosso compromisso e respeito aos elementos que compõem e identificam a marca BURGER KING®, mas que também nos confere autonomia operacional como parceiro local. Desta forma, temos liberdade para gerir a estratégia de posicionamento de mercado e marketing no Brasil, o portfólio de produtos (incluindo a criação de produtos inovadores e adaptados à realidade de consumo do mercado brasileiro), as variadas características dos restaurantes e a aquisição de franqueados.

Ambicionamos ser a rede de *fast food* com os melhores hambúrgueres do Brasil. Por esse motivo, adotamos na fabricação de nossos sanduíches processos que, acreditamos, conferem a eles um sabor único. Do processo de preparação das carnes, grelhadas em equipamentos especialmente desenvolvidos para nossas cozinhas e que conferem um sabor único, ao processo de preparação dos ingredientes e acompanhamentos, buscamos nos diferenciar de nossos concorrentes mediante o oferecimento de produtos de qualidade superior. Buscamos a autenticidade em nosso relacionamento com nossos consumidores, respeitando seus gostos e preferências. Nesse sentido, ofertamos produtos que atendem às suas mais diferentes demandas – por exemplo, vendemos sanduíches para os momentos de grande fome (como o Mega Stacker Atômico e o Mega Stacker 4.0), para quando um pouco mais de tempero é necessário (como o BK™ Costela Furiosa) ou simplesmente para quando não se quer comer carne (como o Veggie Burger). Temos em nosso cardápio, também, *onion rings*, sendo que somos os únicos entre as grandes redes de *fast food* no Brasil que oferecem essa opção.

Como resultado do ambiente de nossos restaurantes, da qualidade dos produtos que ofertamos e do sucesso de nossas estratégias comercial e de marketing, temos apresentado um aumento constante de nossas vendas no conceito “comparáveis mesmos restaurantes”, que cresceram 13,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 9,9% no exercício social findo em 31 de dezembro 2016, mesmo diante do momento macroeconômico desafiador atravessado pelo o Brasil no período.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Neste mesmo sentido, temos apresentado uma combinação que acreditamos ser atraente de crescimento com melhoria de margem. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, reportamos receita operacional líquida de R\$1.783,8 milhões, EBITDA Ajustado de R\$210,7 milhões e margem EBITDA Ajustada de 11,8%, um crescimento de 28,0%, 57,4% e 2,2p.p., respectivamente, quando comparados com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a nossa receita operacional líquida aumentou 43,8% e 46,7%, o nosso EBITDA Ajustado cresceu 41,7% e 55,3% e nossa margem EBITDA Ajustada apresentou uma redução de 0,1p.p. e um aumento de 0,5p.p., respectivamente.

Os quadros abaixo apresentam nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os períodos indicados:

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS						
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Quantidade de Restaurantes Próprios	526	480	419	293	190	113
Quantidade de Restaurantes do Sistema BURGER KING®	697	601	531	421	313	223

Em milhares de Reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Crescimento Vendas Mesmos Restaurantes ¹	13,8%	9,9%	5,3%
Receita Operacional Líquida	1.783.838	1.393.284	949.679
Crescimento da Receita Líquida	28,0%	46,7%	43,8%
EBITDA ²	185.005	118.216	69.980
Margem EBITDA ³	10,4%	8,5%	7,4%
EBITDA Ajustado ⁴	210.693	133.857	86.170
Margem EBITDA Ajustada ⁵	11,8%	9,6%	9,1%
Lucro (Prejuízo) do exercício/período	3.819	(93.456)	(36.757)
Margem Líquida ⁶	0,2%	-6,7%	-3,9%

Em milhares de Reais, exceto %	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - circulante	209.987	607.973	198.868
Empréstimos e financiamentos – não circulante	275.720	-	306.945
Patrimônio Líquido	1.617.194	540.320	438.435

¹ Calculado como a variação percentual nas vendas no mesmo período do ano anterior para todas as lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis e estão operando há mais de 12 meses.

² O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no prejuízo do exercício/período, ajustado pelo imposto de renda e contribuição social, pelo resultado financeiro líquido, pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA na seção 3.2 do Formulário de Referência.

³ A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA supracitado pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

⁴ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no prejuízo do exercício/período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, dos custos e despesas de depreciação e amortização, ajustado pelas despesas pré-operacionais, despesas aquisição e incorporação e outras despesas, que incluem baixa ativos imobilizado e intangível, resultado com sinistros, provisão para *Impairment* e custo com plano de ações. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA Ajustado na seção 3.2 do Formulário de Referência.

⁵ A Margem EBITDA Ajustada corresponde ao EBITDA Ajustado supracitado dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

⁶ A Margem Líquida corresponde ao prejuízo do exercício/período dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Pontos fortes

Acreditamos que os nossos principais pontos fortes incluem:

Posicionamento estratégico e privilegiado em setor com alto potencial de crescimento e dinâmica favorável

O mercado em que atuamos apresenta alto potencial de crescimento e baixa penetração no país. Além disso, observamos que o mercado de fast food no Brasil, mercado que atuamos, tem apresentado crescimento superior ao de alimentação fora do lar.

Dentre os fatores que levaram ao aumento do segmento de *fast food* está o contínuo crescimento de participação das mulheres no mercado de trabalho. Isso afeta significativamente os hábitos alimentares da população e resulta, dentre outros efeitos, em (i) um declínio no número de indivíduos responsáveis pelo preparo das refeições em casa; (ii) um aumento da renda familiar total; (iii) um aumento no consumo de alimentos prontos; e (iv) um aumento da base de clientes de *fast food*.

Outro fator relevante é o aumento constante da proporção da população urbana em relação à população total no Brasil. Em linha com o processo de urbanização ainda em andamento, tem-se observado um crescimento do número de pessoas vivendo sozinhas. Estes indivíduos buscam não só a conveniência de não prepararem as suas próprias refeições, mas também desenvolvem o hábito de comer fora de casa como uma forma de socialização.

Em adição aos aspectos socioeconômicos acima descritos, o setor de *fast food* no Brasil apresenta um grande potencial de concentração.

Nosso time de expansão desenvolveu um sofisticado modelo de originação, análise e construção de novos restaurantes, já tendo demonstrado capacidade de inaugurar mais de 100 restaurantes do BURGER KING® em um ano. A decisão de investimento em cada restaurante busca sempre maximizar o retorno sobre o capital de nossos acionistas, sendo precedida de criterioso e padronizado processo de avaliação de viabilidade. Buscamos prever o potencial de vendas e lucratividade de cada novo restaurante através da análise de aspectos sócio-demográficos da localização do restaurante, mapeamento da competição, potencial construtivo e *lay-out* de projeto, entre outros.

Acreditamos que a força de nossa marca aliada à nossa capacidade de expansão, à qualidade de nossa gestão, bem como a diversidade de sabores e preços dos produtos que ofertamos, nos colocam em posição única para capturar as oportunidades de crescimento existentes no setor de *fast food* no Brasil.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Marca e produtos diferenciados, de qualidade e adaptados à realidade brasileira

No Brasil, mesmo sendo uma marca relativamente nova, em número de restaurantes já somos a terceira maior rede de *fast food* e a segunda maior rede no segmento de hambúrgueres do país.

Nossas vendas são suportadas por uma política de marketing e operações direcionadas ao oferecimento aos nossos clientes de uma experiência de consumo autêntica e flexível às suas demandas e gostos.

Acreditamos que nossos produtos são indulgentes e saborosos, assim como apresentam qualidade superior e mais adequados ao paladar brasileiro por serem "*Grelhado No Fogo Como Churrasco*". Permitimos aos nossos clientes incluírem ou retirarem itens da montagem de seus sanduíches ("*Have It Your Way / Faça Do Seu Jeito*") e constantemente revisitamos e adequamos o nosso cardápio a fim de adaptá-lo às demandas de nossos clientes, bem como aos gostos do consumidor brasileiro. Somos uma das poucas cadeias de *fast food* no Brasil que oferecem aos clientes o refil grátis de refrigerantes e chás. Mantemos compromissos com a qualidade dos produtos que ofertamos e com a saúde de nossos consumidores. Possuímos um sistema de gerenciamento integrado que tem por objetivo garantir, além de maior eficiência operacional, administrativa e financeira, a qualidade e a segurança dos alimentos que ofertamos. Ademais, procuramos maximizar a experiência dos nossos consumidores em nossos restaurantes, como por exemplo via inovações tecnológicas como o nosso *Mobile App*.

Em decorrência de nossa estratégia de marketing, segundo estudo de monitoramento de marcas online, realizado pela Ipsos a pedido da Companhia, com base amostral de 840 casos por trimestre, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Salvador (intervalo de confiança de 95%), envolvendo as sete maiores redes de fast food do país junto a consumidores, o reconhecimento de nossa marca passou de 91% para 95% dos entrevistados entre dezembro de 2015 e o último trimestre a dezembro de 2017, e deixamos de ser a rede de restaurante fast food preferida por 17% dos entrevistados para ser a preferida por 29% deles neste mesmo período.

Performance operacional superior ao mercado, com forte cultura meritocrática e modelo de gestão com foco em resultados

Nosso modelo de negócios nos permitiu atingir altas taxas de crescimento em conjunto com a melhora constante de nossos índices de rentabilidade. Entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017 nossa receita líquida cresceu a um CAGR de 39,3% assim como a nossa margem EBITDA Ajustada aumentou 2,6p.p.

A Companhia possui um modelo de gestão diferenciado, o qual é aplicado em todos os níveis de administração, implementado em linha com a cultura e valores que foram trazidos pelos acionistas fundadores da Companhia. Esse modelo é suportado por uma forte cultura corporativa voltada para resultados em um modelo de gestão que tem como objetivo proporcionar eficiência operacional e rentabilidade. Temos como pilares de nossa filosofia a meritocracia e a "visão de dono", incentivando sempre melhores resultados, com sólidos valores e metas individuais claras e objetivas para nossos colaboradores.

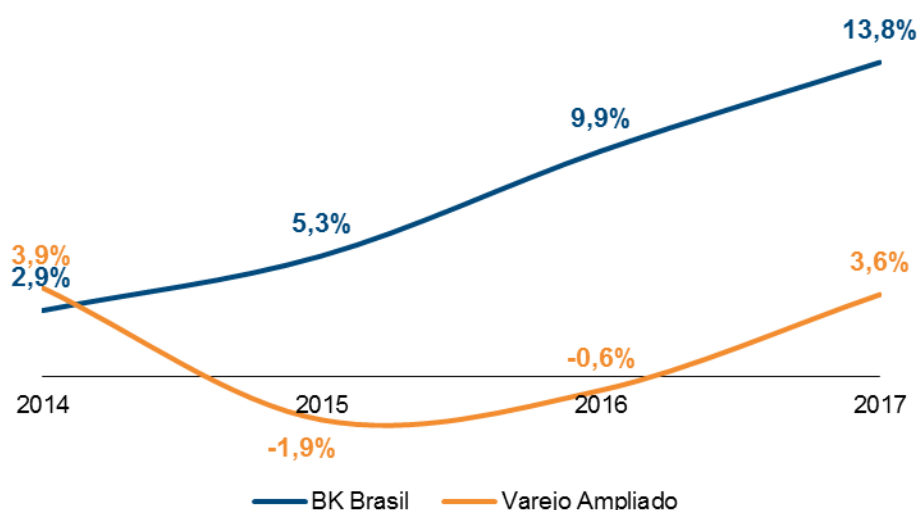
Isso se traduz no modo de a Companhia pensar e estruturar a remuneração e carreira de seus colaboradores, o que tem desdobramentos práticos no nosso cotidiano. Por exemplo, no tocante à remuneração e sua forte ligação com a rentabilidade do negócio, realizamos periodicamente

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

reuniões e *webcasts* com todos os nossos colaboradores, tanto corporativos, quanto de restaurantes, para apresentação dos resultados da Companhia e acompanhamento das metas. O objetivo é sempre engajar cada um dos colaboradores com o sucesso dos negócios da Companhia, o que nos proporciona uma performance operacional que acreditamos ser diferenciada.

Com relação ao desenvolvimento da carreira de cada um de nossos colaboradores e a importância colocada na meritocracia, a Companhia adota um processo específico para preenchimento de vagas, selecionando, primeiro, candidatos internos. Dessa forma, as nossas vagas são anunciadas, em primeiro lugar, internamente e realizamos um processo de seleção entre todos os nossos colaboradores interessados antes de buscarmos novos profissionais no mercado. Buscamos dessa forma valorizar o nosso pessoal, demonstrando que o esforço e a meritocracia são valores essenciais em nossa estrutura.

A nossa performance operacional superior, aliada à forte cultura meritocrática e ao modelo de gestão com foco em resultados, tem resultados diretos no crescimento e na rentabilidade de nossos negócios. A Companhia tem apresentado crescimento de vendas em “comparáveis mesmos restaurantes” (ou SSS – *sames store sales*) superior ao mercado, conforme demonstrado na tabela abaixo (dados do IBGE):



Equipe de gestão experiente e comprometida com resultados

Nossa diretoria tem em média 20 anos de experiência na administração de grandes empresas. Acreditamos ter um grupo de profissionais talentosos e experientes, com forte reputação no mercado. Nossa equipe de gestão liderou nosso processo de crescimento e fomentou uma cultura de inovação, empreendedorismo e trabalho em equipe. Ademais, sete, de um total de oito, dos diretores da Companhia estão conosco desde a fundação em 2011, formando um time coeso e com efetiva capacidade de trabalhar em conjunto com sucesso. Nos itens 12.5 e 12.6 do Formulário de Referência da Companhia há uma descrição da composição e da experiência profissional dos administradores da Companhia.

Acreditamos que a experiência especializada de nossa administração e seu conhecimento profundo da Companhia contribuem para a eficiência de nossas operações.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Reconhecendo a importância de nossos administradores para o nosso sucesso, implementamos planos de retenção de longo prazo para nossos executivos-chave, sempre atrelados aos pilares básicos de meritocracia e “visão de dono” que são aplicados em todos os níveis da Companhia, representando um incentivo para crescer, gerar resultados e reter talentos.

Nossa estratégia

Nossa estratégia encontra-se amparada nos pontos abaixo descritos:

Expansão da nossa rede mediante criteriosa abertura de novos restaurantes

Apesar da grande expansão de nossa rede de restaurantes observada desde 2011, acreditamos que a abertura de novos restaurantes ainda será uma das principais fontes de nosso crescimento nos próximos anos. Pretendemos expandir a nossa rede pelo país por meio de uma abertura criteriosa de novos restaurantes BURGER KING® focada nas seguintes frentes:

- **Seleção de cidades com potencial de crescimento.** A abertura de novos restaurantes contempla um rigoroso critério de avaliação, dividido em diversas etapas. A Companhia tem como foco a abertura de novos restaurantes em cidades que apresentam um crescimento do PIB mais expressivo, alinhado a um aumento da renda per capita da população. Temos como premissa para análise de determinada cidade a expansão econômica e o poder aquisitivo dos residentes daquele município. Após identificada uma cidade de interesse, o processo de seleção do local para uma nova unidade passa por um planejamento de mercado que analisa, de forma pormenorizada, cada bairro e quarteirão da cidade-alvo. Ao final dessa análise, a Companhia foca na implantação dos novos restaurantes nos locais classificados como de alto interesse.
- **Foco em formato de restaurantes considerados com maior potencial de crescimento e rentabilidade.** Especialmente com relação aos restaurantes *drive thru / freestandings*, entendemos que há uma grande capacidade de expansão. Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos 109 restaurantes *drive thru / freestandings*, sendo 81 restaurantes próprios, 20 restaurantes de franqueados e 8 de sub-franqueados. Além de identificarmos excelentes oportunidades de investimento neste formato, restaurantes *drive thru / freestandings* representam o que acreditamos ser uma das principais diferenças entre nós e nosso principal concorrente. Sendo assim, com o intuito de nos consolidarmos ainda mais como uma das principais redes do segmento de *fast food* no Brasil, buscaremos um crescimento no nosso número de restaurantes *drive thru / freestanding*. Acreditamos que temos a expertise necessária para tanto, uma vez que, mesmo durante a fase inicial de esforços na abertura de restaurantes localizadas em shopping centers, a Companhia abriu unidades *drive thru / freestanding*, e com isso adquiriu o conhecimento operacional necessário para desenvolver e operar restaurantes nesse formato. Portanto, temos hoje a capacidade de operar, de forma bem-sucedida, restaurantes em shopping centers e *drive thru / freestanding*, podendo aproveitar desse potencial de crescimento específico. É importante frisar também que a conjuntura macroeconômica do país também tem levado a uma redução dos valores dos aluguéis, o que apresenta uma oportunidade para a expansão de restaurantes *drive thru / freestanding*. Ademais, em linha com o intuito de nos consolidarmos ainda mais como uma das principais redes do segmento de *fast food* no Brasil, uma de nossas estratégias será aumentar o número de quiosques de sobremesa. Trata-se de um formato consagrado no Brasil, com excelente margem e bom retorno de investimento.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- **Expansão da nossa rede de sub-franqueados.** Além do crescimento da rede de restaurantes próprios, na qualidade de master-franqueada, a Companhia acredita no potencial de expansão da rede de sub-franqueados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um total de 49 restaurantes pertencentes a sub-franqueados, incluindo o repasse de 8 restaurantes próprios para sub-franqueados realizado no quarto trimestre de 2017 refletindo o contínuo foco em alocação de capital próprio da Companhia. Esse tipo de restaurante permite a penetração mais granular da marca BURGER KING®, com uma expansão a locais que não são o foco principal da Companhia, e geração de receitas adicionais para a Companhia, sem investimentos em ativos fixos, assim como oportunidades adicionais de repasse de lojas próprias.

Reforço da marca e satisfação dos consumidores

Pretendemos continuar a trabalhar a marca BURGER KING® no Brasil de forma a aumentar o reconhecimento da marca e a satisfação de nossos consumidores. Mesmo tendo alcançado um reconhecimento de marca de 95% dos entrevistados, conforme já mencionado acima, de acordo com a Ipsos em estudo de monitoramento de marcas online, realizado a pedido da Companhia, com base amostral de 840 casos por trimestre, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Salvador (intervalo de confiança de 95%), continuaremos a trabalhar com ações de marketing para manter e aumentar esse percentual. Focaremos nossas ações em veículos de mídia compatíveis com o público alvo dos produtos da Companhia.

Aumento da nossa eficiência operacional, suportada pela constante melhoria de processos e emprego de novas tecnologias

Esperamos aumentar a rentabilidade operacional de nossos restaurantes mediante o contínuo emprego de novas tecnologias e processos. Estamos constantemente avaliando as principais tendências de mercado e formas de otimizar nossos restaurantes, sempre com o intuito de aumentar a rentabilidade das operações da Companhia.

Adicionalmente, pretendemos aprimorar canais já existentes, como aplicativos para celulares e *delivery*, investir em novos canais, como quiosques de autoatendimento, e em sistemas a fim de aprimorar nossa eficiência, reduzir nossos custos operacionais e melhorar nossas margens. Também planejamos melhorar continuamente nossos sistemas de logística e aprimorar nosso gerenciamento de estoques e rede de fornecedores. Por fim, estamos sempre em busca de melhorar nossas condições junto aos locadores de nossos restaurantes, com o intuito de expandir a perenidade e rentabilidade de nossos negócios.

Aproveitar oportunidades de crescimento através de aquisições estratégicas

Pretendemos monitorar continuamente o setor de restaurantes e analisar oportunidades de aquisições estratégicas que possam ampliar nossa experiência e nossa marca. De 2011 até 31 de dezembro de 2017, realizamos 5 aquisições, as quais representaram um acréscimo de 91 unidades ao número total de restaurantes da Companhia. Em razão desse histórico, acreditamos possuir uma extensa expertise na condução de todo o processo de aquisição e de consolidação dos negócios adquiridos às atividades da Companhia de forma eficiente e com sucesso. Por esse motivo, exploraremos de forma seletiva oportunidades de aquisição de novas marcas e restaurantes (inclusive de restaurantes pertencentes a nossos franqueados e sub-franqueados), assim como oportunidades relacionadas à implantação de novas redes de restaurantes que sejam complementares às nossas atividades. Acreditamos que será possível integrar as companhias

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

adquiridas de maneira rápida, eficiente e rentável, minimizando custos marginais e rapidamente realizando economias de escala.

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, referente a venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A composição da receita provém majoritariamente da venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia. Adicionalmente, obtemos menos de 1,0% da nossa receita com prestação de serviços.

Demonstramos na tabela abaixo a composição da receita operacional líquida de vendas do único segmento operacional da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, e também sua representatividade em relação à receita operacional líquida.

Receita Operacional Líquida						
(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2015	AV	2016	AV	2017	AV
Receita líquida de vendas	939,4	98,9%	1.381,9	99,2%	1.769,6	99,3%
Receita líquida de prestações de serviços	10,3	1,1%	11,3	0,8%	14,2	0,7%
Receita operacional líquida	949,7	100,0%	1.393,3	100,0%	1.783,8	100,0%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nossa receita operacional líquida alcançou R\$949,7 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pelo efeito da abertura de 89 (oitenta e nove) restaurantes ao longo do ano de 2014 e da aquisição de 11 (onze) novos restaurantes concretizados em 2014. Adicionalmente, nossa receita total se beneficiou do aumento anual da receita operacional líquida média dos nossos restaurantes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossa receita operacional líquida alcançou R\$1.393,3 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pela abertura de 98 (noventa e oito) novos restaurantes no ano de 2015 e da aquisição de 31 (trinta e um) novos restaurantes concretizados em 2015. Adicionalmente, nossa receita total se beneficiou do aumento anual da receita operacional líquida média dos nossos restaurantes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita operacional líquida alcançou R\$1.783,8 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pela abertura de 56 (cinquenta e seis) restaurantes no ano de 2016, pela aquisição de 8 (oito) restaurantes concretizados em 2016 e pelo aumento anual da receita operacional líquida média dos nossos restaurantes.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Nosso resultado operacional é resultante da venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia. A tabela abaixo apresenta o prejuízo proveniente do único segmento operacional da Companhia para os períodos indicados:

Em milhares de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Prejuízo do período/ exercício	3.819	(93.456)	(36.757)

(a) características do processo de produção

Nosso atual processo de produção é focado no segmento alimentício, no qual preparamos alimentos para consumo final de nossos clientes. Nosso menu principal é composto principalmente por hambúrgueres e acompanhamentos, os quais são baseados na qualidade e conhecimento global da marca BURGER KING®.

Ademais, a Companhia é inovadora no desenvolvimento de hambúrgueres, principalmente considerando a compreensão do mercado local, o qual nos permitiu introduzir com sucesso novos itens para atrair os gostos locais e fornecer aos nossos clientes opções de alimentos diferenciados e de grande qualidade.

Nós também oferecemos hambúrgueres com sabores diferentes e ofertas premium, como os recém lançamentos Família Picanha e BK Costela. Além disso, monitoramos constantemente nossas vendas e demanda de clientes por produtos, o que nos permite fazer promoções específicas e agir com rapidez para modificar e implementar novos itens ao menu.

Possuímos uma plataforma operacional de cozinha que acreditamos ser diferenciada, que nos permite oferecer produtos diferenciados aos nossos clientes. Nossa plataforma operacional nos permite oferecer diversas opções aos nossos clientes, os quais podem personalizar seus pedidos de acordo com o desejado, e sempre mantendo a nossa qualidade de produtos, serviços e sabor inalterados.

Todos os produtos que vendemos devem ser aprovados pela Burger King Corporation e atendem às especificações da Burger King Corporation, incluindo novos produtos. Trabalhamos com nossos fornecedores para implementar testes de padrões chave em cada etapa de nossa cadeia de suprimentos, incluindo matérias-primas, processamento e distribuição. No que diz respeito às matérias-primas, nossos fornecedores de produtos são submetidos a auditorias de verificação e a aprovações do Burger King Corporation. Na fase de processamento, implementamos um sistema de gerenciamento de qualidade de fornecedores que incentiva a melhoria contínua em cada categoria de produto chave.

Devido ao nosso gerenciamento de cadeia de suprimentos e padrões de alta qualidade, acreditamos que nossos produtos têm uma vantagem competitiva, porque possuem muitos atributos que os tornam atraentes para nossos clientes.

(b) características do processo de distribuição

A Companhia tem como atividade principal o desenvolvimento e exploração de restaurantes BURGER KING® no Brasil, responsabilizando-se também pela prestação de serviços de assessoria e de suporte aos restaurantes que operem com o sistema BURGER KING® no Brasil. Além disso, a Companhia exerce atividade de comércio, importação e exportação de produtos relacionados à atividade principal de operação dos restaurantes BURGER KING®, tal como disposto em seu estatuto social.

A Companhia tem Acordo Operacional com a Platlog Importação, Logística e Distribuição Ltda. ("Operador Logístico"), a qual atua como (i) distribuidora comercial dos insumos empregados na

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

elaboração dos alimentos BURGER KING®, dado que o Operador Logístico é formalmente o adquirente desses insumos e o efetivo distribuidor desses produtos para os restaurantes BURGER KING®, conforme demanda e (ii) prestadora de serviços logísticos para o sistema BURGER KING®, já que é responsável por auxiliar na identificação das necessidades de estoque de cada loja e de promover a entrega dos insumos necessários.

O Operador Logístico não é parte relacionada à Companhia, dado que atua como operador logístico especializado no atendimento a grandes redes de franquia na área de alimentação, o que lhe leva a atender outras empresas desse setor.

A negociação com os fornecedores dos insumos empregados na elaboração dos alimentos é feita pela própria Companhia, que tem poder de obter melhores preços, em razão de seu porte, estrutura operacional e suporte global da marca BURGER KING®. Por isso, todo o movimento comercial dessas mercadorias (compra e venda) é feito sob demanda da Companhia. Ao Operador Logístico cabe, dentre outras atividades, manter o controle físico da distribuição, o qual se dá no âmbito do contrato existente entre as partes.

Não obstante o largo uso do modelo de distribuição, no intuito de obter maior segurança de estoque, melhorar fluxo de caixa e evitar alavancagem excessiva do Operador Logístico, a Companhia também atua mediante modelo operacional de suprimento de seus restaurantes próprios, de tal forma que utiliza estabelecimento comercial próprio para recebimento dos produtos dos fornecedores e os transfere aos restaurantes próprios, à medida das suas necessidades.

No caso do estoque próprio, a atividade de aquisição e transferência dos insumos e produtos é desenvolvida diretamente pela Companhia, cabendo ao Operador Logístico prestar exclusivamente serviços de logística.

Ou seja, na modalidade “Distribuição”, na qual a Companhia, em determinada proporção, e todos os franqueados atualmente atuam, o Operador Logístico (i) adquire os insumos e produtos dos fornecedores; (ii) promove a distribuição (venda) dessas mercadorias para os restaurantes próprios e franqueados da Companhia situadas por todo o país; e (iii) coordena logisticamente a cadeia produtiva. A Companhia apenas se relaciona com os fornecedores na negociação e no planejamento comercial.

Na modalidade “Estoque Próprio” a Companhia, por meio de um estabelecimento próprio, faz (i) a aquisição dos insumos e produtos dos fornecedores, que são entregues em estoque próprio; e (ii) a transferência desses produtos aos restaurantes próprios. O Operador Logístico realiza apenas o serviço de logística para viabilizar a distribuição dessas mercadorias. Nesta modalidade de operação, a Companhia não realiza qualquer venda para franqueados ou terceiros, de modo que não é realizada qualquer tipo de operação comercial e/ou lucrativa, e/ou que contribua para a formação da receita da Companhia.

Responsabilidades do Distribuidor

O Operador Logístico é responsável pelo transporte, acondicionamento, estado final e entrega dos nossos insumos, cabendo a ele arcar, perante a Companhia ou qualquer dos franqueados do sistema BURGER KING®, por eventuais perdas ou danos decorrentes da (i) não entrega, ou entrega dos insumos fora da data especificada para entrega, salvo nas situações de caso fortuito ou força maior; (ii) entrega de insumos diversos daquele solicitados ou entrega de insumos fora das especificações solicitadas; ou (iii) entrega de produtos mal acondicionados ou com danos decorrentes do transporte.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Entrega aos Restaurantes

A entrega dos produtos e insumos é realizada para cada filial da Companhia. A Companhia possui todas as suas filiais de restaurantes vinculadas a um mesmo CNPJ raiz, de modo que isso confere grande simplificação na gestão fiscal, contábil e administrativa em geral.

(c) características dos mercados de atuação

Introdução ao setor de serviços de alimentação

O setor de serviços de alimentação compreende a distribuição e/ou o preparo de refeições para o consumo “fora de casa” e pode ser dividido em dois segmentos principais:

- Segmento Público e de Serviços Contratados: inclui as refeições servidas em locais como hospitais públicos, escolas e presídios, bem como os serviços de buffet; e
- Segmento de Serviços de Alimentação: inclui serviços prestados diretamente ao público por meio de lojas de rua, shopping centers ou outros locais públicos. Esse segmento, amplamente conhecido como *foodservice*, pode ser dividido em vários subsegmentos, sendo os principais:
 - **Fast food:** Os estabelecimentos enquadrados nessa categoria, a exemplo de Burger King, KFC, Bob's, Subway, Giraffas, Habib's e McDonald's, apresentam característica bem delimitadas como i) preços mais acessíveis, ii) cardápios menos complexos, iii) fornecem alimentos para consumo imediato, iv) alimentos individualmente embalados e de fácil consumo, entre outros. Os restaurantes no modelo *fast food*, também conhecidos como *Quick Service Restaurants* (“QSR”), são de fácil acesso e apresentam alto potencial de penetração na grande maioria das praças e situações de consumo.
 - **Casual dining:** Os restaurantes classificados no modelo de *casual dining*, exemplificados pelas redes TGI Fridays, Applebee's, Chilli's e Outback, possuem uma proposta mais elaborada com relação ao ambiente, serviço e produto. Contrastando suas características com o *fast food*, essa categoria apresenta i) preços relativamente mais elevados, ii) cardápios mais diversificados, iii) serviço de mesa, iv) alimentos com apresentações mais elaboradas, v) bebidas alcoólicas, entre outras.
 - **Fast casual:** De maneira intuitiva, o *fast casual* é uma combinação das subcategorias descritas acima. A categoria é amplamente difundida nos Estados Unidos e vem ganhando presença internacionalmente. Comparando suas principais características com os restaurantes de *fast food*, temos i) nível de preços intermediário (entre *fast food* e *casual dining*), ii) cardápio moderadamente mais diversificado, iii) serviço de mesa parcial, isto é, o pedido, assim como no *fast food*, costuma ser feito no balcão, contudo, ao contrário do primeiro, o cliente pode esperar na mesa até que seu pedido fique pronto para retirada ou aguardar para que seu pedido seja entregue na própria mesa.

O Burger King Brasil atua na operação de restaurantes do subsegmento de *fast food*. Os estabelecimentos de tal segmento estão comumente localizados em locais de alto tráfego, tais como praças de serviços rodoviários, aeroportos, shopping centers, estações de trem, centros comerciais, galerias, centros de serviços, vias públicas, entre outros.

O mercado global de foodservice

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fatores demográficos

Em termos gerais, os principais fatores que influenciam o mercado global de *foodservice* são as mudanças sócio demográficas como a quantidade de indivíduos trabalhando fora de casa, inserção das mulheres no mercado de trabalho, urbanização da população e o hábito de consumo dos indivíduos, que alteram a renda disponível, influenciando a demanda por refeições fora de casa e movimentando o mercado.

A proporção da população urbana em relação à população total está aumentando de maneira relativamente constante, e já representa mais de 50% da população nacional. Além disso, tem-se observado um crescimento de pessoas vivendo sozinhas nas cidades, as quais representam importante base de clientes em potencial, dado que estes indivíduos buscam não só a conveniência de não prepararem as suas próprias refeições, mas também desenvolvem o hábito de comer fora de casa como uma forma de socialização.

Ainda, a urbanização e a individualização podem ser consideradas uma consequência do processo de globalização pelo qual os países emergentes estão passando. Tal processo não está apenas resultando em um aumento da população urbana, mas está criando novos hábitos de consumo por parte da população, que cada vez mais exige rapidez, comodidade e flexibilidade. Nesse contexto, é esperado um aumento na demanda de serviços alimentares. O *foodservice*, especialmente o *fast food*, se enquadra nesse cenário, podendo suprir a demanda por ambas as situações de consumo de forma rápida e descontraída.

O mercado brasileiro de *foodservice*

Fatores demográficos e comportamentais

Segundo dados do IBGE, o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, com aproximadamente 208 milhões de habitantes em 2017, apresentando uma taxa de crescimento média de 1,2% entre os períodos de 2007 e 2017. De acordo com estimativas do IBGE, a população brasileira continuará a crescer de maneira saudável e atingirá 228 milhões de pessoas em 2043.

Como reflexo de uma deterioração da economia em anos recentes, as taxas de desemprego no Brasil apresentaram um aumento significativo. Contudo, projeções do Instituto Foodservice Brasil indicam que a taxa de desemprego no país reduzirá no médio prazo. Esta melhora na taxa de desemprego e consequente aumento do poder de compra do brasileiro são fatores cruciais para estimular o crescimento do mercado de *foodservice*. Além da crescente empregabilidade no país, a migração da população de classes sociais inferiores para a classe média possibilitou uma distribuição de renda mais igualitária. Conforme dados da PNAD, as classes econômicas B1, B2 e C1 expandiram de 2005 a 2015 de forma expressiva. Já a participação das classes DE na população total decresceu no mesmo período.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Distribuição das classes econômicas

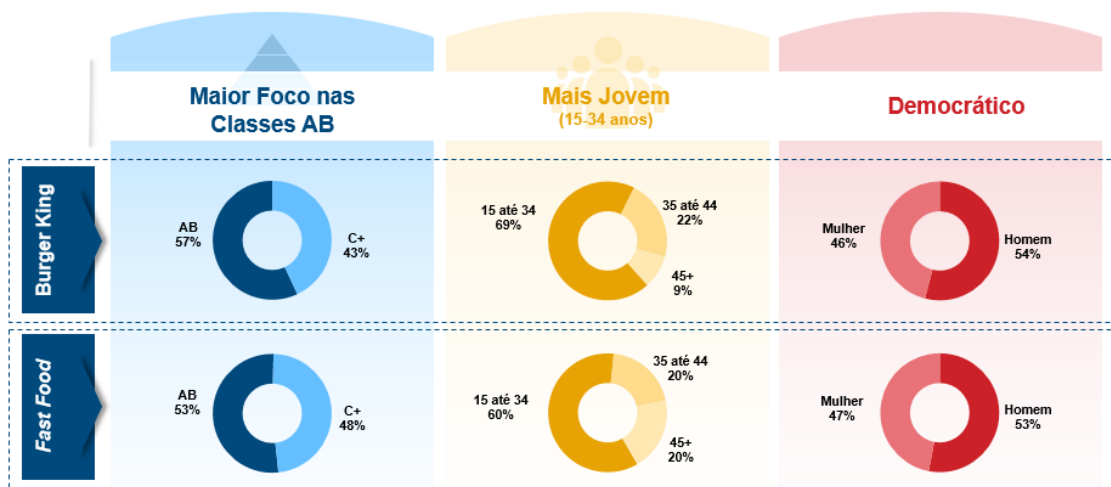
% da população total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2014	2015
Classe A	1,4%	1,5%	1,7%	1,8%	2,0%	2,2%	2,9%	2,8%
Classe B1	2,7%	3,0%	3,2%	3,5%	3,7%	4,0%	4,9%	5,0%
Classe B2	9,1%	9,7%	11,0%	11,8%	13,0%	14,3%	17,8%	18,1%
Classe C1	11,5%	12,7%	14,2%	15,2%	16,0%	17,7%	23,0%	22,9%
Classe C2	21,6%	22,5%	23,6%	24,8%	25,8%	25,1%	23,2%	24,6%
Classes DE	53,7%	50,6%	46,3%	42,9%	39,5%	36,7%	28,2%	26,6%

Fonte: PNAD IBGE

A expansão das classes A e B1/B2 também se mostra favorável para o crescimento do segmento de *fast food* (parte integrante do setor de *foodservice*), uma vez que o seu consumo está concentrado nos jovens de classe A e B1/B2. Vale ressaltar que esse aumento de poder aquisitivo possui um impacto ainda mais relevante para a Companhia, devido ao seu maior foco nos jovens das classes A e B1/B2.

Perfil do Consumidor de Fast Food no Brasil

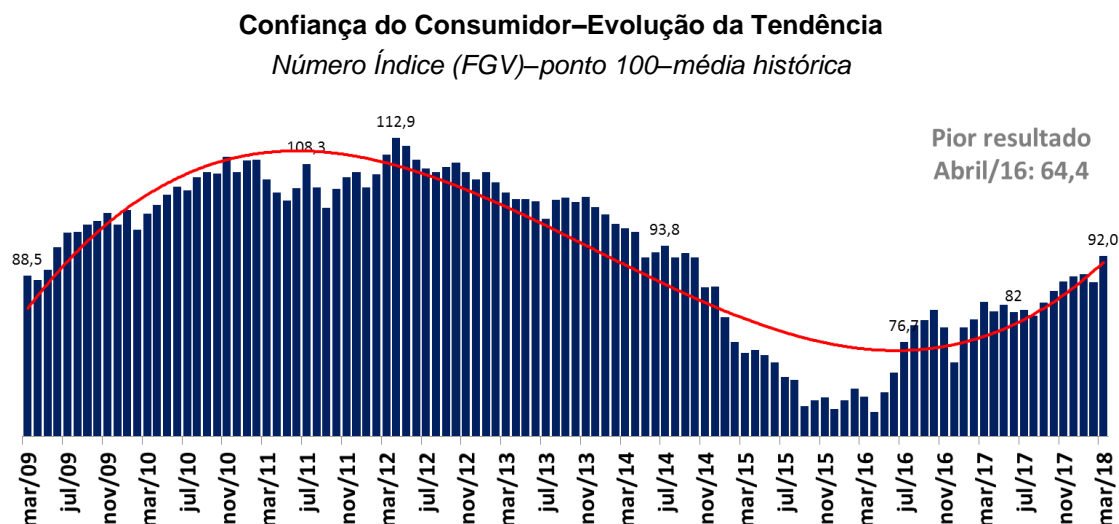


Fonte: Companhia, Crest NDP (3T16, 4T16, 1T17, 2T17)

Nota: Renda familiar média por classe social – A: R\$20.888; B1: R\$9.254; B2: R\$4.852; C1: R\$2.705; C2: R\$1.625; D-E: R\$768

No contexto da melhora da economia brasileira, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Fundação Getúlio Vargas, observou uma recuperação gradual após o pior resultado da série, em dezembro de 2017. Esse avanço sinaliza uma melhora na percepção sobre as finanças familiares no momento atual de inflação e taxa de juros baixas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: IBGE, Adaptação: GS&Inteligência/GS&MD

O contínuo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho também afeta significativamente os hábitos alimentares do consumidor. De acordo com dados do IBGE, em 2016, as mulheres representaram 44% do mercado formal de trabalho, enquanto a participação em 2007 foi de 41%. Essa tendência resulta, dentre outros efeitos, em (i) um declínio no número de indivíduos responsáveis pelo preparo das refeições em casa; (ii) um aumento da renda familiar total; (iii) um aumento no consumo de alimentos prontos; (iv) uma crescente demanda por alimentos saudáveis; e (v) um aumento da base de clientes de *fast food*.

Tendências no mercado de *foodservice* brasileiro

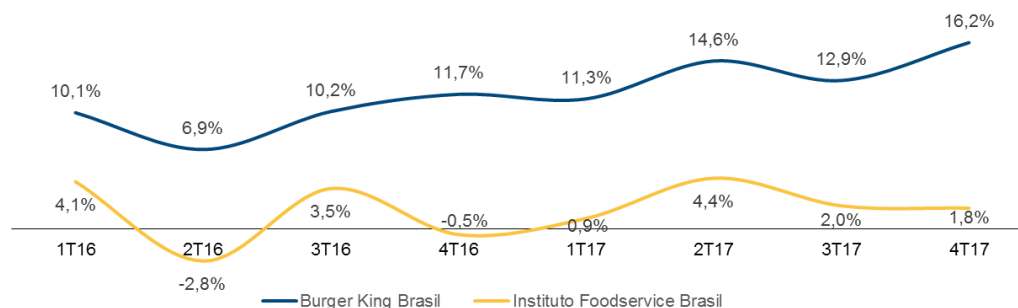
O mercado de *fast food* tem se mostrado resiliente em vistas à recente recessão econômica enfrentada pelo país. As empresas do setor têm procurado enfrentar a crise por meio do investimento em promoções e também do uso de personalização no momento da compra por parte do consumidor, o qual é atraído com a oportunidade de desenhar o produto de acordo com as suas preferências.

Uma tendência observada em anos recentes foi o uso de prestadores de serviço terceirizados que oferecem uma plataforma para o *delivery* de produtos. Principais nomes no Brasil são Hellofood, Pedidos Já e iFood, que oferecem plataformas *online* onde consumidores podem fazer pedidos de diversos restaurantes e terem seus alimentos entregues em casa. Porém, o consumo no próprio estabelecimento ainda continua prevalecendo nesse mercado.

Analisando a tendência de crescimento recente do setor, constata-se uma recuperação no crescimento no *Same Store Sales* (vendas realizadas por uma companhia na mesma base de lojas de um período anterior) em 2017. Segundo os dados do IFB (Instituto *Foodservice* Brasil) constata-se que houve uma significativa melhora no indicador de *Same Store Sales*, das 13 maiores redes de *foodservice* do Brasil, apresentando quatro trimestres consecutivos de crescimento de *Same Store Sales*. Vale ressaltar que apesar da recente melhora no crescimento desse grupo de companhias, elas continuam crescendo muito abaixo do Burger King Brasil, que vem apresentando um crescimento de dois dígitos a seis trimestres consecutivos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Same Store Sales - Burger King Brasil e Mercado (%)

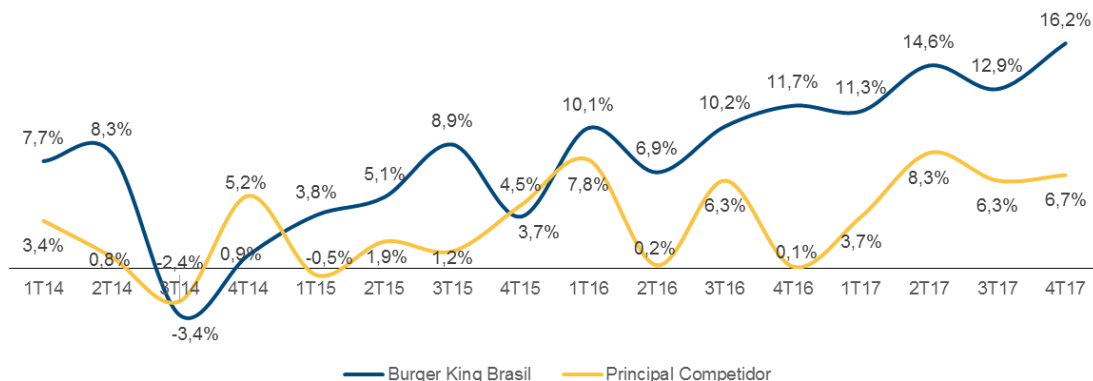


Fonte: Instituto Foodservice Brasil e Burger King Brasil.

Nota: IFB - Dados do IFB (Instituto Foodservice Brasil), considerando as informações das 13 maiores companhias do setor de fast food do Brasil.

A mesma diferença no crescimento de *Same Store Sales* também pode ser observada quando comparado o Burger King e seu principal concorrente no país.

Same Store Sales - Burger King Brasil e Principal Competidor (%)

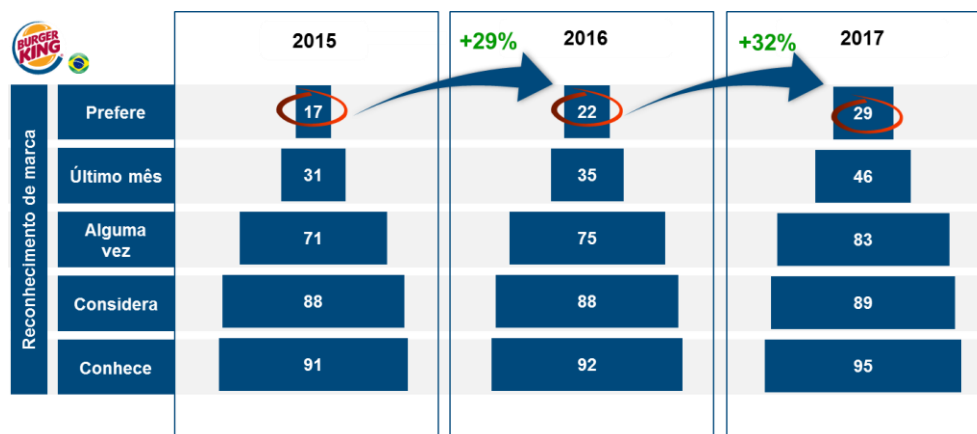


Fonte: Burger King Brasil e Arcos Dorados.

Além de um maior crescimento de *Same Store Sales* em relação aos competidores, a Companhia também apresentou um aumento no seu reconhecimento de marca. Entre 2015 e 2017, a Companhia cresceu em todos os níveis da pirâmide de reconhecimento de marca, com um crescimento relevante em preferência de marca.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Pirâmides de Reconhecimento de Marca (%)

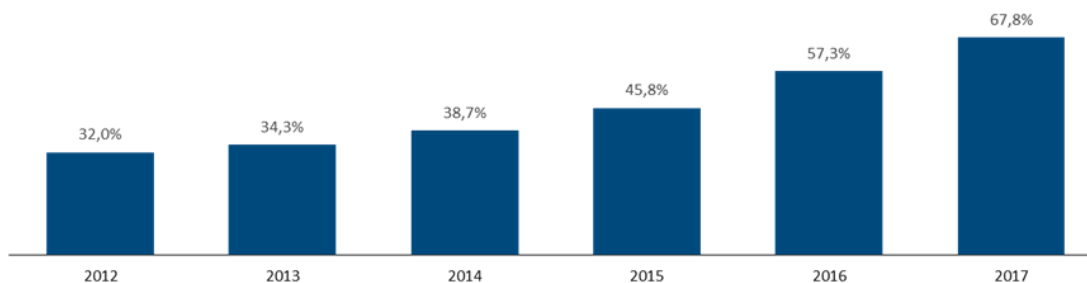


Fonte: Ipsos

Estudo de monitoramento de marcas on-line realizado pela Ipsos a pedido do Burger King, com uma amostra de 840 casos, calculada em dezembro de 2015, 4T16 e 4T17, perfil dos entrevistados: Homens / Mulheres, 18 a 55 nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília and Salvador um nível de confiança de 95%

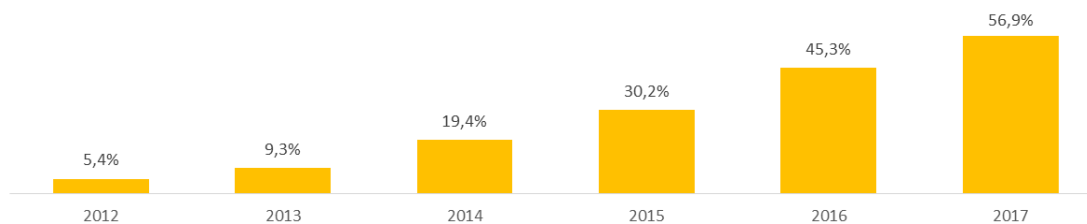
Essa melhora no reconhecimento de marca, pode ser em parte atribuída a um maior nível de satisfação dos clientes, e um aumento da velocidade de serviço. Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2017, o nível de satisfação dos clientes da Companhia, aumentou em aproximadamente 35,8 p.p., enquanto que a velocidade de atendimento aumentou em 51,5 p.p.

Nível de Satisfação dos Clientes – NPS (%)



Fonte: Companhia.

Velocidade de Atendimento – NPS (%)



Fonte: Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

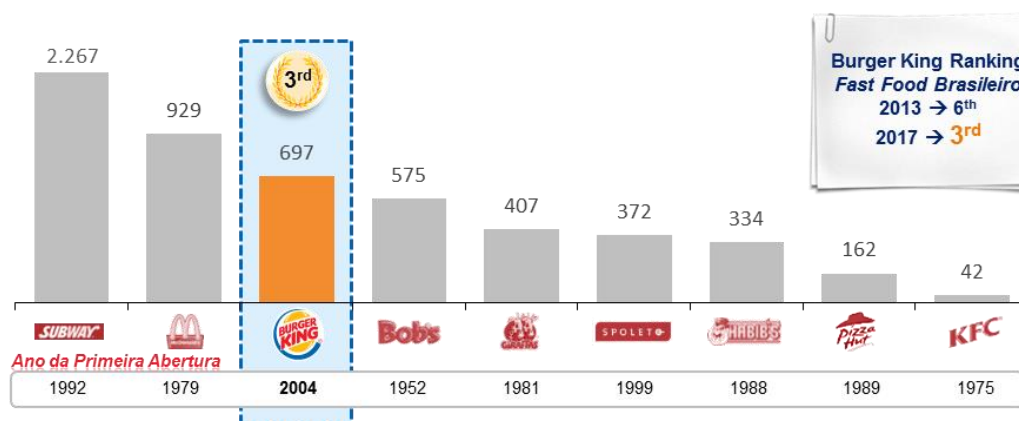
Regulamentação do setor no Brasil

A atividade de comércio varejista de alimentos é regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999, a ANVISA é uma autarquia sob regime especial e tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária. A Resolução de sua Diretoria Colegiada, RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação que determina as diretrizes de construção, manutenção e cuidados técnicos que devem ser observados de maneira a garantir aos usuários condições mínimas de segurança alimentar. Em conjunto com a ANVISA, as Secretarias Municipais de Saúde de cada município são responsáveis por fiscalizar e aplicar as leis federais e estaduais, bem como efetuar o registro e licenças de operação e renovação dos estabelecimentos.

Principais concorrentes

O segmento de *fast food* no Brasil é principalmente concentrado em seis principais players: Burger King Brasil, McDonald's, Bob's, Subway, Giraffas e Habib's. Se considerarmos apenas os players focados em burger, em 2017, os três mais relevantes – Burger King, McDonald's e Bob's – concentraram a maioria dos restaurantes do setor no país.

Número de lojas no Brasil e ano de fundação (Dezembro/2017)



Fonte: Geofusion e Relatórios de Investidores (Burger King Brasil e Arcos Dorados).

Nota: Não considera lojas quiosques e/ou cafés.

Abaixo segue uma breve descrição de cada um dos nossos principais competidores:

McDonald's

O McDonald's possui uma rede global de restaurantes com presença em mais de 100 países e 36,000 localidades. No Brasil, o McDonald's está presente desde 1979 quando a sua primeira filial foi inaugurada em Copacabana, Rio de Janeiro. Desde 2007, a rede dos restaurantes do McDonald's no Brasil é operada pela Arcos Dorados, máster franqueada da marca em toda a América Latina. Em dezembro de 2017, o McDonald's possuía um total de 929 restaurantes no Brasil.

Bob's

O Bob's é uma rede primordialmente brasileira de *fast food* inaugurada em 1952 pelo americano Robert Falkenburg com o seu primeiro restaurante em Copacabana, Rio de Janeiro. O Bob's foi uma

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

das primeiras redes de *fast food* no Brasil. Em 1984, a rede iniciou seu sistema de franquias, com a abertura de duas unidades em Vitória (ES). Em dezembro de 2017, o Bob's possuía um total de 575 restaurantes no Brasil.

Subway

Fundada em 1965, o Subway é uma rede global de restaurantes com mais de 44,000 pontos de venda. No Brasil, o Subway iniciou as operações no ano de 1993 e atualmente é uma das maiores redes em operação no mercado brasileiro. Em dezembro de 2017, possuía um total de 2.267 restaurantes no país, de acordo com a Geofusion.

Giraffas

Fundado em 1981, o Giraffas é uma rede de *fast food* brasileira presente em 130 cidades. Seus pratos incluem arroz, feijão, ovo frito e carnes grelhadas. Em 2011, investiu na abertura de um restaurante em Miami e, em 2013, inaugurou seu primeiro restaurante de rua. Atualmente, possui 407 lojas, de acordo com a Geofusion.

(d) eventual sazonalidade

O setor de varejo de alimentos apresenta forte sazonalidade, principalmente devido aos feriados, como carnaval e período de viagens no 1º trimestre, férias escolares no 3º trimestre e férias escolares e o natal no 4º trimestre. Entretanto, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing e promoções específicas realizadas pela Companhia. A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita operacional líquida:

Participação Trimestral												
(% da receita líquida do ano)	1T17	2T17	3T17	4T17	1T16	2T16	3T16	4T16	1T15	2T15	3T15	4T15
Receita Operacional Líquida	22%	24%	25%	29%	22%	23%	25%	29%	20%	24%	25%	31%

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

Nossos principais insumos e matérias primas utilizadas em nosso processo de produção são os seguintes:

Principais insumos			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(em %)	2015	2016	2017
Carne	27%	28%	28%
Frango	2%	4%	3%
Bacon	4%	4%	3%
Batata	13%	12%	9%
Sobremesa	6%	6%	6%
Bebidas	11%	11%	13%
Pães	9%	9%	9%
Outros	28%	26%	29%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Total	100%	100%	100%
--------------	-------------	-------------	-------------

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Mantemos com nossos fornecedores uma relação longa e prática para que possamos entregar nossos alimentos e serviços da melhor forma aos nossos clientes.

Nossos fornecedores estão sujeitos a determinadas regulamentações e controles de órgãos governamentais, como a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui dependência em relação a determinados fornecedores e distribuidores de alimentos. Para mais informações, ver item 4.1(e) deste Formulário de Referência.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Os preços de nossos fornecedores não costumam apresentar variações consideradas relevantes pela Administração em função dos contratos celebrados com eles. No entanto, eventual volatilidade nos preços de alguns insumos e matérias primas pode ser considerada adversa para a Companhia. As principais variações incluem (i) batata, uma vez que pelo contrato vigente o seu preço está atrelado à variação cambial do Euro; e (ii) carne, que pode ser impactado pelo preço do mercado futuro e à vista do insumo.

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia está sujeita a várias leis federais e estaduais no Brasil. Os restaurantes estão sujeitos a autorização e regulamentação por diversas autoridades governamentais, como órgãos de controle de zoneamento, saúde, segurança, higienização, construção e corpos de bombeiros onde o restaurante ou loja está localizado. Dificuldades na obtenção ou o fracasso em obter as licenças e aprovações necessárias pode atrasar ou impedir a abertura de um novo restaurante em um determinado local. Operações de restaurantes também estão sujeitas a leis que dispõem sobre fatores como condições de trabalho, horas extras e salário. A Companhia está sujeita também a tarifas e regulamentações sobre mercadorias e equipamentos importados e leis que regulamentam o investimento estrangeiro.

No Brasil, a Companhia está sujeita às leis que regulamentam o relacionamento do franqueador com o franqueado e essas leis limitam, entre outros, o prazo de duração e escopo de cláusulas de não concorrência e a capacidade de um franqueador de designar fontes de fornecimento e as comunicações de vendas de franquias. Além disso, a Companhia pode estar sujeita a certas legislações ou regulamentações relacionadas à venda de alimentos com altos níveis de gordura e de sódio. Devemos lembrar que restrições sobre o *marketing* de restaurantes de *fast food* foram propostas no Brasil, como a restrição da venda de brinquedos junto com a comida como forma de brinde a ser entregue ao cliente. Cumpriremos quaisquer leis ou regulamentações que possam ser promulgadas e não esperamos que tal cumprimento tenha um impacto significativo sobre nosso negócio ou resultados operacionais. No entanto, não podemos garantir que as leis e regulamentações futuras não afetarão de forma negativa o nosso negócio e nossos resultados operacionais.

Comércio Varejista de Alimentos

A atividade de comércio varejista de alimentos é regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999, a ANVISA é uma autarquia sob regime especial e tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária. A Resolução de sua Diretoria Colegiada, RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação que determina as diretrizes de construção, manutenção e cuidados técnicos que devem ser observados de maneira a garantir aos usuários condições mínimas de segurança alimentar. Em conjunto com a ANVISA, as Secretarias Municipais de Saúde de cada município são responsáveis por fiscalizar e aplicar as leis federais e estaduais, bem como efetuar o registro e licenças de operação e renovação dos estabelecimentos.

Caso não cumpra a legislação sanitária, a Companhia estará sujeita às sanções estabelecidas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. A ausência de alvarás sanitárias e irregularidade perante as autoridades sanitárias locais pode resultar em penalidades tais como: (i) advertência, (ii) multa (que varia de R\$200,00 a R\$3 milhões); e (iii) interdição parcial ou total do estabelecimento, dentre outras.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adere a padrões internacionais de proteção ambiental. No entanto, a fim de identificar os principais impactos ambientais diretos e indiretos das atividades da Companhia, foram implementadas iniciativas, dentre as quais destacam-se o controle do consumo de água e energia que engloba o reaproveitamento de água de reuso em lojas *freestanding* e aplicação de tecnologias de alta eficiência energética como, por exemplo, lâmpadas LED na quase totalidade dos restaurantes, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de conscientização sobre o uso eficiente dos materiais. Outra iniciativa importante é o gerenciamento ambientalmente adequado da gordura vegetal para fritura, cujo descarte após o uso é feito por meio de empresas especializadas na coleta de gordura vegetal, sendo que, atualmente, a Companhia possui coletores cadastrados para todos os seus restaurantes.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Consideramos que as marcas e outros direitos de propriedade intelectual licenciados para a Companhia pela Burger King Corporation têm valor significativo e são fatores importantes na manutenção de nossa posição competitiva. No Brasil, a propriedade de uma marca somente poderá ser adquirida pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, dando o direito ao titular do uso exclusivo da marca em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços.

Para maiores detalhes a respeito das marcas relevantes utilizadas pela Companhia, favor reportar-se ao item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que as receitas provenientes de países estrangeiros não são relevantes para a Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que as receitas provenientes de países estrangeiros não são relevantes para a Companhia.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que as receitas provenientes de países estrangeiros não são relevantes para a Companhia.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade e não possui política de responsabilidade ambiental formalizada.

Não obstante, a Companhia entende que o sistema de gestão ambiental atualmente adotado é suficiente para assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis, com o compromisso de reduzir os impactos ambientais de seus serviços.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

Em 13 de julho de 2011 a Companhia celebrou com a Burger King Corporation o “*Master Franchise and Development Agreement - MFDA*”, por meio do qual a Burger King Corporation outorgou à Companhia o direito de ser a máster franqueada exclusiva do sistema BURGER KING® no Brasil. O MFDA tem prazo de validade até julho de 2031 e poderá ser renovado por mais 20 anos, mediante vontade de ambas as partes.

Na qualidade de máster franqueada exclusiva, a Companhia possui, dentre outros direitos, a possibilidade de selecionar os locais para abertura de restaurantes, próprios ou de sub-franqueados, sem a necessidade de aprovação da Burger King Corporation, bem como a capacidade para implementar mudanças nos menus e fornecedores autorizados da rede franqueada BURGER KING®.

Em contrapartida aos direitos outorgados pela Burger King Corporation, a Companhia comprometeu-se a cumprir com metas anuais de abertura de restaurantes BURGER KING®. O não cumprimento de tais metas é, dentre outras hipóteses costumeiramente presentes neste tipo de contrato, causa para a rescisão do MFDA.

Também em 13 de julho de 2011 a Companhia celebrou com a Burger King Corporation o “*Master Franchise Services Agreement – MFSA*”, por meio do qual a Burger King Corporation delegou à Companhia a prestação de diversos serviços para os franqueados no Brasil que habitualmente seriam prestados pela franqueadora, tais como (i) serviços de marketing e propaganda, inclusive com a gestão do fundo de marketing local; (ii) serviços de treinamento, monitoramento e supervisão de franqueados; (iii) serviços de desenvolvimento e atualização de padrão visual e layout dos restaurantes.

A prestação de tais serviços pela Companhia é remunerada diretamente pelos franqueados e sub-franqueados do sistema BURGER KING®, por meio de pagamento de uma taxa prevista nos respectivos contratos de franquia e sub-franquia. A validade e vigência do MFSA está diretamente relacionada ao MFDA.

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

As informações relativas ao item 9.1.a foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Franquias	Contrato de franquia que permite a BKB operar os restaurantes BURGER KING® próprios.	20 anos após a inauguração	(a) Falha pela BKB em operar o restaurante BURGER KING® de acordo com os padrões do BURGER KING®; (b) venda de produtos não autorizados ou falha em vender produtos obrigatórios; (c) falha na utilização do padrão visual do sistema BURGER KING®; (d) não pagamento das respectivas taxas de royalties e contribuições ao fundo de marketing; (e) falência ou recuperação judicial da BKB; (f) deixar de ocupar o local aprovado ou abandono do restaurante; (g) decisão final condenando a BKB ao pagamento de valor material ou execução da BKB; (h) condenação do Managing Owner por crime; (i) falha no pagamento de valores materiais a fornecedores ou locadores; (j) questionamento da validade, uso não autorizado ou duplicação dos de direitos de propriedade intelectual; (k) atos fraudulentos ou não éticos com relação à operação do restaurante BURGER KING®; (l) transferência de ações não autorizada pela BKB ou aquisição de participação em concorrente; (m) recusa em permitir a inspeção e auditoria da BKB.	Com o término de um Unit Addendum, a BKB perde o direito de operar o respectivo restaurante BURGER KING®.
Franquias	Contrato no qual BKB nomeou BKB como provedor de serviços da rede franqueada BURGER KING® no Brasil	13 de julho de 2031	A perda dos direitos relativos tal contrato está relacionada à: (a) descumprimento material das obrigações constantes no MFSA e não resolvidas após o prazo de cura; (b) licenciamento ou cessão do MFSA sem o consentimento da Burger King Corporation ou em descumprimento do disposto no MFSA; (c) declaração ou pedido de falência ou recuperação judicial da BKB que não seja revertida em até 60 dias ou admissão da BKB de sua incapacidade de honrar com seus compromissos; (d) questionamento pela BKB da validade de quaisquer direitos de propriedade intelectual relativos ao sistema BURGER KING®; (e) descumprimento das obrigações constantes no MFDA e demais contratos celebrados com a Burger King Corporation não sanadas nos prazos aplicáveis.	Com o término do MFSA todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de prestador de serviços exclusivo da Burger King Corporation serão rescindidos. A Burger King Corporation irá assumir a posição da BKB nos contratos de sub-franquia celebrados com os sub-franqueados.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Franquias	Contrato no qual BKB outorga à BKB direito de ser máster franqueado da marca BURGER KING® no Brasil	13 de julho de 2031	(a) Falta de pagamento da BKB de valores devidos à BKB após o respectivo prazo de cura; (b) abertura de restaurantes BURGER KING® sem a respectiva aprovação e falha em obter a referida aprovação após o período de cura; (c) descumprimento das obrigações constantes do Contrato de Franquia (inclusive pagamento das respectivas taxas de franquia) em até 3% do total de restaurantes BURGER KING® detidos pela BKB; (d) falência ou recuperação judicial da BKB que não seja revertida em até 60 dias ou admissão da BKB de sua incapacidade de honrar com seus compromissos; (e) questionamento pela BKB da validade de quaisquer direitos de propriedade intelectual relativos ao sistema BURGER KING®; (f) prestação de informações materialmente falsas ou enganosas; (g) descumprimento das obrigações constantes no MFDA e demais contratos celebrados com a BKB e não sanadas após o respectivo prazo de cura (inclusive as metas anuais de aberturas de restaurantes BURGER KING®).	Com o término do MFDA todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de máster franqueado exclusivo da Burger King Corporation serão rescindidos, bem como o processo de aprovação de quaisquer restaurantes BURGER KING® cuja construção não tenha sido finalizada serão canceladas. A operação dos restaurantes franqueados da BKB já existentes na data do término do MFDA permanecerá válida e vigente durante os respectivos prazos nos termos do Contrato de Franquia.
Licenças	Licença da marca BK, para operação de restaurantes franqueados no Brasil.	20 anos após a inauguração	A perda de direitos relativos a tal licença está relacionada: (a) a quaisquer dos eventos relacionados à perda dos direitos do Contrato de Franquia descritos acima; (b) a eventos que possam afetar a validade ou titularidade dos registros de marca, tais como: (i) expiração do prazo de vigência dos registros sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito pela Burger King Corporation; (iii) declaração de caducidade ou nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda das licenças acarretaria o dever de cessar imediatamente o uso das marcas. Já a perda dos direitos sobre as marcas pela licenciante acarretaria o fim de seu direito de uso exclusivo de tais marcas em território nacional. Consequentemente, a licenciante encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a licenciante não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, que podem resultar em proibição do uso das marcas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Licença da marca WHOPPER®, para operação de restaurantes franqueados no Brasil.	20 anos após a inauguração	A perda de direitos relativos a tal licença está relacionada: (a) a quaisquer dos eventos relacionados à perda dos direitos do Contrato de Franquia descritos acima; (b) a eventos que possam afetar a validade ou titularidade dos registros de marca, tais como: (i) expiração do prazo de vigência dos registros sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito pela Burger King Corporation; (iii) declaração de caducidade ou nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda das licenças acarretaria o dever de cessar imediatamente o uso das marcas. Já a perda dos direitos sobre as marcas pela licenciante acarretaria o fim de seu direito de uso exclusivo de tais marcas em território nacional. Consequentemente, a licenciante encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a licenciante não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, que podem resultar em proibição do uso das marcas.
Licenças	Licença das marcas BURGER KING® para provimento de serviços para a rede franqueada no Brasil.	13 de julho de 2031	A perda de direitos relativos a tal licença está relacionada: (a) a quaisquer dos eventos relacionados à perda dos direitos do Master Franchise and Services Agreement descritos acima; (b) a eventos que possam afetar a validade ou titularidade dos registros de marca, tais como: (i) expiração do prazo de vigência dos registros sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito pela Burger King Corporation; (iii) declaração de caducidade ou nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda das licenças acarretaria o dever de cessar imediatamente o uso das marcas. Já a perda dos direitos sobre as marcas pela licenciante acarretaria o fim de seu direito de uso exclusivo de tais marcas em território nacional. Consequentemente, a licenciante encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a licenciante não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, que podem resultar em proibição do uso das marcas.
Franquias	Contrato relativo à abertura de um novo restaurante franqueado pelo Pré-Existing Franchisee.	-	A perda dos direitos relativos tal contrato está relacionada à: (a) rescisão do MFDA ou do MFSA nos termos acima; (b) rescisão do Franchise Agreement (Pré-Existing Franchisees) por iniciativa da BKB em razão de descumprimento pelo Pré-Existing Franchisee de suas obrigações.	Caso o MFDA seja rescindido todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de máster franqueado exclusivo da Burger King Corporation serão terminados, bem como o processo de aprovação de quaisquer restaurantes BURGER KING® cuja construção não tenha sido finalizada serão canceladas e caso o MFSA seja rescindido todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de prestador de serviços exclusivo da Burger King Corporation serão rescindidos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	burgerking.com.br	Indeterminado	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar da Companhia realizar estrito controle de prazos, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínio.	Não há como quantificar o impacto. A principal consequência da perda de tal direito seria a necessidade de criação de outro domínio.
Franquias	Contrato relativo à abertura de novo restaurante pelo Sub-Franqueado	-	A perda dos direitos relativos tal contrato está relacionada à: (a) rescisão do MFDA ou do MFSA nos termos acima; (b) rescisão do Triparty Franchise Agreement por iniciativa da BKB em razão de descumprimento pelo Sub-Franchisee de suas obrigações.	Caso o MFDA seja rescindido todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de máster franqueado exclusivo da Burger King Corporation serão terminados, bem como o processo de aprovação de quaisquer restaurantes BURGER KING® cuja construção não tenha sido finalizada serão canceladas e caso o MFSA seja rescindido todos os direitos outorgados à BKB na qualidade de prestador de serviços exclusivo da Burger King Corporation serão rescindidos.
Licenças	Licença da marca BURGER KING®, para operação de restaurantes franqueados no Brasil.	20 anos após a inauguração	A perda de direitos relativos a tal licença está relacionada: (a) a quaisquer dos eventos relacionados à perda dos direitos do Contrato de Franquia descritos acima; (b) a eventos que possam afetar a validade ou titularidade dos registros de marca, tais como: (i) expiração do prazo de vigência dos registros sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito pela Burger King Corporation; (iii) declaração de caducidade ou nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda das licenças acarretaria o dever de cessar imediatamente o uso das marcas. Já a perda dos direitos sobre as marcas pela licenciante acarretaria o fim de seu direito de uso exclusivo de tais marcas em território nacional. Consequentemente, a licenciante encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a licenciante não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, que podem resultar em proibição do uso das marcas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Licença da marca BIG KING®, para operação de restaurantes franqueados no Brasil.	20 anos após a inauguração de	A perda de direitos relativos a tal licença está relacionada: (a) a quaisquer dos eventos relacionados à perda dos direitos do Contrato de Franquia descritos acima; (b) a eventos que possam afetar a validade ou titularidade dos registros de marca, tais como: (i) expiração do prazo de vigência dos registros sem o devido e tempestivo pagamento das taxas oficiais para renovação; (ii) renúncia do direito pela Burger King Corporation; (iii) declaração de caducidade ou nulidade do registro, obtida por terceiro em processo administrativo. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda das licenças acarretaria o dever de cessar imediatamente o uso das marcas. Já a perda dos direitos sobre as marcas pela licenciante acarretaria o fim de seu direito de uso exclusivo de tais marcas em território nacional. Consequentemente, a licenciante encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a licenciante não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, que podem resultar em proibição do uso das marcas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI	07.568.325/0001-14	-	Controlada	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Exploração de lanchonetes do tipo “fast-food” e sorveteria	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-8,703898	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	18.293.000,00		
31/12/2016	63,712587	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia.								
BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios LTDA.	14.295.864/0001-92	-	Controlada	Brasil	AL	Maceió	Exploração de lanchonetes do tipo “fast-food” e sorveteria	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	5,128205	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-328.000,00		
31/12/2016	-262,376238	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Os investimentos foram efetuados visando complementar as operações próprias da Companhia e serão mantidos até que as atividades da controlada possam ser incorporadas na Companhia.								

Entendemos que nossos principais ativos relevantes são ativos imobilizados, imóveis nos quais nossas lojas estão localizadas (alugados), incluindo todas as benfeitorias e demais melhorias na edificação, além dos demais ativos fixos que compõem nossa operação, tais como equipamentos, construções, instalações e mobiliário, todos também localizados em nossos imóveis.

Ao invés de descrever extensa lista dos nossos ativos imobilizados, entendemos ser mais útil aos nossos acionistas e ao mercado em geral, as informações incluídas neste item 9.2, por meio do qual é possível verificar uma descrição mais completa e detalhada dos imóveis relevantes para o exercício das nossas atividades. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa “11. Imobilizado, líquido” de nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, consideramos relevante informar que possuímos determinados ativos imobilizados, tais como instalações, benfeitorias, máquinas, móveis e utensílios, que totalizam o valor líquido de R\$699.642 mil.

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sede	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Depósito	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
SHOP IBIRAPUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP INTERLAGOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP METRO TATUAPE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP VILLA LOBOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - AV HELIO PELLEGRINO 1072	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SUPER SHOP OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
SHOP WEST PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP GRAND PLAZA	Brasil	SP	Santo André	Alugada
PATIO BRASIL SHOP BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP BARRA SALVADOR	Brasil	BA	Salvador	Alugada
MORUMBI SHOP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
BRASILIA SHOP	Brasil	DF	Brasília	Alugada
PRAIA MAR SHOP SANTOS	Brasil	SP	Santos	Alugada
SHOP CENTRAL PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ELDORADO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
SHOP MIDWAY MALL NATAL	Brasil	RN	Natal	Alugada
PARQUE DOM PEDRO SHOP	Brasil	SP	Campinas	Alugada
SHOP IGUATEMI PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SHOP GUARARAPES	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
SHOP BRISAMAR SAO VICENTE	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
SHOP IGUATEMI FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
SHOP MANAIRA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
SALVADOR SHOP	Brasil	BA	Salvador	Alugada
SHOP SP MARKET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SALVADOR - AV ACM	Brasil	BA	Salvador	Alugada
SHOP PLAZA SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP CONJUNTO NACIONAL	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SANTANA PARK SHOP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP LA PLAGE	Brasil	SP	Guaruja	Alugada
FS ARACAJU - JARDINS DT	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
BOURBON SHOP SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP VITORIA	Brasil	ES	Vitória	Alugada
SHOP PRAIA DE BELAS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
BARRA SHOP RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
MARILIA SHOP	Brasil	SP	Marília	Alugada
LITORAL PLAZA SHOP	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
FS SOROCABA - AV COMITRE	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
FS CAMPINAS - NORTE SUL 200	Brasil	SP	Campinas	Alugada
SHOP PRAIA DA COSTA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
SHOP METROPOLE SBC	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
SHOP PARALELA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
SHOP IGUATEMI CAXIAS	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
CANOAS SHOP	Brasil	RS	Canoas	Alugada
SHOP UNIAO OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
ILS SHOP DOWNTOWN RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS JUNDIAI - AV NOVE DE JULHO	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
SHOP VALE SUL	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
SHOP SAO GONCALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
TAGUATINGA SHOP	Brasil	DF	Brasília	Alugada
ILS NORTE SHOP RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS CAMPINAS - AV BRASIL 761	Brasil	SP	Campinas	Alugada
SHOP TAMBORE	Brasil	SP	Barueri	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
BOULEVARD SHOP CAMPOS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP TABOAO	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
FS FORTALEZA - AV SANTOS DUMONT 1859	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
FS BARUERI - AV ALPHAVILLE	Brasil	SP	Barueri	Alugada
CENTERVALE SHOP	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
SHOP BAURU	Brasil	SP	Bauru	Alugada
SHOP VIA SUL	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
BOURBON SHOP NOVO HAMBURGO	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
SHOP METRO BOULEVARD TATUAPE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SALVADOR NORTE SHOP	Brasil	BA	Salvador	Alugada
MAXI SHOP JUNDIAI	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
SHOP BANGU	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CAMPINAS SHOP	Brasil	SP	Campinas	Alugada
FS SBC - AV PRESTES MAIA 1001	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
FS RECIFE - CASA FORTE	Brasil	PE	Recife	Alugada
ILR RJ - R SAO JOSE 35	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILS VIA BRASIL SHOP RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP RAPOSO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
MACEIO SHOP	Brasil	AL	Maceió	Alugada
SHOP BOA VISTA SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - RADIAL LESTE 1884	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP SERRAMAR	Brasil	SP	Caraguatatuba	Alugada
SHOP BELLA CITTA	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
SHOP PIRACICABA	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
RUA DA PRAIA SHOP	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
SHOP SANTA URSULA	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
WEST SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CENTER SHOP RIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILS SHOP CENTER PENHA SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PRUDEN SHOP	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
RECREIO SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP GRANJA VIANA	Brasil	SP	Cotia	Alugada
SHOP ITAPEVI CENTER	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
BOURBON SHOP SAO LEOPOLDO	Brasil	RS	São Leopoldo	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SHOP CAMPO LIMPO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP CENTER LAR	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
SHOP SUL VALPARAISO	Brasil	GO	Valparaíso de Goiás	Alugada
ROAD SHOP	Brasil	SP	Itu	Alugada
ILR SP - FLORIDA CENTER BORBA GATO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILS FRANCA SHOP	Brasil	SP	Franca	Alugada
ILS PARQUE SHOP BARUERI	Brasil	SP	Barueri	Alugada
SHOP BAY MARKET	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
SHOP MESTRE ALVARO	Brasil	ES	Serra	Alugada
TOP SHOP NOVA IGUACU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
BOURBON SHOP WALLIG	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
GARDEN SHOP CATANDUVA	Brasil	SP	Catanduva	Alugada
ILR PINDAMONHANGABA - PINDAMALL	Brasil	SP	Pindamonhangaba	Alugada
ILR RJ - VOLUNTARIOS DA PATRIA 59	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
PARK SHOP SAO CAETANO	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
ILS SHOP TIJUCA RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILS JARDIM GUADALUPE SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP PATIOMIX COSTA VERDE	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
MADUREIRA SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
PARTAGE SHOP SAO GONCALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
ILS SHOP METRO TATUAPE II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
RIBEIRAO SHOP	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
FS CAMPINAS - BARAO GERALDO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
CARIOCA SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
JUNDIAI SHOP	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
SHOP VIC SANTA BARBARA	Brasil	SP	Santa Bárbara d'Oeste	Alugada
SHOP RIOMAR RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
ILR RJ - R OUVIDOR	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP VALINHOS	Brasil	SP	Valinhos	Alugada
ITAPETININGA SHOP	Brasil	SP	Itapetininga	Alugada
ILS SHOP PATIOMIX RESENDE	Brasil	RJ	Resende	Alugada
ILS RIOSUL SHOP RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
PREZUNIC CAXIAS	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
CARREFOUR OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CARREFOUR GIOVANNI GRONCHI SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PARQUE DAS BANDEIRAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
FS RIB PRETO - AV PORTUGAL 810	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
PLAZA SHOP NITEROI	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
SHOP CENTER RIO CLARO	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
CARREFOUR GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
CARREFOUR MANILHA	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
PARK SHOP CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
BOULEVARD SHOP VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
CARREFOUR PESSEGO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR RJ - VISCONDE DE PIRAJA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR SP - AL SANTOS 1217	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS PIRACICABA - AV INDEPENDENCIA 2677	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
SHOP NOVA AMERICA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
VIA VALE GARDEN SHOP	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
SHOP CENTER LIMEIRA	Brasil	SP	Limeira	Alugada
SHOP NACOES BAURU	Brasil	SP	Bauru	Alugada
SHOP BURITI MOGI GUACU	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
ILHA PLAZA SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR NITEROI - R MARIZ E BARROS 252	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
SHOP INTERLAR ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CONTINENTAL SHOP SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP DIFUSORA CARUARU	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
CAXIAS SHOP	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
SHOP POCOS DE CALDAS	Brasil	MG	Poços de caldas	Alugada
ILS PARQUE DOM PEDRO SHOP II	Brasil	SP	Campinas	Alugada
FS RIO CLARO - JARDIM CLARET	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
FS RJ - AV DAS AMERICAS 1960	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
GUANABARA SAO GONCALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
ILS VIA PARQUE SHOP RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
BURITI SHOP	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
PREZUNIC CIDADE DE DEUS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CARREFOUR DUTRA	Brasil	RJ	Belford Roxo	Alugada
SHOP PATIOMIX LINHARES	Brasil	ES	Linhares	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SHOP METRO TUCURUVI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - AV JACU PESSEGO 8210	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP COLINAS	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
SHOP D	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR NITEROI - R GAVIAO PEIXOTO 35	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
SHOP FREI CANECA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR SP - AV ADOLFO PINHEIRO 1029	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
EXTRA SAO JOSE DOS CAMPOS	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
ILS SHOP PATIO PAULISTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR SP - R SAO BENTO 256	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
MOGI SHOP	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
BARRA SHOP SUL	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
NORTH SHOP BARRETOS	Brasil	SP	Barretos	Alugada
ILS BOTAFOGO PRAIA SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CONVIVA AV DAS AMERICAS	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ASSAI SANTO ANDRE	Brasil	SP	Santo André	Alugada
EXTRA SAO VICENTE	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
CARREFOUR RAPOSO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP NACOES LIMEIRA	Brasil	SP	Limeira	Alugada
SHOP IGUATEMI RIBEIRAO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
SHOP METRO TUCURUVI II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
MAUA PLAZA SHOP	Brasil	SP	Mauá	Alugada
SHOP ARICANDUVA LESTE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
METROPOLE SHOP BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
CARREFOUR SANTO ANDRE	Brasil	SP	Santo André	Alugada
CARREFOUR ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CARREFOUR S J DOS CAMPOS	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
CARREFOUR ANCHIETA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP IGUATEMI ESPLANADA	Brasil	SP	Votorantim	Alugada
SHOP VILA OLIMPIA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILS SHOP INTERLAGOS II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
MORUMBI OPEN CENTER	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ATRIUM SANTO ANDRE	Brasil	SP	Santo André	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
ITAPECERICA SHOP	Brasil	SP	Itapecerica da Serra	Alugada
SHOP PATIO ALCANTARA	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
SHOP PATIO CIANE	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
SHOP METRO SANTA CRUZ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ABC	Brasil	SP	Santo André	Alugada
FS SP - AV DOS BANDEIRANTES 3686	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PATIO PINDA	Brasil	SP	Pindamonhangaba	Alugada
CARREFOUR IMIGRANTES	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CARREFOUR PIRITUBA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CARREFOUR SAO VICENTE	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
PARQUE SHOP SULACAP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CARREFOUR TATUAPE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS AMERICANA - R JULIO PRESTES	Brasil	SP	Americana	Alugada
BIG SHOP CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
SHOP UNIMART	Brasil	SP	Campinas	Alugada
EXTRA BELVEDERE	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
ILS PARTAGE SHOP BETIM	Brasil	MG	Betim	Alugada
EXTRA CARAPICUIBA	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
CARREFOUR CASA VERDE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
EXTRA TABOAO DA SERRA	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
FS SJ DA BOA VISTA - BIG BOM	Brasil	SP	São João da Boa Vista	Alugada
SHOP CONQUISTA SUL	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Alugada
FS MOGI DAS CRUZES - AV FERREIRA LOPES	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
ALAMEDA SHOP	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP JK BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
ILR OSASCO PLAZA SHOP	Brasil	SP	Osasco	Alugada
FS SCS - EST DAS LAGRIMAS 1986	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
EXTRA BOSQUE MAIA	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
SHOP AVENIDA 28	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
FS FRANCA - AV ISMAEL ALONSO 2161	Brasil	SP	Franca	Alugada
SHOP ANALIA FRANCO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS ARACATUBA - AV BRASILIA 761	Brasil	SP	Araçatuba	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
ILS TIETE PLAZA SHOP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PARK LAGOS CABO FRIO	Brasil	RJ	Cabo Frio	Alugada
ILS BOULEVARD SHOP CAMPOS	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
CARREFOUR CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
FS SP - POSTO TANCREDO NEVES	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP NOVA BELFORD	Brasil	RJ	Belford Roxo	Alugada
FS JACAREI - R GENERAL CARNEIRO 575	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
SHOP DO VALE	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
SHOP METROPOLITANO BARRA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
OUTLET NOVO HAMBURGO	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
FS BARRA MANSA - ROD PRES DUTRA	Brasil	RJ	Barra Mansa	Alugada
SHOP PIRACICABA II	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
IGUATEMI SAO JOSE DO RIO PRETO	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
FS PRES PRUDENTE - WASHINGTON LUIZ 875	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
SHOP BOULEVARD BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
CARREFOUR SAO CAETANO DO SUL	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
FS SP - AV RIO DAS PEDRAS 1320	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP SAN PELEGRINO	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
EXTRA ANCHIETA	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
SHOP MARKET PLACE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
POSTO PERY RONCHETTI	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
CARREFOUR PASSO D'AREIA	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
FS SP - VIC ROBERT KENNEDY	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CARREFOUR BRASILIA SUL	Brasil	DF	Brasília	Alugada
FS MOGI DAS CRUZES - AV MOGI MIRIM 256	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
FS SANTO ANDRE - R GIOVANNI PIRELLI	Brasil	SP	Santo André	Alugada
SHOP MONTE CARMO	Brasil	MG	Betim	Alugada
SHOP GRAVATAI	Brasil	RS	Gravataí	Alugada
ILR RJ - R MARIZ E BARROS 824	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
ILR VITORIA - R JOAO DA CRUZ 241	Brasil	ES	Vitória	Alugada
CARREFOUR PAMPULHA	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
EXTRA INTERLAGOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
EXTRA TIETE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PAULINIA	Brasil	SP	Paulínia	Alugada
SHOP SETE LAGOAS	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
FS RJ - AV DAS AMERICAS RECREIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
BOURBON SHOP COUNTRY	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
SHOP PRACA RIO GRANDE	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
WALMART PAMPULHA	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
POSTO QUINTA DAS PALMEIRAS	Brasil	SP	Santo André	Alugada
SHOP ASSIS PLAZA	Brasil	SP	Assis	Alugada
SHOP LAJEADO	Brasil	RS	Lajeado	Alugada
SHOP FIESTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
AMERICAS SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CARREFOUR DIADEMA	Brasil	SP	Diadema	Alugada
SHOP PLAZA MACAE	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
FS SBC - AV BRIG FARIA LIMA	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
EXTRA MOOCA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - EXTRA JAGUARE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SOROCABA - AV SAO PAULO 1149	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
CARREFOUR GUARULHOS DUTRA	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
EXTRA SANTA CRUZ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CATARINA FASHION OUTLET	Brasil	SP	São Roque	Alugada
SHOP PATIO BOTUCATU	Brasil	SP	Botucatu	Alugada
SHOP PELOTAS	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
WALMART VILA GUILHERME	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PRACA NOVA ARACATUBA	Brasil	SP	Araçatuba	Alugada
SHOP VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
ILS ALAMEDA SHOP JUIZ DE FORA	Brasil	MG	Juiz de fora	Alugada
FS SP - AV INTERLAGOS 6090	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PIRATAS MALL	Brasil	RJ	Angra dos Reis	Alugada
SHOP PARQUE BALNEARIO	Brasil	SP	Santos	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SHOP GRANDE RIO	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
EXTRA JOAO DIAS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP SERRA SUL POUSO ALEGRE	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
ILS VERBO DIVINO OPEN MALL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP RIOMAR FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
FS SJRP - AV BADY BASSITT	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
ILS KIDZANIA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP TIVOLI	Brasil	SP	Santa Bárbara d'Oeste	Alugada
NORTH SHOP JOQUEI	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
ILR BRASILIA - ASA NORTE 201	Brasil	DF	Brasília	Alugada
MAUA PLAZA SHOP II	Brasil	SP	Mauá	Alugada
ITAIM BRASCAM	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - AV ROBERTO MARINHO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP CENTER LAPA SALVADOR	Brasil	BA	Salvador	Alugada
SHOP BELA VISTA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
SHOP MONTSERRAT	Brasil	ES	Serra	Alugada
SHOP MOXUARA	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
SHOP BENFICA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
NATAL SHOP	Brasil	RN	Natal	Alugada
NATAL NORTE SHOP	Brasil	RN	Natal	Alugada
SHOP TACARUNA	Brasil	PE	Recife	Alugada
SHOP DA BAHIA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
MANGABEIRA SHOP	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
SHOP MOINHOS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
ITABORAI PLAZA SHOP	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
SHOP COSTA DOURADA	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
CARREFOUR TIETE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PIER 21 BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP IGUATEMI CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
PLAZA AVENIDA SHOP	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
TIETE MALL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP CIDADE SAO PAULO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PARANGABA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
SHOP ALDEOTA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PARQUE SHOP MACEIO	Brasil	AL	Maceió	Alugada
SHOP CIDADE SOROCABA	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
ILR SP - CCS ACLIMACAO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
EXTRA ANHANGUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP HORTOLANDIA	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
FS CURITIBA - LINHA VERDE	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
FS PORTO ALEGRE - AV IPIRANGA 1600	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
ILR SP - ARENA PALESTRA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP JARDIM DAS AMERICAS	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SHOP JARAGUA ARARAQUARA	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
NORTH SHOP MARACANAU	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
ANHANGUERA PARQUE SHOP	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
SHOP CENTER NORTE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP SUZANO	Brasil	SP	Suzano	Alugada
ILR POSTO PORTAL DE GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
FS JAU - AV ZIEN NASSIF	Brasil	SP	Jaú	Alugada
SHOP PATEO ITAQUA	Brasil	SP	Itaquaquecetuba	Alugada
SHOP PATIO MACEIO	Brasil	AL	Maceió	Alugada
SHOP ITAIPU MULTICENTER	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
SHOP JARDIM SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ROYAL PLAZA SANTA MARIA	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
FS SP - MARGINAL TIETE PTE ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP CIDADE CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SHOP IGUATEMI FORTALEZA II	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
MARINGA PARK SHOP	Brasil	PR	Maringá	Alugada
NORTH WAY SHOP PAULISTA	Brasil	PE	Paulista	Alugada
TERESINA SHOP	Brasil	PI	Teresina	Alugada
PARTAGE SHOP RIO GRANDE	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
SHOP RIO POTY	Brasil	PI	Teresina	Alugada
SHOP PATIO DIVINOPOLIS	Brasil	MG	Divinópolis	Alugada
SHOP PRACA UBERABA	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
FS ARARAQUARA - AV FRANCISCO SALLES 470	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
CARREFOUR PENHA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP DA ILHA	Brasil	MA	São Luís	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
BOURBON SHOP PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
SHOP PLAZA ANCHIETA	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
SHOP TOTAL PONTA GROSSA	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
SHOP CENTER 3	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP BOSSA NOVA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR N IGUAÇU - CEL FRANCISCO SOARES 33	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
RIOMAR SHOP ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
ILS NEW YORK CITY CENTER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
RIO ANIL SHOP CENTER	Brasil	MA	São Luís	Alugada
BOULEVARD SHOP CAMACARI	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
SHOP PATIO NORTE	Brasil	MA	São José de Ribamar	Alugada
CARREFOUR PARTENON	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
ILR BH - R PERNAMBUCO 1136 SAVASSI	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
SHOP AGUAS LINDAS	Brasil	GO	Águas Lindas de Goiás	Alugada
MOGI SHOP II	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
SHOP PATIO IPORANGA	Brasil	SP	Santos	Alugada
OSASCO PLAZA SHOP II	Brasil	SP	Osasco	Alugada
EXTRA MORUMBI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ECO VALLE LORENA	Brasil	SP	Lorena	Alugada
WALMART BIG TORRES	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
CATARATAS JL SHOP	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
ILS SHOP CENTER LAPA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
WALMART OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
EXTRA RAPOSO	Brasil	SP	Cotia	Alugada
SHOP CRYSTAL	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SHOP NOVA AMERICA II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR BARUERI - AL RIO NEGRO 161	Brasil	SP	Barueri	Alugada
CARREFOUR PINHAIS	Brasil	PR	Pinhais	Alugada
FS SOROCABA - AV PANNUNZIO 176	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
ILR SP - R MATIAS AIRES 87	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CENTRO NORTE APUCARANA	Brasil	PR	Apucarana	Alugada
PARQUE SHOP BELEM	Brasil	PA	Belém	Alugada
SHOP SANTA CRUZ RJ	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CARREFOUR SULACAP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS SAO CARLOS - PASSEIO SAO CARLOS	Brasil	SP	São Carlos	Alugada
SHOP MIRAMAR SANTOS	Brasil	SP	Santos	Alugada
FS MARILIA - AV TIRADENTES 1008	Brasil	SP	Marília	Alugada
FS SP - MARGINAL TIETE PTE ANHANGUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SOROCABA - AFONSO VERGUEIRO 1460	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
SHOP CASTANHEIRAS	Brasil	PA	Belém	Alugada
GARDEN SHOP PENAPOLIS	Brasil	SP	Penápolis	Alugada
SHOP BOA VISTA RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
SHOP BOSQUE GRAO PARA	Brasil	PA	Belém	Alugada
SHOP SUL	Brasil	ES	Cachoeiro de Itapemirim	Alugada
ILS PLAZA SHOP NITEROI II	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
VIA BRASIL PAMPULHA	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
FS SJC - AV PRESIDENTE JK 6812	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
ARAPIRACA GARDEN SHOP	Brasil	AL	Arapiraca	Alugada
FRIBURGO SHOP	Brasil	RJ	Nova Friburgo	Alugada
SHOP DA BAHIA II	Brasil	BA	Salvador	Alugada
ILR SP - AV PAULISTA 2200	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CENESP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
SHOP WEST PLAZA II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PARK SHOP BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP SP MARKET II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
NORTH SHOP FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
SHOP PATIO BELEM	Brasil	PA	Belém	Alugada
CANTAREIRA NORTE SHOP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP IGUATEMI PORTO ALEGRE II	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
CARREFOUR LIMA O	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PALLADIUM FOZ DO IGUAÇU	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
SHOP BUTANTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR RJ - AV NS DE COPACABANA 915	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR RJ - R SENADOR DANTAS 177	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SHOP JARDIM NORTE	Brasil	MG	Juiz de fora	Alugada
NORTE SHOP RJ II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP AURORA	Brasil	PR	Londrina	Alugada
ILR PORTO ALEGRE - R ANDRADAS 1664	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
POSTO ESTACAO GUARAREMA	Brasil	SP	Guararema	Alugada
FS CURITIBA - AV FLORIANO PEIXOTO 5952	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
EXTRA SOROCABA	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
CARREFOUR VERGUEIRO	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
FS SP - AV ELISEU DE ALMEIDA 3440	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP TOTAL CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
SHOP MORUMBI TOWN	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PLAZA SHOP CARAPICUIBA	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
PARTAGE SHOP CAMPINA GRANDE	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
FS SUMARE - AV REBOUCAS 3017	Brasil	SP	Sumaré	Alugada
SAO LUIS SHOP	Brasil	MA	São Luís	Alugada
VIA CAFE GARDEN SHOP	Brasil	MG	Varginha	Alugada
SHOP RIOMAR KENNEDY	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
BRAGANCA GARDEN SHOP	Brasil	SP	Bragança Paulista	Alugada
FS EMBU DAS ARTES - ELIAS YAZBEK 708	Brasil	SP	Embu das Artes	Alugada
FS SANTO ANDRE - AV DOM PEDRO II 134	Brasil	SP	Santo André	Alugada
FS BH - MY MALL PAMPULHA	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
BARRA SHOP RJ II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
PARQUE SHOP PRUDENTE	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
FS BAURU - AV GETULIO VARGAS	Brasil	SP	Bauru	Alugada
SHOP PATIO HIGIENOPOLIS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP BOULEVARD BELEM	Brasil	PA	Belém	Alugada
ILR RJ - R GENERAL ROCA 675	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS INDAIATUBA - AV PRES VARGAS 1840	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
SHOP BANGU II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
EXTRA SAO CAETANO	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
SHOP NILOPOLIS SQUARE	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
CARREFOUR VILLA LOBOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - AV MARECHAL TITO 5915	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP FERNANDOPOLIS	Brasil	SP	Fernandópolis	Alugada
FS CARAPICUIBA - DEP EMILIO CARLOS 225	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
FS BH - AV CRISTIANO MACHADO 5137	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
SHOP CERRADO	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
SHOP GRANDE RIO II	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
EXTRA PENHA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS SP - AV CONSELHEIRO CARRAO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS CACHOEIRINHA - AV FLORES DA CUNHA	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
FS ITATIBA - AV CASTELO BRANCO 687	Brasil	SP	Itatiba	Alugada
BEBEDOURO SHOP	Brasil	SP	Bebedouro	Alugada
SHOP TAMBIA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
EXTRA MARACANA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS RIB PRETO - AV PRES VARGAS 1967	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
SHOP IGUATEMI BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
FS SP - CAETANO ALVARES 3450	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ITAQUA GARDEN SHOP	Brasil	SP	Itaquaquecetuba	Alugada
FS PRAIA GRANDE - PRES KENNEDY 1405	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
GUANABARA CAMPINHO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
EXTRA RICARDO JAFET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
COLOMBO PARK SHOP	Brasil	PR	Colombo	Alugada
FS SP - AV MOREIRA GUIMARAES 700	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ILR SP - AV PAULISTA 633	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
ANGELONI AGUA VERDE	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
TOP SHOP NOVA IGUAÇU II	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
FS SP - AV ANHAIA MELLO 1242	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP PARQUE PRADO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
FS BH - ANDRE CAVALCANTI 211	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
SHOP PRACA NOVA SANTA MARIA	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
DF CENTURY PLAZA	Brasil	DF	Brasília	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
ILR SP - R BARAO DE ITAPETININGA 99	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP ARICANDUVA III	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
GOLDEN SHOP CALHAU	Brasil	MA	São Luís	Alugada
SHOP CARUARU	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
SHOP APARECIDA DE GOIANIA	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
FS SJC - RUA EUCLIDES MIRAGAIA 445	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
SHOP RECIFE II	Brasil	PE	Recife	Alugada
EXTRA GUAIANAZES	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PARK SHOP CANOAS	Brasil	RS	Canoas	Alugada
JARDIM PAMPLONA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP METROPOLE ANANINDEUA	Brasil	PA	Belém	Alugada
ILR CAMPINAS - RUA 13 DE MAIO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
FS SP - AV DUMMONT VILLARES 1159	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS BH - CATALAO	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
SHOP IGUATEMI CAMPINAS II	Brasil	SP	Campinas	Alugada
KARIM PLAZA NORTE	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SHOP FRANCO DA ROCHA	Brasil	SP	Franco da Rocha	Alugada
SHOP PREMIO	Brasil	SE	Nossa Senhora do Socorro	Alugada
FS SP - MARGINAL TIETE PTE DAS BANDEIRAS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS BOITUVA - AV ARI VERCELLINO 1400	Brasil	SP	Boituva	Alugada
GALLERIA SHOP CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
WALMART PACAEMBU	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SHOP JARDINS ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
HIPER BERGAMINI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PORTAL SHOP GOIANIA	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
GUANABARA TIJUCA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
FS AMERICANA - AV N SRA DE FATIMA 231	Brasil	SP	Americana	Alugada
SHOP JABOTICABAL	Brasil	SP	Jaboticabal	Alugada
SHOP TOTAL POA	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
SHOP UNIGRANRIO	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
SHOP BARRA SQUARE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SHOP PATIO PAULISTA II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
FS SJRP - JOSE MUNIA	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
SHOP IGUATEMI ESPLANADA II	Brasil	SP	Votorantim	Alugada
SHOP DOWNTOWN BARRA II	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ASSAI DUTRA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
BRASIL PARK SHOP	Brasil	GO	Anápolis	Alugada
ILR RJ - SHOP MEIER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
ILR SP - CCS VILA MARIANA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS ARARAS - AV DONA RENATA 2858	Brasil	SP	Araras	Alugada
SHOP TABOAO II	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
EXTRA NOVA ABOLICAO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
SHOP CAJAZEIRAS	Brasil	BA	Salvador	Alugada
FS SP - AV VICENTE RAO 1700	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
FS GOIANIA - AV PERIMETRAL NORTE 3637	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Carrefour São José do Rio Preto	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Shopping Cidade Norte	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP INTERLAGOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP INTERLAGOS II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP METRO TATUAPE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SUPER SHOP OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
KSK SHOP GRAND PLAZA	Brasil	SP	Santo André	Alugada
KSK SHOP RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
KSK SHOP MIDWAY MALL NATAL	Brasil	RN	Natal	Alugada
KSK SHOP ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP GUARARAPES	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
KSK SHOP GUARARAPES II	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
KSK SHOP IGUATEMI FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK NORTH SHOP FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK SHOP LA PLAGE	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
KSK SHOP SP MARKET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK PATIO BRASIL SHOP BRASILIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
KSK LITORAL PLAZA SHOP	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
KSK SHOP UNIAO OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
KSK SHOP BRISAMAR SAO VICENTE	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
KSK SHOP IGUATEMI CAXIAS	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
KSK BOURBON SHOP NOVO HAMBURGO	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
KSK SHOP UNIAO OSASCO II	Brasil	SP	Osasco	Alugada
KSK CENTERVALE SHOP	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
KSK SHOP METRO BOULEVARD TATUAPE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP TABOAO	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
KSK PRAIA MAR SHOP SANTOS	Brasil	SP	Santos	Alugada
KSK CANOAS SHOP	Brasil	RS	Canoas	Alugada
KSK CAMPINAS SHOP	Brasil	SP	Campinas	Alugada
KSK SHOP CENTRAL PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP CENTER PENHA SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP CAMPO LIMPO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK ROAD SHOP	Brasil	SP	Itu	Alugada
KSK SHOP BOA VISTA SP II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK RECREIO SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
KSK BOURBON SHOP SAO LEOPOLDO	Brasil	RS	São Leopoldo	Alugada
KSK SHOP SERRAMAR	Brasil	SP	Caraguatatuba	Alugada
KSK FRANCA SHOP	Brasil	SP	Franca	Alugada
KSK SHOP BELLA CITTA	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
KSK SHOP ITAPEVI CENTER	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
KSK PARQUE SHOP BARUERI	Brasil	SP	Barueri	Alugada
KSK SHOP BAY MARKET	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
KSK RUA DA PRAIA SHOP	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
KSK SHOP CENTER LAR	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
KSK GARDEN SHOP CATANDUVA	Brasil	SP	Catanduva	Alugada
KSK SHOP SUL VALPARAISO	Brasil	GO	Valparaíso de Goiás	Alugada
KSK SHOP PATIOMIX COSTA VERDE	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
KSK BOURBON SHOP WALLIG	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
KSK SHOP BOA VISTA SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK PRUDEN SHOP	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
KSK PARTAGE SHOP SAO GONCALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
KSK SHOP RIOMAR RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
KSK SHOP PATIOMIX RESENDE	Brasil	RJ	Resende	Alugada
KSK SHOP PARQUE DAS BANDEIRAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
KSK SHOP CENTER RIO CLARO	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
KSK BOULEVARD SHOP VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
KSK VIA VALE GARDEN SHOP	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
KSK TAGUATINGA SHOP	Brasil	DF	Brasília	Alugada
KSK SHOP BURITI MOGI GUACU	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
KSK SHOP INTERLAR ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP NACOES BAURU	Brasil	SP	Bauru	Alugada
KSK CAXIAS SHOP	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
KSK SHOP CENTER LIMEIRA	Brasil	SP	Limeira	Alugada
KSK CONTINENTAL SHOP SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP POCOS DE CALDAS	Brasil	MG	Poços de caldas	Alugada
KSK SHOP DIFUSORA CARUARU	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
KSK SHOP DIFUSORA CARUARU II	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
KSK BURITI SHOP	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
KSK SHOP D	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP ARICANDUVA LESTE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP INTERLAGOS III	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK OSASCO PLAZA SHOP	Brasil	SP	Osasco	Alugada
KSK OSASCO PLAZA SHOP II	Brasil	SP	Osasco	Alugada
KSK SHOP ABC	Brasil	SP	Santo André	Alugada
KSK ITAPECERICA SHOP	Brasil	SP	Itapeccerica da Serra	Alugada
KSK MAUA PLAZA SHOP	Brasil	SP	Mauá	Alugada
KSK SHOP METRO TUCURUVI II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP COLINAS	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
KSK SHOP PATIO CIANE	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
KSK BIG SHOP CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
KSK SHOP FIESTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK MAUA PLAZA SHOP II	Brasil	SP	Mauá	Alugada
KSK SHOP RAPOSO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK MOGI SHOP	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
KSK SHOP GRAVATAI	Brasil	RS	Gravataí	Alugada
KSK SHOP PELOTAS	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
KSK NORTH SHOP BARRETOS	Brasil	SP	Barretos	Alugada
KSK SHOP RIOMAR FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK NORTH SHOP JOQUEI	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK SHOP TAMBORE	Brasil	SP	Barueri	Alugada
KSK SHOP WEST PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP CENTER LAPA SALVADOR	Brasil	BA	Salvador	Alugada
KSK SHOP BELA VISTA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
KSK PARQUE DOM PEDRO SHOP	Brasil	SP	Campinas	Alugada
KSK SHOP BENFICA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK NATAL NORTE SHOP	Brasil	RN	Natal	Alugada
KSK SHOP CENTER PENHA SP II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK PARTAGE SHOP BETIM	Brasil	MG	Betim	Alugada
KSK SHOP COSTA DOURADA	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
KSK SHOP GRANDE RIO	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
KSK SHOP TIVOLI	Brasil	SP	Santa Bárbara d'Oeste	Alugada
KSK SHOP PATIO BOTUCATU	Brasil	SP	Botucatu	Alugada
KSK SHOP PARQUE BALNEARIO	Brasil	SP	Santos	Alugada
KSK SHOP ALDEOTA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK SHOP CIDADE SOROCABA	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
KSK SHOP PARANGABA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK SHOP HORTOLANDIA	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
KSK ITABORAI PLAZA SHOP	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
KSK PARQUE SHOP SULACAP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
KSK NORTH SHOP MARACANAÚ	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
KSK SHOP PARK LAGOS CABO FRIO	Brasil	RJ	Cabo Frio	Alugada
KSK ATRIUM SANTO ANDRE	Brasil	SP	Santo André	Alugada
KSK ANHANGUERA PARQUE SHOP	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
KSK SHOP JARAGUA ARARAQUARA	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
KSK SHOP SUZANO	Brasil	SP	Suzano	Alugada
KSK SHOP PATIO MACEIO	Brasil	AL	Maceió	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
KSK SHOP PATIO ALCANTARA	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
KSK SHOP ROYAL PLAZA SANTA MARIA	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
KSK SHOP PRACA UBERABA	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
KSK NORTH WAY SHOP PAULISTA	Brasil	PE	Paulista	Alugada
KSK MARILIA SHOP	Brasil	SP	Marília	Alugada
KSK SHOP PATIO DIVINOPOLIS	Brasil	MG	Divinópolis	Alugada
KSK SHOP RIO POTY	Brasil	PI	Teresina	Alugada
KSK MARINGA PARK SHOP	Brasil	PR	Maringá	Alugada
KSK RIO ANIL SHOP CENTER	Brasil	MA	São Luís	Alugada
KSK SHOP ECO VALLE LORENA	Brasil	SP	Lorena	Alugada
KSK CATARATAS JL SHOP	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
KSK SHOP PATIO CIANE II	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
KSK TERESINA SHOP	Brasil	PI	Teresina	Alugada
KSK SHOP MIRAMAR SANTOS	Brasil	SP	Santos	Alugada
KSK SHOP DA ILHA	Brasil	MA	São Luís	Alugada
KSK SHOP CASTANHEIRAS	Brasil	PA	Belém	Alugada
KSK PARQUE SHOP BELEM	Brasil	PA	Belém	Alugada
KSK SHOP BUTANTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK NORTH SHOP FORTALEZA II	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
KSK CANTAREIRA NORTE SHOP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP BOSQUE GRAO PARA	Brasil	PA	Belém	Alugada
KSK SHOP GRANDE RIO II	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
KSK SAO LUIS SHOP	Brasil	MA	São Luís	Alugada
KSK PARQUE SHOP PRUDENTE	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
KSK SHOP PATIO BELEM	Brasil	PA	Belém	Alugada
KSK ITAQUA GARDEN SHOP	Brasil	SP	Itaquaquecetuba	Alugada
KSK MAXI SHOP JUNDIAI	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
KSK SHOP CARUARU	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
KSK PARQUE DOM PEDRO SHOP II	Brasil	SP	Campinas	Alugada
KSK PARTAGE SHOP CAMPINA GRANDE	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
KSK SHOP VALE SUL	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
KSK SHOP BAURU	Brasil	SP	Bauru	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
KSK SHOP RECIFE II	Brasil	PE	Recife	Alugada
KSK SHOP METROPOLE ANANINDEUA	Brasil	PA	Belém	Alugada
KSK SHOP CERRADO	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
KSK SHOP CENTER LAPA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP PALLADIUM FOZ DO IGUAÇU	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
KSK SHOP PREMIO	Brasil	SE	Nossa Senhora do Socorro	Alugada
KSK SHOP APARECIDA DE GOIANIA	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
KSK SHOP ARICANDUVA LESTE II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
KSK SHOP SANTA URSULA	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
KSK EXTRA TABOAO DA SERRA	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
KSK BOULEVARD SHOP CAMPOS	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
KSK CARIOCA SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
KSK SHOP CONJUNTO NACIONAL	Brasil	DF	Brasília	Alugada
KSK SHOP IGUATEMI ESPLANADA	Brasil	SP	Votorantim	Alugada
KSK WEST SHOP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
KSK SHOP SP MARKET II	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
KSK SHOP PRAIA DE BELAS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada

A Companhia foi constituída em 06 de abril de 2011, sob a denominação social CMNPAR Seventeen Participações S.A., cujo objeto social consistia na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

O direito e exploração de restaurantes com a marca BURGER KING® foi obtido mediante contrato “*Master Franchise*” firmado com a Burger King Corporation em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração possuem duração de 20 anos para cada loja, contados a partir da celebração de cada “*Unit Addendum*”, podendo ser renovados por mais 20 anos, caso haja interesse das partes.

Quebra por tipo de Loja

Em 31 de dezembro de 2017, nós possuíamos 697 restaurantes em operação no Brasil, sendo 526 restaurantes próprios e 171 restaurantes operados por franqueados.

Quebra por Região

Considerando os restaurantes próprios, a Companhia possui operações em todas as cinco regiões do país e presença nos principais estados brasileiros, como demonstrado na tabela abaixo:

Em unidades	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Estado de São Paulo	278	256	230
Estado do Rio de Janeiro	82	76	59
Estado do Rio Grande do Sul	32	29	26
Estado de Minas Gerais	23	21	17
Estado do Paraná	16	14	10
Distrito Federal	15	16	15
Estado do Ceará	12	12	11
Estado da Bahia	12	11	11
Estado de Pernambuco	11	9	9
Estado do Espírito Santo	10	10	10
Estado de Goiás	7	3	2
Estado do Pará	6	5	3
Estado do Maranhão	5	4	3
Estado de Alagoas	4	4	4
Estado da Paraíba	4	3	2
Estado de Sergipe	4	2	2
Estado do Rio Grande do Norte	3	3	3
Estado do Piauí	2	2	2
Total de Restaurantes	526	480	419

As informações financeiras constantes neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia nas datas abaixo indicadas:

Em milhares de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Patrimônio líquido	1.617.194	540.320	438.435
Ativo circulante	1.338.448	429.000	325.669
Endividamento total ⁽¹⁾	485.707	607.973	505.813
Endividamento líquido ⁽²⁾	(706.307)	275.297	264.064

⁽¹⁾ O endividamento total corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento total não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

⁽²⁾ O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um caixa líquido de R\$706,3 milhões, o que representa uma redução quando comparado a 31 de dezembro de 2016, quando possuía uma dívida líquida de R\$275,3 milhões. Essa melhora no endividamento líquido reflete a entrada de recursos captados na abertura de capital da Companhia, realizada em dezembro de 2017, além das amortizações de dívidas financeiras existentes e maior geração de caixa operacional dentro do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o nosso índice de liquidez corrente (que corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) era de 2,83, e em 31 de dezembro de 2016 era de 0,54. Ademais, o nosso índice de liquidez geral (que corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante, exceto imobilizado e intangível, pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante) era de 1,75, e em 31 de dezembro de 2016 era de 0,53.

Em decorrência da consistente evolução dos resultados operacionais da Companhia durante os últimos anos e da confortável situação de liquidez e capital, a Diretoria entende que a Companhia

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para à condução da operação da empresa, e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos operacionais.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Companhia apresentou, nos últimos anos, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	798.361	888.142	758.120
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.617.194	540.320	438.435
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	2.415.555	1.428.462	1.196.555
Capital de terceiros ⁽¹⁾	33,1%	62,2%	63,4%
Capital próprio ⁽²⁾	66,9%	37,8%	36,6%

⁽¹⁾ O capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

⁽²⁾ O capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$438,4 milhões, passando para R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$101,9 milhões decorreu principalmente do aporte de capital ocorrido em 08 de agosto de 2016 da acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, o qual foi parcialmente compensado por prejuízo líquido registrado no período.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$540,3 milhões, passando para R\$1.617,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$1.076,9 milhões decorreu principalmente da captação dos recursos oriundos do IPO; exercício de opções de ações pelos administradores, aporte de capital da Montjuic; e lucro líquido registrado no período.

A Diretoria acredita que a atual estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas de curto e longo prazo e as necessidades de suas operações.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros da Companhia:

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Endividamento líquido ⁽¹⁾	(706.307)	275.297	264.064

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EBITDA Ajustado (<i>Covenants</i>) ⁽²⁾	205.175	133.553	86.170
Índice de endividamento total ⁽³⁾	(3,44)	2,06	3,06
Índice de liquidez corrente ⁽⁴⁾	2,83	0,54	0,83
Índice de liquidez geral ⁽⁵⁾	1,75	0,53	0,45

(1) O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(2) O EBITDA Ajustado (*Covenants*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo), líquido do exercício/período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização do imobilizado e intangível, ajustado pelas despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas, que incluem baixa ativos imobilizado e intangível, resultado com sinistros e provisão para *Impairment*. O EBITDA Ajustado (*Covenants*) não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez da Companhia, vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA Ajustado na seção 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses.

(4) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

(5) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia.

Liquidez: em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R\$1.338,4 milhões, superior em R\$865,4 milhões ao passivo circulante, que era de R\$473,0 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,83. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente era de 0,54.

Endividamento: em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o índice de endividamento total era de (3,44), 2,06 e 3,06, respectivamente, reduzindo consideravelmente principalmente devido a entrada de recursos captados na abertura de capital da Companhia, realizada em dezembro de 2017.

Tendo em vista a forte geração de caixa operacional, a capacidade de captação de recursos locais e o baixo índice de endividamento total da Companhia, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência e possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a Companhia possui confortáveis níveis de liquidez quando observados os últimos exercícios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossa principal fonte para investimentos em ativos circulantes e não-circulantes são as debêntures, incluindo no âmbito de Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRAs), emitidos no mercado de capitais local.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia atingiu o montante de R\$485,7 milhões, enquanto seu caixa líquido (endividamento total menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no nosso ativo não circulante) era de R\$706,3 milhões, impactado pela entrada de recursos da abertura de capital da Companhia na bolsa, realizado em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia atingiu o montante de R\$608,0 milhões, enquanto seu endividamento líquido (endividamento total menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no nosso ativo não circulante) era de R\$275,3 milhões, representando um aumento de 20,2% em seu endividamento total e uma elevação de 4,3% em seu endividamento líquido quando comparado com o endividamento total e o endividamento líquido em 31 de dezembro de 2015.

Finalmente, o índice de endividamento total da Companhia, era de (3,44) em 31 de dezembro de 2017, 2,06 em 31 de dezembro de 2016, e 3,06 em 31 de dezembro de 2015. Para maiores informações sobre as cláusulas restritivas presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, vide item 10.1 (i) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo indica os indicadores de dívida da Companhia:

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Endividamento total ⁽¹⁾	485.707	607.973	505.813
Endividamento líquido ⁽²⁾	(706.307)	275.297	264.064
EBITDA Ajustado (<i>Covenants</i>) ⁽³⁾	205.175	133.553	86.170
Índice de endividamento total ⁽⁴⁾	(3,44)	2,06	3,06

⁽¹⁾ O endividamento total corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante.

⁽²⁾ O endividamento líquido corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários vinculado e instrumentos financeiros (swap), registrados no nosso ativo circulante, e títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante, vide reconciliação na seção 3.2 deste Formulário de Referência. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o seu endividamento total de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

⁽³⁾ O EBITDA Ajustado (*Covenants*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no prejuízo do exercício/período, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização do imobilizado e intangível, ajustado pelas despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação e outras despesas, que incluem baixa ativos imobilizado e intangível, resultado com sinistros e provisão para *Impairment*. O EBITDA Ajustado (*Covenants*) não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez da Companhia, vide a reconciliação do prejuízo do exercício/período para o EBITDA Ajustado na seção 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁴⁾ O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão do endividamento líquido pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento total da Companhia é composto, principalmente por (i) emissões de debêntures; e (ii) contratos de financiamento, conforme descritos abaixo:

Contrato de Abertura de Crédito nº 71.2015.26.99: Em 23 de março de 2016, a Companhia, contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$44.724.660,99, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 23 de março de 2023. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 11,18% ao ano calculado e capitalizado mensalmente e exigível trimestralmente no dia 23 de cada mês, durante o período de 23 março de 2016 a 23 de março de 2018, e mensalmente durante o período de amortização a partir de 23 de abril de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo.

Contrato de Abertura de Crédito nº 192.2014.75.3887: Em 31 de janeiro de 2014, a BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos, posteriormente incorporada pela Companhia, contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$5.196.769,08, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 31 de janeiro de 2026. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 5,3% ao ano sobre R\$663.470,60 e 6,48% ao ano sobre R\$4.533.298,48, calculado e capitalizado mensalmente e exigível trimestralmente no dia 31 de cada mês, durante o período de 31 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2016, e mensalmente durante o período de amortização a partir de 29 de fevereiro de 2016, juntamente com as prestações vincendas de principal, e no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo.

1ª Emissão de Debêntures: Em 24 de abril de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$150.000.000,00 com vencimento em 24 de abril de 2018. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,85% ao ano.

2ª Emissão de Debêntures: Em 14 de março de 2014, a Companhia realizou a 2ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00 com vencimento em 14 de março de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,45% ao ano.

3ª Emissão de Debêntures: Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$100.000.000,00, com vencimento em 30 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,45% ao ano.

4ª Emissão de Debêntures: Em 31 de agosto de 2015, a Companhia realizou a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$51.354.000,00 com vencimento em 28 de fevereiro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,10% ao ano.

5ª Emissão de Debêntures: Em 31 de agosto de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$51.354.000,00 com vencimento em 28 de fevereiro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 1,10% ao ano.

6ª Emissão de Debêntures: Em 04 de maio de 2016, a Companhia realizou a 6ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$80.000.000,00, com vencimento em 04 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2,95% ao ano.

7ª Emissão de Debêntures: Em 20 de outubro de 2016, a Companhia realizou a 7ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$202.500.000,00 com vencimento em 20 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras além daquelas já descritas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas e encontra-se apresentado na seção 3.8 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Possuímos certas restrições, negociáveis, impostas em nossos contratos atuais de empréstimos, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos descritos acima possuem restrições que podem causar o vencimento antecipado da dívida nas hipóteses de: (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia; (b) ressalvado, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, realização de qualquer pagamento de dividendos pela Companhia, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados, caso a Companhia esteja em mora com relação às obrigações contraídas; e (c) descumprimento de determinados índices financeiros medidos anualmente, conforme descritos abaixo.

Contratos de abertura de Crédito: A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro (a) dívida líquida/ EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,5x durante a vigência dos contratos.

1ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) EBITDA Ajustado / despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

2ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes; (b) EBITDA Ajustado/ despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

3ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes; (b) EBITDA Ajustado / despesa líquida financeira, em limite igual ou superior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (c) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

4ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,0x nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 e exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

5ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado em limite igual ou inferior a 3,0x nos exercícios sociais encerrados em 31

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 e exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

6ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: dívida líquida / EBITDA Ajustado em limite igual ou inferior a 2,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e exercícios sociais subsequentes.

7ª Emissão de Debêntures: A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, em limite igual ou inferior a 3,25x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais subsequentes; e (b) distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% de seu resultado líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros, conforme acima descrito.

Durante o exercício social de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre resultado financeiro de 3,5x originalmente previsto nas escrituras de debêntures da 1ª, 2ª e 3ª emissões não foi atingido. Logo, foi necessária a obtenção de *waiver* junto aos credores, evitando o vencimento antecipado das dívidas em função do descumprimento do índice mencionado, o qual foi obtido em 07 de março de 2017. Adicionalmente, a Companhia renegociou este índice para os anos subsequentes, alterando em 2017 de 3,5 (três e meio) para 2,5 (dois e meio) e em 2018 de 3,5 (três e meio) para 3,0 (três).

Determinadas debêntures de emissão da Companhia preveem a necessidade de obtenção de consentimento prévio dos credores em função da alteração da estrutura de controle da Companhia. Como consequência, a Companhia convocou algumas assembleias gerais de debenturistas para deliberar sobre a concessão dos consentimentos prévios necessários.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$485,7 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), incluindo as debêntures e os contratos de abertura de crédito, mencionados no item (f) acima.

Nesta data a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido integralmente realizado.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	1.783.838	100	1.393.284	100,0	28,0
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	(687.871)	-38,6	(526.302)	-37,8	30,7
Lucro bruto	1.095.967	61,4	866.982	62,2	26,4
Despesas operacionais	(1.030.659)	-57,8	(852.162)	-61,2	20,9
Com vendas	(935.209)	-52,4	(776.163)	-55,7	20,5
Gerais e administrativas	(95.450)	-5,4	(75.999)	-5,5	25,6
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos	65.308	3,7	14.820	1,1	340,7
Despesas financeiras	(84.689)	-4,8	(142.073)	-10,2	-40,4
Receitas financeiras	28.425	1,6	41.534	3,0	-31,6
Resultado financeiro líquido	(56.264)	-3,2	(100.539)	-7,2	-44,0
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.044	0,5	(85.719)	-6,2	-110,6
Imposto de renda e contribuição social	(5.225)	-0,3	(7.737)	-0,6	-32,5
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.819	0,2	(93.456)	-6,7	-104,1

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 28,0% ou R\$390,5 milhões, passando de R\$1.393,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.783,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento nas vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 13,8% no período, decorrente das aberturas de novos restaurantes, maturação de unidades abertas em 2016, da contínua consolidação da marca no País e da estratégia de marketing da Companhia.

Por último, as receitas líquidas de prestações de serviços, as quais são compostas principalmente por receitas oriundas de franqueados, cresceu 25,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado a 2016, refletindo o forte crescimento da plataforma de franqueados no país, o qual atingiu a marca de 171 restaurantes 31 de dezembro de 2017. No quadro a seguir apresentamos a composição das vendas:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.917.672	107,5	1.499.991	107,7	27,8
Deduções das receitas de vendas	(148.082)	-8,3	(118.053)	-8,5	25,4
Receita líquida de vendas	1.769.590	99,2	1.381.938	99,2	28,1
Receita bruta de prestações de serviços	15.089	0,8	12.042	0,9	25,3
Deduções das receitas de prestações de serviços	(841)	0,0	(696)	-0,1	20,7
Receita líquida de prestações de serviços	14.248	0,8	11.346	0,8	25,6
Receita operacional líquida	1.783.838	100,0	1.393.284	100,0	28,0

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos aumentou 30,7% ou R\$161,6 milhões, passando de R\$526,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$687,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Aumento decorrente principalmente devido ao forte aumento de vendas, assim como o custo logístico e frete em virtude da migração de lojas para o cenário de compras pelo centro de distribuição próprio.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 26,4% ou R\$229,0 milhões, passando de R\$867,0 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.096,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação positiva do lucro bruto reflete principalmente o forte crescimento de receita operacional líquida, resultante do aumento do número de novas lojas e forte crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes.

A margem bruta da Companhia decresceu 80 bps, passando de 62,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para 61,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta foi impactada pelo maior custo da mercadoria vendida, assim como campanhas de marketing realizadas no período.

Despesas Operacionais com Lojas

As despesas operacionais com lojas da Companhia aumentaram em R\$159,0 milhões ou 20,5%, alcançando R\$935,2 milhões ou 52,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$776,2 milhões ou 55,7% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) As despesas com pessoal (despesas com lojas) aumentaram 21,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$252,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$308,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas despesas representaram 17,3% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 80 bps. quando comparado ao mesmo período de 2016, principalmente devido a benefícios de alavancagem operacional refletindo o forte crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 13,8%, valor consideravelmente superior à inflação registrada no período.
- (ii) As despesas com ocupação e *utilities* (despesas com lojas) aumentaram 30,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$169,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$221,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas despesas representaram 12,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o qual representa um aumento de 20 bps. quando comparado ao mesmo período de 2016.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(308.198)	33,0	(252.877)	32,6	21,9
Royalties e fundo de marketing	(160.078)	17,1	(135.778)	17,5	17,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas com ocupação e <i>utilities</i>	(221.930)	23,7	(169.922)	21,9	30,6
Depreciações e amortizações	(110.197)	11,8	(94.206)	12,1	17
Despesas pré-operacionais (*)	(6.138)	0,7	(6.255)	0,8	-1,9
Serviços diversos	(39.127)	4,2	(44.516)	5,7	-12,1
Reparos e manutenções	(27.678)	3	(21.868)	2,8	26,6
Outras	(61.863)	6,6	(50.741)	6,5	21,9
Despesas com lojas	(935.209)	100,0	(776.163)	100,0	20,5

(*) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$19,5 milhões ou 25,6%, alcançando R\$95,5 milhões ou 5,4% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$76,0 milhões ou 5,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento das despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas), que cresceu 25,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em relação ao exercício social anterior, devido a contratações de colaboradores na matriz para suportar o aumento de restaurantes. Ademais, houve um aumento nas baixas de ativos imobilizados e intangíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo contabilização de restaurantes próprios fechados no período, baixa de ativos relacionados à implementação do novo software de Ponto de Venda, e baixa de ativos obsoletos e sucateados.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(85.845)	89,9	(68.498)	90,1	25,3
Despesas com ocupação e <i>utilities</i>	(1.135)	1,2	(2.947)	3,9	-61,5
Depreciação e amortização	(9.500)	10,0	(9.190)	12,1	3,4
Despesas com aquisição e incorporação(*)	(2.098)	2,2	(2.764)	3,6	-24,1
Baixa ativos imobilizado e intangível	(17.912)	18,8	(5.022)	6,6	256,7
Receita líquido na venda de imobilizado	10.155	-10,6	-	-	-
Baixa de ativos de loja vendidas	(9.113)	9,5	-	-	-
Resultado com sinistros	309	-0,3	(247)	0,3	-225,1
Provisão para <i>Impairment</i>	4.627	-4,8	(1.049)	1,4	-541,1
Custo com plano de opção de compra de ações	(5.518)	5,8	(304)	0,4	1.715,1
Outras receitas (despesas), líquidas	20.580	-21,6	14.022	-18,5	46,8
Despesas Gerais e Administrativas	(95.450)	100,0	(75.999)	100,0	25,6

(*) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$44,2 milhões ou 44,0%, passando de uma despesa líquida de R\$100,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para uma despesa líquida de R\$56,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) A despesa financeira reduziu 40,4%, ou R\$57,2 milhões, de R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$84,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo menores juros sobre empréstimos, despesas com derivativos e pela atualização do saldo a pagar referente às parcelas contingentes a aquisições passadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (ii) A receita financeira reduziu 31,6%, ou R\$13,1 milhões, de R\$41,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, refletindo menores receitas com variação cambial ativa e derivativos, os quais foram parcialmente compensados por maiores juros e rendimentos de aplicações financeiras.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Juros sobre empréstimos	(63.190)	74,6	(80.827)	56,9	(21,8)
Despesas bancárias e juros diversos	(4.960)	5,9	(3.556)	2,5	39,5
Variação cambial passiva	(582)	0,7	(4.526)	3,2	(87,1)
Despesas com swap	(438)	0,5	(20.514)	14,4	(97,9)
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente	(9.527)	11,2	(26.027)	18,3	(63,4)
Outros despesas financeiras	(5.992)	7,1	(6.623)	4,7	(9,5)
Despesas financeiras	(84.689)	100,0	(142.073)	100,0	(40,4)

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	26.373	92,8	15.524	37,4	69,9
Variação cambial ativa	2.093	7,4	22.186	53,4	(90,6)
Receita com swap	4	0,0	3.237	7,8	(99,9)
Impostos sobre receitas financeiras	(1.260)	(4,4)	(794)	(1,9)	58,7
Outros receitas financeiras	1.215	4,3	1.381	3,3	(12,0)
Receitas financeiras	28.425	100,0	41.534	100,0	(31,6)

Lucro do Exercício

O lucro líquido do exercício da Companhia apresentou forte crescimento, passando de um prejuízo de R\$93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência dos fatores descritos acima.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	1.393.284	100,0	949.679	100,0	46,7
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	(526.302)	-37,8	(338.415)	-35,6	55,5
Lucro bruto	866.982	62,2	611.264	64,4	41,8
Despesas operacionais	(852.162)	-61,2	(616.886)	-65,0	38,1
Com vendas	(776.163)	-55,7	(560.489)	-59,0	38,5
Gerais e administrativas	(75.999)	-5,5	(56.397)	-5,9	34,8
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos	14.820	1,1	(5.622)	-0,6	-363,6
Despesas financeiras	(142.073)	-10,2	(79.417)	-8,4	78,9
Receitas financeiras	41.534	3,0	59.270	6,2	-29,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado financeiro líquido	(100.539)	-7,2	(20.147)	-2,1	399,0
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(85.719)	-6,2	(25.769)	-2,7	232,6
Imposto de renda e contribuição social	(7.737)	-0,6	(10.988)	-1,2	-29,6
Prejuízo do exercício	(93.456)	-6,7	(36.757)	-3,9	154,3

Receita Operacional Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 46,7% ou R\$443,6 milhões, passando de R\$949,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$1.393,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a um aumento de 43,2% de nossa receita bruta de vendas decorrente da abertura de 56 novos restaurantes em 2016 e de 98 restaurantes em 2015, os quais tiveram impacto por completo no ano de 2016.

Além disso, durante o ano de 2015, adquirimos 31 restaurantes de franquizados, impactando os resultados do ano de 2016, e, durante o ano de 2016, adquirimos 8 restaurantes. A nossa receita operacional líquida foi também beneficiada pelo forte crescimento de 9,9% de vendas comparáveis nas mesmas lojas em 2016, o qual decorreu principalmente de campanhas específicas de marketing como “Cupom de Desconto” e “2 x R\$15”, que aumentaram de forma substancial o tráfego de nossos restaurantes. Abaixo apresentamos a composição das vendas:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Receita bruta de vendas	1.499.991	107,7	1.047.371	110,3	43,2
Deduções das receitas de vendas	(118.053)	-8,5	(107.997)	-11,4	9,3
Receita líquida de vendas	1.381.938	99,2	939.374	98,9	47,1
Receita bruta de prestações de serviços	12.042	0,9	10.952	1,2	10,0
Deduções das receitas de prestações de serviços	(697)	-0,1	(647)	-0,1	7,7
Receita líquida de prestações de serviços	11.345	0,8	10.305	1,1	10,1
Receita operacional líquida	1.393.284	100,0	949.679	100,0	46,7

Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos aumentou 55,5% ou R\$187,9 milhões, passando de R\$338,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$526,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento nas vendas totais e o aumento nos custos de alimentos e brinquedos, parcialmente refletindo inflação nacional de 6,3% (de acordo com o IBGE).

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 41,8% ou R\$255,7 milhões, passando de R\$611,3 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, para R\$867,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A variação positiva do lucro bruto reflete principalmente o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

forte crescimento de receita operacional líquida, a qual se beneficiou do aumento do número de novas lojas (e aquisições) e forte crescimento de vendas comparáveis nas mesmas lojas.

Contudo, notamos que a margem bruta de 2016 reduziu de 64,4%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para 62,2%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal variação refletiu principalmente as campanhas de marketings de desconto (como “Cupom de Desconto” e “2 x R\$15”), as quais suportaram um forte crescimento de vendas comparáveis em mesmas lojas, mas levaram a uma controlada redução de ticket médio e margens de produtos.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram em R\$215,7 milhões ou 38,5%, alcançando R\$776,2 milhões ou 55,7% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$560,5 milhões ou 59,0% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação refletiu principalmente:

- (i) As despesas com pessoal (despesas com vendas) aumentaram 44,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$174,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$252,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Estas despesas representaram 18,1% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 0,3 p.p. quando comparado ao mesmo período de 2015, refletindo benefícios de alavancagem operacional devido ao forte crescimento de vendas, a qual foi parcialmente compensada por reajuste salarial decorrentes de convenções coletivas de trabalho. Atualmente, temos 72 sindicatos e o reajuste médio salarial no exercício social de 2016 foi de 9,1%.
- (ii) As despesas com ocupação e *utilities* (despesas com vendas) aumentaram 38,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$122,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$170,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Estas despesas representaram 12,2% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 70 bps. quando comparado ao mesmo período de 2015. A melhora operacional em 2016 refletiu renegociações contratuais pontuais de aluguel e melhores acordos com locadores, a qual reflete o forte crescimento da marca Burger King e consequente maior poder de barganha. Além disso, uma parcela relevante dos nossos contratos de aluguel possui valores fixos, os quais são diluídos pelo nosso crescimento de vendas comparáveis das mesmas lojas acima da inflação.
- (iii) Royalties e fundo de marketing (despesas com vendas) aumentaram 42,9%, de R\$95,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$135,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, refletindo vendas mais robustas neste período.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(252.877)	32,6	(174.886)	31,2	44,6
Royalties e fundo de marketing	(135.778)	17,5	(95.016)	17,0	42,9
Despesas com ocupação e utilities	(169.922)	21,9	(122.542)	21,9	38,7
Depreciação e amortização	(94.206)	12,1	(68.038)	12,1	38,5
Despesas pré-operacionais (*)	(6.255)	0,8	(9.707)	1,7	-35,6

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Serviços de terceiros	(44.516)	5,7	(30.705)	5,5	45,0
Reparos e manutenções	(21.868)	2,8	(16.239)	2,9	34,7
Outras	(50.741)	6,5	(43.356)	7,7	17,0
Despesas com vendas	(776.163)	100,0	(560.489)	100,0	38,5

(*) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$19,6 milhões ou 34,8%, alcançando R\$76,0 milhões ou 5,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$56,4 milhões ou 5,9% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Esse aumento refletiu principalmente o aumento de 15,3% em despesas com pessoal (despesas gerais e administrativas) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em relação ao exercício social anterior, devido a novas contratações para suportar o elevado crescimento no número de restaurantes próprios.

Nossas outras receitas, líquidas reduziram em 33,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R\$20,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$13,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a menores receitas advindas de acordo contratuais de fornecimento (incluindo rebates).

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Despesas com pessoal	(68.498)	90,1	(59.434)	105,4	15,3
Despesas com ocupação e <i>utilities</i>	(2.947)	3,9	(3.263)	5,8	-9,7
Depreciação e amortização	(9.190)	12,1	(7.564)	13,4	21,5
Despesas com aquisição e incorporação(*)	(2.764)	3,6	(3.384)	6,0	-18,3
Baixa ativos imobilizado e intangível	(5.022)	6,6	(320)	0,6	1.469,4
Resultado com sinistros	(247)	0,3	329	-0,6	-175,1
Provisão para <i>Impairment</i>	(1.049)	1,4	(3.108)	5,5	-66,2
Outras receitas (despesas), líquidas	13.718	-18,1	20.531	-36,4	-33,2
Despesas Gerais e Administrativas	(75.999)	100,0	(56.397)	100,0	34,8

(*) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma variação de R\$80,4 milhões ou 399,0%, passando de uma despesa líquida de R\$20,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para uma despesa líquida de R\$100,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação refletiu principalmente:

- (iii) A despesa financeira aumentou 78,9%, ou R\$62,7 milhões, de R\$79,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido a maiores juros sobre empréstimos principalmente sobre os novos empréstimos, como emissões relacionadas ao CRA de 2016 (com taxa de juros de CDI+0,09%) e a 6ª emissão de Debêntures com taxa de juros de CDI+0,25%). Por fim, a despesa financeira também foi impactada por maiores despesas com derivativos, e pelo ajuste do saldo a pagar referente a parcela contingente relacionada à aquisição de franqueado no valor de R\$26,3 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (iv) A receita financeira reduziu 29,9%, ou R\$17,8 milhões, de R\$59,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$41,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, refletindo menores receitas com juros e rendimentos de aplicações financeiras, e menores receitas com derivativo.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Juros sobre empréstimos	(80.827)	56,9	(45.304)	57,0	78,4
Despesas bancárias e juros diversos	(3.556)	2,5	(1.527)	1,9	132,9
Variação cambial passiva	(4.526)	3,2	(24.252)	30,5	(81,3)
Despesas com swap	(20.514)	14,4	(7.500)	9,4	173,5
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente	(26.027)	18,3	-	-	-
Outros DF	(6.623)	4,7	(834)	1,1	694,1
Despesas financeiras	(142.073)	100,0	(79.417)	100,0	78,9

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	15.524	37,4	27.339	46,1	(43,2)
Variação cambial ativa	22.186	53,4	8.030	13,5	176,3
Receita com swap	3.237	7,8	22.112	37,3	(85,4)
Impostos sobre receitas financeiras	(794)	(1,9)	(631)	(1,1)	25,8
Outros RF	1.381	3,3	2.420	4,1	(42,9)
Receitas financeiras	41.534	100,0	59.270	100,0	(29,9)

Prejuízo do Exercício

O prejuízo do exercício da Companhia aumentou 154,3% ou R\$56,7 milhões, passando de R\$36,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em decorrência dos fatores descritos acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	102.345	4,2	256.920	18	-60,2
Títulos e valores mobiliários	1.073.900	44,5	63.495	4,4	1.591,30
Títulos e valores mobiliários vinculados	2.484	0,1	1.846	0,1	34,6
Contas a receber de clientes, líquido	60.958	2,5	33.658	2,4	81,1
Instrumentos financeiros derivativos	127	0	-	-	-
Estoques	39.743	1,6	30.846	2,2	28,8
Impostos a recuperar	24.993	1	28.566	2	-12,5
Pagamentos antecipados	24.762	1	8.712	0,6	184,2
Demais contas a receber	9.136	0,4	4.957	0,3	84,3
Total do ativo circulante	1.338.448	55,4	429.000	30	212
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	13.285	0,5	10.415	0,7	27,6
Impostos a recuperar	17.282	0,7	11.694	0,8	47,8
Depósitos judiciais	26.566	1,1	13.925	1	90,8
Demais contas a receber	4.218	0,2	3.447	0,2	22,4
Imobilizado, líquido	699.642	29	650.975	45,6	7,5
Intangível, líquido	316.114	13,1	309.006	21,6	2,3
Total do ativo não circulante	1.077.107	44,6	999.462	70	7,8
Total do ativo	2.415.555	100	1.428.462	100	69,1
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	209.987	8,7	607.973	42,6	-65,5
Fornecedores e aluguéis a pagar	138.997	5,8	80.406	5,6	72,9
Salários e encargos sociais	69.830	2,9	56.028	3,9	24,6
Obrigações corporativas	13.966	0,6	20.598	1,4	-32,2
Obrigações tributárias	20.272	0,8	15.717	1,1	29
Resultado diferido, líquido	-	-	9.000	0,6	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	356	-	-
Demais contas a pagar	19.946	0,8	9.538	0,7	109,1
Total do passivo circulante	472.998	19,6	799.616	56	-40,8
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	275.720	11,4	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	6.221	0,3	3.932	0,3	58,2
Obrigações tributárias	5.113	0,2	9.225	0,6	-44,6
Parcelas contingentes a aquisições	-	-	45.983	3,2	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.309	1,6	28.789	2	33,1
Demais contas a pagar	-	-	597	-	-
Total do passivo não circulante	325.363	13,5	88.526	6,2	267,5
Patrimônio líquido					
Capital social	895.836	37,1	1.506	0,1	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva de capital e plano de opção de ações	915.722	37,9	736.997	51,6	24,3
Prejuízos acumulados	-194.364	-8	-198.183	-13,9	-1,9
Total do patrimônio líquido	1.617.194	66,9	540.320	37,8	199,3
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.415.555	100	1.428.462	100	69,1

Ativo

Em 31 de dezembro de 2017, o total do ativo da Companhia aumentou em R\$987,1 milhões ou 69,1%, passando de R\$1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.415,6.

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia aumentou em R\$909,4 milhões ou 212,0%, passando de R\$429,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.338,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos itens abaixo, incluindo o aumento obtido em Títulos e Valores Mobiliários decorrente dos recursos obtidos no IPO:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: o caixa e equivalente de caixa da Companhia diminuiu em R\$154,6 milhões ou 60,2%, para R\$102,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$256,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa diminuição deu-se em decorrência dos investimentos da companhia no período, junto com a otimização da gestão de fluxo de caixa diário da Companhia.
- (ii) Contas a receber de clientes, líquido: o saldo de contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$27,3 milhões ou 81,1%, alcançando R\$61,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$33,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior, e devido ao último dia de vendas do ano ocorrer em um final de semana.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou 7,8%, passando de R\$999,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.077,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$77,6 milhões. Esse aumento ocorreu devido principalmente ao abaixo exposto:

- (i) Imobilizado, líquido: o imobilizado, líquido da Companhia aumentou em R\$48,7 milhões ou 7,5%, alcançando R\$699,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$651,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos e novos restaurantes, nos reinvestimentos em restaurantes e nos novos hardwares e PDV.
- (ii) Intangível, líquido: O intangível líquido da Companhia aumentou em R\$7,1 milhões ou 2,3%, alcançando R\$316,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$309,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, refletindo o investimento em direito de uso de marca e cessões de direitos de imóveis de novos restaurantes. Adicionalmente também foram investidos recursos em novos softwares visando aumento de vendas e outras ferramentas de controles.

Passivo e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia aumentou em R\$987,1 milhões ou 69,1%, passando de R\$1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.415,6 em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Circulante

O passivo circulante da Companhia diminuiu 40,8% ou R\$326,6 milhões, passando de R\$799,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$473,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se principalmente em decorrência dos fatores descritos abaixo:

- (i) Empréstimos e financiamentos: o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia diminuiu em R\$398,0 milhões ou 65,5%, alcançando R\$210,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$608,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.
- (ii) Fornecedores e aluguéis a pagar: os fornecedores e aluguéis a pagar da Companhia aumentaram em R\$58,6 milhões ou 72,9%, alcançando R\$139,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$80,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento está principalmente relacionado ao aumento de volume de vendas da Companhia, ao projeto Estoque Próprio, assim como à quantidade de aberturas realizadas em dezembro de 2017, elevando o saldo a pagar de fornecedores de serviços.
- (iii) Obrigações corporativas: as obrigações corporativas da Companhia diminuíram em R\$6,6 milhões ou 32,2%, alcançando R\$14,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$20,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo em aberto, corresponde principalmente aos *Royalties* e *Franchise Fees* das aberturas de dezembro de 2017, ambos pagos em janeiro de 2018.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante da Companhia aumentou 267,5% ou R\$236,8 milhões, passando de R\$88,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$325,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deu-se em decorrência dos fatores descritos abaixo:

- (i) Empréstimos e financiamentos: os empréstimos e financiamentos da Companhia aumentaram em R\$275,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação. Desta forma foram alocadas as parcelas a vencer com mais de dozes meses para o passivo não circulante.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 199,3%, passando de R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.617,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.076,9 milhões, em virtude dos fatores descritos abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (i) Reserva de capital: a reserva de capital da companhia aumentou 24,3%, passando de R\$737,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$915,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu devido principalmente ao aporte de capital ocorrido em de agosto de 2017 pela Montjuic e ao exercício do bônus de subscrição.
- (ii) Prejuízos acumulados: os prejuízos acumulados da companhia reduziram 1,9%, passando de R\$ 198,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$194,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu em virtude do lucro líquido registrado exercício social de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2016	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2015	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	256.920	18,0	164.801	13,8	55,9
Títulos e valores mobiliários	63.495	4,4	57.432	4,8	10,6
Títulos e valores mobiliários vinculados	1.846	0,1	-	-	N/A
Contas a receber de clientes, líquido	33.658	2,4	26.366	2,2	27,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	15.196	1,3	-100,0
Estoques	30.846	2,2	18.546	1,5	66,3
Impostos a recuperar	28.566	2,0	19.843	1,7	44,0
Pagamentos antecipados	8.712	0,6	13.963	1,2	-37,6
Demais contas a receber	4.957	0,3	9.522	0,8	-47,9
Total do ativo circulante	429.000	30,0	325.669	27,2	31,7
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	10.415	0,7	5.623	0,5	85,2
Impostos a recuperar	11.694	0,8	274	-	4167,9
Depósitos judiciais	13.925	1,0	7.731	0,6	80,1
Demais contas a receber	3.447	0,2	4.252	0,4	-18,9
Imobilizado, líquido	650.975	45,6	597.639	49,9	8,9
Intangível, líquido	309.006	21,6	255.367	21,3	21,0
Total do ativo não circulante	999.462	70,0	870.886	72,8	14,8
Total do ativo	1.428.462	100,0	1.196.555	100,0	19,4
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	607.973	42,6	198.868	16,6	205,7
Fornecedores e aluguéis a pagar	80.406	5,6	83.894	7,0	-4,2
Salários e encargos sociais	56.028	3,9	52.482	4,4	6,8
Obrigações corporativas	20.598	1,4	24.585	2,1	-16,2
Obrigações tributárias	15.717	1,1	23.300	1,9	-32,5
Resultado diferido, líquido	9.000	0,6	246	-	3558,5
Instrumentos financeiros derivativos	356	-	-	-	N/A
Demais contas a pagar	9.538	0,7	9.463	0,8	0,8
Total do passivo circulante	799.616	56,0	392.838	32,8	103,5
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	306.945	25,7	-100,0
Provisão para demandas judiciais	3.932	0,3	2.835	0,2	38,7
Obrigações tributárias	9.225	0,6	4.763	0,4	93,7
Parcelas contingentes às aquisições	45.983	3,2	27.994	2,3	64,3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.789	2,0	21.413	1,8	34,4
Demais contas a pagar	597	-	1.332	0,1	-55,2
Total do passivo não circulante	88.526	6,2	365.282	30,5	-75,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.506	0,1	1.132	0,1	33,0
Reserva de capital e plano de opção de ações	736.997	51,6	542.030	45,3	36,0
Prejuízos acumulados	(198.183)	-13,9	(104.727)	-8,8	89,2
Total do patrimônio líquido	540.320	37,8	438.435	36,6	23,2
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.428.462	100,0	1.196.555	100,0	19,4

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 19,4% ou R\$231,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante da Companhia aumentou 31,7% ou R\$103,3 milhões, passando de R\$325,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$429,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou R\$92,1 milhões ou 55,9%, sendo R\$256,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$164,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência de aporte de capital ocorrido em agosto de 2016 da acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- (ii) Estoques: Os estoques da Companhia aumentaram em R\$12,3 milhões ou 66,3%, alcançando R\$30,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$18,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento no número de restaurantes, e forte aumento nas vendas em relação ao exercício social anterior.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante da Companhia aumentou 14,8%, passando de R\$870,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$999,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$128,6 milhões. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Imobilizado, líquido: o imobilizado líquido da Companhia aumentou em R\$53,4 milhões ou 8,9%, alcançando R\$651,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$597,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos em restaurantes próprios da Companhia no ano de 2016.
- (ii) Intangível, líquido: O intangível líquido da Companhia aumentou R\$53,6 milhões ou 21,0%, alcançando R\$309,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$ 255,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência dos investimentos em aberturas de restaurantes da Companhia no ano de 2016 e do ágio do (*Goodwill*) reconhecido nas aquisições.
- (iii) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais aumentaram em R\$6,2 milhões ou 80,1%, alcançando R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência do aumento de demandas trabalhistas contra a Companhia.

Passivo e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um aumento no total do passivo e do patrimônio líquido de 19,4% ou R\$231,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da Companhia aumentou 103,5% ou R\$406,8 milhões, passando de R\$392,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$799,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos da Companhia aumentaram em R\$409,1 milhões ou 205,7%, alcançando R\$608,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$198,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se principalmente em função da reclassificação entre circulante e não circulante ocorrida em 31 de dezembro de 2016 e de novas captações de recursos ocorridas em 2016, 6ª e 7ª emissões de debêntures e financiamento captado com o Banco Nordeste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro previsto nas escrituras de 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.
- (ii) Fornecedores e aluguéis a pagar: Os fornecedores e aluguéis a pagar da Companhia diminuíram em R\$3,5 milhões ou 4,2%, alcançando R\$80,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$83,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição deu-se em decorrência de menos aberturas de restaurantes no mês de dezembro de 2016 comparado com o mês de dezembro de 2015, reduzindo, assim, o saldo a pagar no final do exercício de 2016.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 75,8% ou R\$276,8 milhões, passando de R\$365,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$88,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação ocorreu principalmente devido a:

- (i) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos da Companhia diminuíram em R\$306,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição deu-se em função da reclassificação entre circulante e não circulante ocorrida em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o índice EBITDA Ajustado sobre o resultado financeiro não foi atingido. Desta forma, as parcelas alocadas no passivo não circulante foram reclassificadas para o passivo circulante em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve renúncia escrita (“*waiver*”) e renegociou as cláusulas restritivas de *covenants* de suas debêntures com os debenturistas, passando a estar adimplente, considerando estas novas cláusulas oriundas da renegociação.
- (ii) Parcelas contingentes às aquisições: As parcelas contingentes às aquisições aumentaram em R\$18,0 milhões ou 64,3%, alcançando R\$46,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado a R\$28,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento deu-se em decorrência da atualização do saldo a pagar, parcialmente compensado pelo pagamento proporcional realizado no ano de 2016.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 23,2%, passando de R\$438,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$540,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$101,9 milhões, em virtude dos fatores descritos abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (i) Reserva de capital: a reserva de capital da companhia aumentou 36,0%, passando de R\$542,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$737,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu devido ao aporte de capital de R\$200,0 milhões ocorrido em agosto de 2016 pela acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- (ii) Prejuízos acumulados: os prejuízos acumulados da companhia aumentaram 89,2%, passando de R\$ 104,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu em virtude do registro do prejuízo do exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	166.527	28.829	483,8
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.208.395)	(204.783)	490,1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	887.293	268.073	230,6
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(154.575)	92.119	-

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de R\$138,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$28,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$166,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação no caixa líquido das atividades operacionais deve-se, principalmente, por: (i) resultado antes dos impostos de renda e contribuição social, passando de um prejuízo de R\$85,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$9,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) variação dos valores a pagar referentes a fornecedores e aluguéis, no montante de R\$62,6 milhões, passando de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$58,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) no pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos, no valor de R\$11,7 milhões, passando de R\$79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$68,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iv) no recebimento de contas a receber, no valor de R\$21,7 milhões, passando de R\$ 5,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$27,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$1.003,6 milhões ou 490,1%, passando de R\$204,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.208,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O aumento deve-se a aplicação dos recursos captados na abertura de capital da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou aumento de R\$619,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R\$268,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$887,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Essa variação deu-se, principalmente, pela integralização dos recursos obtidos no IPO no patrimônio líquido da Companhia.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.525	87.447	-67,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(204.783)	(180.511)	13,4
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	268.377	139.637	92,2
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	92.119	46.573	97,8

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução de R\$58,9 milhões ou 67,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$87,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$28,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa redução no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais ocorreu, principalmente, (i) pelo aumento do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$59,9 milhões, passando de R\$25,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$85,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) pelo aumento nos salários e encargos no montante de R\$11,5 milhões, passando de R\$3,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$15,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e (iii) pelo aumento nos pagamentos de juros relacionados a empréstimos e financiamentos no montante de R\$22,5 milhões, passando de R\$57,4 milhões no exercício social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$24,3 milhões ou 13,4%, passando de R\$180,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$204,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os principais motivos da variação foram: (i) o aumento de R\$88,5 milhões nas aplicações em títulos e valores mobiliários e diminuição dos resgates de títulos e valores mobiliários, passando de R\$66,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$154,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) a diminuição nos resgates de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 48,3 milhões, passando de R\$190,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$142,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Isso foi parcialmente compensado pela redução nas aquisições de ativos imobilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$81,4 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou aumento de R\$128,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de R\$139,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$268,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Essa variação deu-se, principalmente, (i) pelo caixa líquido gerado pelo ágio na emissão de ações líquido dos custos de emissão no montante de R\$193,5 milhões, passando de R\$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$194,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento de capital realizado pela Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia na Companhia; e (ii) aumento no caixa líquido gerado pela captação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$138,7 milhões, passando de R\$254,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$393,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, o qual foi parcialmente compensado por um aumento nos pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos de R\$185,5 milhões, passando de R\$107,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$293,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, 99%, 99% e 99% das vendas líquidas da Companhia, respectivamente, advém da venda de alimentos e bebidas em nossos restaurantes.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e é deduzida de impostos, devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes estimados. A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando são atendidas todas as seguintes condições:

- A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável; e
- Quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Nossa receita líquida é principalmente gerada pelas vendas de alimentos e bebidas.

Nossos principais gastos incluem custos com vendas de alimentos, despesas com vendas (principalmente despesas com pessoal, ocupação e *utilities*, royalties e fundo de marketing e outros), despesas administrativas (principalmente despesas relacionadas a despesa com pessoal, serviços de terceiros, serviços de tecnologia da informação e despesas gerais) e despesas financeiras.

A descrição a seguir apresenta os principais componentes e direcionadores de nossos resultados operacionais.

Receita líquida

Nossa receita operacional provém principalmente pela venda de alimentos, bebidas, produtos, e serviços (principalmente relacionados a franqueados), e são todas realizadas em moeda local. As vendas líquidas são as vendas brutas deduzidas das devoluções, descontos e outras provisões similares estimadas e dos impostos aplicáveis a nossos negócios de acordo com o local onde as receitas são geradas e os produtos e serviços são vendidos.

Possuímos uma forte gestão e controle sobre os preços dos nossos produtos, os quais levam em consideração preços praticados pela indústria e possíveis variações no custo de mercadoria vendida. Nossos preços variam de acordo com a nossa visão de indústria e estratégia, que incluem campanhas específicas, e descontos promocionais como cupons físicos e cupons online.

A receita operacional líquida da Companhia apresentou um CAGR (taxa de crescimento médio composto anual) equivalente a 37,1%, passando de R\$949,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.783,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

2017. A Diretoria ressalta que o incremento na receita operacional líquida no exercício social de 2015 a 2017 é decorrente, principalmente: (i) ao aumento de restaurantes próprios no período (totalizando 107 restaurantes); e (ii) aumento nas vendas médias de restaurantes.

Sazonalidade

Nossos resultados operacionais estão sujeitos a variações sazonais. Alguns fatores sazonais podem afetar nossas vendas, como férias escolares e disponibilização do 13º salário no mercado. Nossas vendas são maiores em julho e dezembro, refletindo férias escolares e da disponibilização do 13º salário e são menores em fevereiro e março, refletindo feriados nacionais como o carnaval. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 45,9% de nossas receitas anuais foram registradas no primeiro semestre do ano e 54,1% restantes no segundo semestre.

Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos e Lucro Bruto

O custo das mercadorias e dos produtos vendidos é reconhecido quando vendemos um produto, e compreende o preço de compra e o custo incorrido pelos produtos a serem oferecidos nos restaurantes, incluindo custos com alimentos e bebidas. Adicionalmente, custos de vendas e serviços também compreendem custos operacionais diretamente relacionados às atividades de cada restaurante, inclusive equipamentos, materiais e despesas de manutenção.

Nosso lucro bruto é calculado através da subtração da receita operacional líquida pelos custos das mercadorias e dos produtos vendidos.

Nossa política de precificação e o mix de produtos afetam nosso lucro bruto e geralmente direcionamos nossas ofertas de alimentos e bebidas de forma a reforçar nossas categorias de produtos de margens mais altas.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas compreendem despesas com pessoal, royalties e fundo de marketing, despesas com ocupação e *utilities*, e outras despesas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com pessoal principalmente de funcionários da nossa sede, aluguel de escritório, despesa com serviços de terceiros, dentre outras. Nós negociamos com vendedores e prestadores de serviço não apenas quanto ao preço e condições de pagamento da matéria-prima e serviço prestado, mas também quanto às despesas operacionais, seguros, tecnologia de informação, comunicação, dentre outras.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido inclui as despesas de juros sobre os empréstimos de terceiros, variações cambiais e demais tarifas bancárias. As receitas financeiras resultam do adicional de caixa alocado às aplicações financeiras.

Imposto de Renda

As despesas com imposto de renda dependem da tributação do lucro de nossas controladas. A Companhia se beneficia de créditos fiscais significativos referentes a prejuízos fiscais. Dessa forma, existem diferenças significativas entre as despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. A alíquota fiscal vigente é de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Vendas Comparáveis nos Mesmos Restaurantes

A variação das vendas comparáveis nos mesmos restaurantes é uma medição utilizada no mercado varejista como indicação do desempenho de estratégias e iniciativas comerciais implementadas, e também representam as tendências da economia local e dos clientes. Vendas comparáveis nos mesmos restaurantes não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez.

Vendas comparáveis nos mesmos restaurantes não tem significado padronizado no mercado, e nossa definição pode não ser a mesma definição de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes utilizada por outras companhias.

Os aumentos ou as reduções nas vendas comparáveis nos mesmos restaurantes representam a variação percentual nas vendas em relação ao mesmo período no ano anterior para todas as lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis, estando abertas a mais de 12 meses.

Alguns dos motivos do fechamento temporário de nossas lojas incluem manutenções, problemas operacionais próprios e/ou de terceiros.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, em torno de 1%, 1% e 1%, respectivamente, de nossas vendas é efetuada em outras moedas, refletindo serviços prestados para a Burger King Corporation principalmente relacionado a gestão de franqueados. Por se tratar de um baixo valor quando comparado ao total das operações da Companhia, a Diretoria considera imaterial o impacto referente a variação cambial nas receitas operacionais liquidas.

Nossas vendas também foram impactadas pela inflação no país. A Companhia revisa os preços com frequência, considerando alterações nos nossos custos e a precificação adotada pela indústria e principais concorrentes.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Nossos resultados são impactados pela inflação. Contudo, a Diretoria considera que a Companhia tem uma precificação eficaz e diligente, a qual compensa os impactos oriundos da mesma.

Mais de 90% dos gastos com mercadoria vendida da Companhia são realizados na mesma moeda das vendas e, portanto, consideramos o impacto de variação cambial como imaterial.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Contudo, estamos expostos a riscos de variação de taxas de juros (taxa CDI) referentes aos nossos empréstimos, dívidas e aplicações financeiras em moeda local. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxa fixas e a taxas variáveis.

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os empréstimos contratados e outras obrigações, a Companhia e suas controladas utilizam, para um cenário “provável”, a taxa de mercado obtida em bolsas brasileiras ou internacionais e considera um acréscimo dessa taxa de 25%, 50% e decréscimos de 50% e 25%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

Exposição patrimonial	Exposição em 31/12/2017 ^(*)	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2017	Cenários consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-50%	-25%
Aplicações financeiras	1.172.010	Variação DI	10,07%	26.373	6.497	12.993	(12.993)	(6.497)
Empréstimos e financiamentos	475.130	Variação DI	10,07%	(63.190)	(15.779)	(31.558)	31.558	15.779

(*) contemplam os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis

Ademais, para efeito de análise consideramos a variação da taxa de câmbio nas nossas tarifas de royalties e taxa de franquia, considerando um acréscimo dessa taxa de 25%, 50% e decréscimos de 50% e 25%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

Exposição patrimonial	Exposição em 31/12/2017	Risco	Taxa de câmbio efetiva em 31/12/2017	Cenários Consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	25%	50%	-50%	-25%
Royalties/Taxa franquia	13.966	Variação dólar americano	3,3074	13.966	(3.492)	(6.983)	6.983	3.492

Compramos nossas principais matérias-primas, incluindo carne, frango, produtos agrícolas, queijo, bebidas e laticínios, suportados por contratos com nossos fornecedores que definem os respectivos preços de compra, e não consideramos riscos externos como de variação de *commodities* como relevantes.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

IFRS 2 – Pagamento baseado em ações (CPC 10)

O IFRS 2 aborda três grandes grupos: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro, a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48)

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/ CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e contabilidade de hedge.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47)

O IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/ CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 – Leases (CPC 06 (R2))

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos dessa nova norma está em andamento, porém, avaliamos preliminarmente que são esperados impactos relevantes, principalmente em função de que a operação da Companhia depende significativamente de arrendamentos operacionais. Os potenciais impactos referem-se à avaliação do registro de todos os contratos de locação dos restaurantes como um direito e uma obrigação da Companhia. Como todos os restaurantes são alugados, o impacto esperado nas demonstrações financeiras da Companhia é relevante.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 30 de março de 2017 e 2016 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Essas demonstrações financeiras foram alteradas para refletir adequadamente o reconhecimento de provisão sobre tributos diferidos ativos e diferimento de receita com exposição de marca, bem como reclassificações e melhorias nas divulgações em determinadas notas explicativas, conforme descrito na nota explicativa 2.23 das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, são adotadas premissas e variáveis provenientes de experiências prévias e diversos outros fatores e subjetivos julgados razoáveis e relevantes. Em decorrência disso, a elaboração das demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia inclui julgamentos e estimativas, dentre outras, referentes à perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, transações com pagamentos baseados em ações, impostos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e administrativas. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas, portanto, para melhor adequar a realidade da Companhia ao disposto acima, a Companhia revisa as suas premissas continuamente e os possíveis efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam essas políticas:

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. De acordo com a CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, se a contabilização inicial de uma combinação de negócio estiver incompleta, o adquirente deverá ajustar retrospectivamente e reportar os valores em suas demonstrações financeiras como itens provisórios

10.5 - Políticas contábeis críticas

até que conclua que não existem fatos circunstanciados a data da aquisição e que tais mensurações não excedam a um ano da data de aquisição. O período de mensuração é o período que se segue a data da aquisição, durante a qual o adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios.

Após o período de mensuração, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração emitido pelo comitê de Pronunciamentos Contábeis, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os ativos imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), anualmente ou quando há evidências de perda do seu valor recuperável, considerando os fluxos de caixa atuais de cada restaurante em data próxima à do balanço, considerando seu período de maturidade (a partir de 24 meses de sua inauguração), a fim de identificar algum indicador de perda do valor recuperável (*impairment*). Uma vez identificados os restaurantes com indicador de *impairment*, a Companhia avalia a perspectiva de retomada da sua geração de caixa ou avalia a sua descontinuidade. Uma vez identificados os restaurantes com indicativo de descontinuidade e avaliados individualmente pela Administração, conclui-se pela provisão sobre os ativos desses restaurantes.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada empresa consolidada. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis, em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes nas datas do balanço.

Impostos diferidos

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos ativos, até o valor considerado razoável, de acordo com sua realização esperada.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado nas datas dos balanços e reduzido quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no exercício no qual o passivo for liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) vigentes, ou substantivamente vigentes, nas datas dos balanços. O cálculo dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira pela qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante e quando eles estão relacionados ao imposto de renda aplicado pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar seus ativos e passivos fiscais circulantes de acordo com o seu valor líquido.

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte de contratos de arrendamento operacional para operar 526 lojas (480 em 31 de dezembro de 2016). Esses arrendamentos possuem prazo de, em média, 10 anos, com opção de renovação após esse período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$71,4 milhões foi reconhecido como despesa no resultado com relação a arrendamentos operacionais, na rubrica “despesas com ocupação e utilities”.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2017, são os seguintes: (i) dentro de um ano de R\$108,1 milhões, (ii) após um ano, mas menos de cinco anos de R\$426,5 milhões, e (iii) mais de cinco anos de R\$121,8 milhões.

Além disso, em 17 de outubro de 2017, a Companhia assinou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A. Caso a essa transação venha a ser concluída, a Companhia destinará parte dos recursos provenientes de sua Oferta Inicial de Ações para o seu pagamento, estimada em, aproximadamente, R\$345,6 milhões. Para mais informações sobre essa aquisição, vide itens 3.3. e 15.8 deste Formulário de Referência.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que possam ter um impacto relevante para as suas atividades. Além disso, caso a aquisição das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A. venha a se concretizar, a Companhia entende que não haverá alterações significativas na sua receita, despesas ou resultados operacionais.

(b) natureza e o propósito da operação

Em relação a esse item, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em relação a esse item, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

(a) investimentos**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os principais investimentos da Companhia são direcionados para abertura de restaurantes próprios. Além de aberturas, nos anos de 2015, 2016 e 2017 tivemos aquisições de restaurantes de franquizados, como demonstrado abaixo:

(em R\$ milhares)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Aquisição de ativo intangível e imobilizado	197.871	174.609	242.519
Valor pago na aquisição de investimentos	-	18.133	63.811
Total	197.871	192.742	306.330

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento dos investimentos de capital que a Companhia costuma realizar são: (i) geração de caixa oriunda das operações da Companhia; e (ii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures, incluindo no âmbito de operações de securitização de direitos creditórios do agronegócio.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social. Não possuímos comitês estatutários. Nosso estatuto social permite a criação de comitês pelo nosso Conselho de Administração, para auxiliá-lo no exercício de suas funções, e neste sentido criamos 2 (dois) comitês, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria; e (ii) Comitê de Remuneração.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) membros e no máximo 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- fixar a remuneração de cada um dos Diretores;
- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas de gestão administrativa, de pessoal e financeira;
- aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;
- fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- opinar sobre as demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- notificar qualquer acionista detentor de ações não integralizadas, para determinar-lhe que realize o pagamento devido, nos termos do respectivo boletim de subscrição;
- vender ou adquirir ativos e formar *joint ventures* envolvendo ativos da Companhia, em valor econômico superior a R\$ 42.600.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos mil Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de novembro de 2017, até a data da deliberação;
- aprovar, instruir e/ou autorizar a celebração de contratos (incluindo contrato de prestação de serviços, contratos financeiros, contratos de distribuição e outros) envolvendo valores superiores a R\$ 42.600.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos mil Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de novembro de 2017 até a data da deliberação;
- aprovar, instruir e/ou autorizar a contratação de qualquer endividamento ou outorgar quaisquer garantias em valor superior a R\$ 42.600.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos mil

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Reais) por evento (ou série de eventos relacionados), sendo tal valor corrigido pelo IGP-M/FGV desde 1º de novembro de 2017 até a data da deliberação;

- aprovar, instruir e/ou autorizar a celebração de qualquer contrato com uma parte relacionada de qualquer acionista, incluindo o pagamento de qualquer honorário ou remuneração pela Companhia a qualquer referida parte relacionada;
- aprovar, instruir e/ou autorizar a aquisição de participação societária ou substancialmente todos os ativos de qualquer empresa;
- aprovar, instruir e/ou autorizar a criação de qualquer conta de reserva ou qualquer provisão contábil, com exceção das exigidas por lei, pelos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil ou conforme exigido ou recomendado pelos auditores da Companhia ou por contadores externos;
- nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia;
- autorizar a aquisições de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;
- aprovar os princípios e padrões de negócios que deverão ser observados pela Diretoria e qualquer alteração ou modificação relevante de tais princípios e padrões;
- aprovar os critérios de desempenho para o Diretor Presidente;
- definir os procedimentos a serem praticados pela Companhia relativamente a acionistas remissos, observados os limites legais;
- criar o Comitê de Gestão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (Comitê de Remuneração), bem como eleger os seus respectivos membros, nos termos definidos por tal plano conforme aprovado pela Assembleia Geral;
- aprovar o ajuizamento de processos administrativos, judiciais ou arbitrais pela Companhia que possam razoavelmente ser considerados como criando um risco de pedido de autofalência, falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial;
- aprovar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- aprovar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado; e
- o cumprimento das demais atribuições que lhe são fixadas em lei e no estatuto social da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado de assessoramento e instrução e tem como responsabilidade principal a supervisão das seguintes atividades: (i) gestão de controles internos; (ii) administração de riscos; (iii) auditoria interna; e (iv) trabalhos do auditor independente da Companhia. O Comitê de Auditoria tem a função de assessorar o Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo certo que o exercício da função de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e indelegável. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria é coincidente com o dos membros do Conselho de Administração e nenhum membro do Comitê de Auditoria poderá ser ou ter sido nos últimos 12 (doze) meses: (i) diretor estatutário ou funcionário da Companhia ou suas controladas; ou (ii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria externa da Companhia ou suas controladas; ou (iii) membro do Conselho Fiscal da Companhia ou suas controladas.

O Comitê de Auditoria reunir-se-á no mínimo 4 (quatro) vezes ao ano por convocação de seu Presidente.

Compete ao Comitê de Auditoria zelar (a) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (b) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) pela atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (d) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (e) pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e da administração de riscos.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- zelar pelo cumprimento do regimento que disciplina o seu funcionamento, submetendo eventuais alterações à aprovação do Conselho de Administração;
- relativamente às demonstrações contábeis: (a) revisar, previamente à aprovação, as demonstrações contábeis anuais da Companhia, bem como as notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente; (b) analisar, em conjunto com o auditor independente, as principais políticas e práticas de contabilidade utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, bem como quaisquer mudanças significativas na aplicação ou escolha de tais políticas e práticas; (c) analisar, em conjunto com o auditor independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, à luz das normas contábeis,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

relativos a informações financeiras, inclusive estruturas fora de balanço e informações *pro forma* ou ajustadas, seus efeitos nas demonstrações contábeis e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pelo auditor independente; e (d) resolver quaisquer divergências entre o auditor independente e a administração da Companhia relativas às demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros;

- relativamente aos controles internos, gerenciamento de riscos e cumprimento das exigências leais e regulamentares: (a) por meio de auditoria interna, avaliar a qualidade e a eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes na Companhia, além do cumprimento dos dispositivos legais, normativos, regulamentos e normas internas aplicáveis; (b) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de denúncias sobre erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do denunciante, tais como seu anonimato e a confidencialidade da informação;
- recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria;
- relativamente ao auditor independente e à auditoria interna: (a) recomendar ao Conselho de Administração a empresa a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a respectiva substituição; (b) supervisionar o trabalho da auditoria interna e do auditor independente, de forma a avaliar sua eficácia e verificar o cumprimento da legislação, regulamentação e normas internas; (c) avaliar a implantação de recomendações feitas pelo auditor independente e pela auditoria interna e, ainda, as feitas pelo próprio Comitê de Auditoria; (d) estabelecer e divulgar os procedimentos para contratação de outros serviços a serem prestados pela empresa que audita as demonstrações contábeis da Companhia; e (e) revisar, atualizar e definir os serviços que não podem ser prestados pelo auditor independente, por colocarem em risco sua independente ou objetividade, os serviços que devem ser previamente submetidos à aprovação do Comitê de Auditoria;
- avaliar, anualmente, no que concerne ao auditor independente da Companhia: (a) seus procedimentos de controle interno de qualidade; (b) sua independência; (c) eventuais questionamentos de autoridades governamentais e reguladores; (d) os relacionamentos entre o auditor independente e a Companhia; e (e) o relatório mais recente de revisão externa do controle de qualidade da empresa;
- revisar, juntamente com a auditoria independente, o quadro de pessoal a ser alocado para a realização dos seus trabalhos, a abrangência da auditoria e o planejamento dos trabalhos;
- aprovar a contratação de funcionários ou de prestadores de serviços que tenham atuado na equipe de auditoria independente que presta ou tenha prestado serviços de auditoria à Companhia, nos doze meses anteriores;
- aprovar o planejamento e supervisionar a atuação e os resultados dos trabalhos da auditoria interna, bem como a qualificação técnica dos seus funcionários; e
- recomendar a contratação, a substituição ou a dispensa do responsável pela auditoria interna.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é composto por 4 (quatro) membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia e poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais participantes, para o exercício das opções de compra de ações da Companhia, prazo de *vesting*, antecipação do prazo de *vesting*, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das opções, dentre outros, observado o disposto na Assembleia Geral e nos respectivos planos de opção de compra de ações da Companhia.

O Comitê de Remuneração poderá criar, periodicamente, programas de opção de compra de ações, nos quais serão definidos (i) os termos e as condições de cada outorga de opções de compra de ações, (ii) as pessoas às quais as opções serão concedidas, (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os participantes terão direito de subscrever com o exercício da opção, (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da opção, (v) o eventual escalonamento das opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis. Os contratos serão individualmente elaborados para cada participante, podendo o Comitê de Remuneração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato, dentro dos limites gerais fixados pelos planos de opção de compra de ações da Companhia, pela Assembleia Geral e pelo respectivo programa.

O Comitê de Remuneração poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis aos planos de opções de compra de ações da Companhia, bem como ampliar a abrangência dos respectivos planos para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada programa. Em cada programa, o Comitê de Remuneração indicará os participantes aos quais serão oferecidas opções.

(i) regimento interno próprio

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração não eram regidos por regimento interno próprio, os quais serão obrigatoriamente adotados pela Companhia a partir de 2021, nos termos do Ofício 618-2017-DRE da B3.

O regimento interno do Comitê de Auditoria foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2017 e está arquivado na sede da Companhia.

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui comitê de auditoria não estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro, um Diretor de Operações, um Diretor Jurídico, um Diretor de Marketing, um Diretor de Desenvolvimento, um Diretor de Gente e Gestão e um Diretor de Subfranquias, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) quaisquer 2 (dois) Diretores, sempre agindo em conjunto, ou (b) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, ou (c) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e do estatuto social da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações do estatuto social da Companhia, do Código de Conduta Ética da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Compete ao Diretor de Operações: (i) dirigir as atividades de operações da Companhia visando ao controle de qualidade; (ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias; (iii) contribuir com a gestão das equipes; (iv) assegurar e executar o trabalho

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

observando aspectos relativos à segurança no trabalho; (v) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades; e (vi) executar outras tarefas correlatas.

Compete ao Diretor Jurídico: (i) formular, coordenar e executar ações e procedimentos jurídicos corporativos da Companhia; (ii) acompanhar as matérias relacionadas a regulamentação de companhia aberta; (iii) coordenar, planejar e supervisionar a negociação, elaboração de contratos/ou negócios estratégicos e/ou de unidades de negócios da Companhia; e (iv) acompanhar e representar a Companhia nas assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Compete ao Diretor de Marketing: (i) planejar, definir e acompanhar todas as atividades de marketing; (ii) definir as estratégias de atuação e posicionamento da Companhia relacionada aos seus produtos no que tange a análise de mercado, publicidade, propaganda e desenvolvimento de programas; (iii) estabelecer políticas de vendas e de marketing; e (iv) estabelecer padrão de imagem a fim de melhorar a visibilidade e posição competitiva da Companhia.

Compete ao Diretor de Desenvolvimento: (i) dirigir as pesquisas de mercado para expansão dos restaurantes da Companhia, coordenando as respectivas equipes de pesquisa e desenvolvimento; e (ii) orientar a pesquisa, seleção, desenvolvimento e contratação de pontos, restaurantes e outras oportunidades ou negócios para atuação da Companhia.

Compete ao Diretor de Gente e Gestão: (i) formular políticas de cargos, salários e benefícios; (ii) desenvolver estratégia de seleção, treinamento, desenvolvimento e retenção de pessoal; (iii) definir e coordenar a política de comunicação interna; (iv) definir e coordenar modelo de gestão de resultados; (v) conduzir atividades de integração de pessoas; e (vi) participar na formulação e execução de estratégias da Companhia, com foco na área de Gente e Gestão.

Compete ao Diretor de Subfranquias: (i) dirigir as pesquisas de análise do mercado relacionada a expansão da marca e dos restaurantes voltados aos subfranqueados; e (ii) suporte aos subfranqueados para atingir alto padrão de qualidade de produtos da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas da Companhia ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o estatuto social da Companhia;
- deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- aprovar a saída do Novo Mercado da B3;
- aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, cidade de Barueri, Estado de São Paulo; e (ii) internet: *site* da Companhia (www.burgerking.com.br/ri); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Conforme consta no parágrafo 2º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar à sede da Companhia, localizada na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores:

- (i) via física original do boletim de voto à distância relativo à Assembleia Geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (a) **pessoa física:** documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;
 - (b) **pessoa jurídica:** último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e
 - (c) **fundo de investimento:** último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Conforme disposição do artigo 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios será recebido até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, sendo que os boletins de voto à distância recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

Ainda, nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará o acionista, em até 3 (três) dias da data de recebimento do boletim de voto à distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o boletim de voto à distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado boletim de voto à distância.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para sede da Companhia, localizada na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, CEP 06455-020, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@burgerking.com.br.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pela Diretoria de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pela Diretoria de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que as reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na periodicidade definida pelo próprio Conselho de Administração.

As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante carta registrada, fax ou e-mail, contendo informações sobre o local, data, horário e ordem do dia da reunião, e enviada com todos os documentos objeto de deliberação. A primeira notificação de convocação é enviada com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova notificação de segunda convocação é enviada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência da nova data da reunião.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os membros do Conselho de Administração e as reuniões poderão ser realizadas por videoconferência ou teleconferência.

No último exercício social, o Conselho de Administração realizou 11 (onze) reuniões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 7 (sete) reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia adotado Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), a qual será obrigatoriamente adotada pela Companhia a partir de 2021, nos termos do Ofício 618-2017-DRE da B3.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

Não aplicável, tendo em vista que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia adotado Política de Indicação.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(ii) principais características

Não aplicável, tendo em vista que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia adotado Política de Indicação.

Nos termos do estatuto social, a Companhia e seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada à ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fabio Chaves de Arruda Alves	08/10/1980	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	5
297.666.278-94	Advogado	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Não	0.00%
N/A		Diretor Jurídico			
Gustavo do Valle Fehlberg	11/07/1973	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	7
025.445.957-95	Engenheiro	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Não	0.00%
N/A		Diretor de Desenvolvimento			
Marcia Cristine Ribeirete Baena	19/01/1972	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	2
639.376.709-04	Administrador	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Sim	0.00%
N/A		Diretor de Gente e Gestão			
Rafael Rodrigues do Espírito Santo	05/09/1980	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	2
088.701.197-77	Administrador	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Não	0.00%
N/A		Diretor de Operações			
Ariel Grunkraut	14/07/1977	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	7
265.914.188-65	Administrador	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Não	0.00%
N/A		Diretor de Marketing			
Iuri de Araújo Miranda	08/11/1968	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	7
422.741.175-00	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/07/2018	Não	0.00%
Membro efetivo do Comitê de Remuneração					
José William Giudici	18/11/1963	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	7
082.774.158-85	Educador Físico	19 - Outros Diretores	14/07/2018	Não	0.00%
N/A		Diretor de Sub-Franquias			
Clayton de Souza Malheiros	18/01/1976	Pertence apenas à Diretoria	27/06/2018	14/07/2020	7
038.814.377-03	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	14/07/2018	Não	0.00%
Diretor Financeiro					
Bruno Augusto Sacchi Zaremba	29/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/11/2018	AGO 2019	0
034.032.377-96	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/08/2018	Não	100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcelo Dodsworth Penna	01/09/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2017	AGO 2019	1
108.521.597-06	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2017	Não	100.00%
Membro efetivo do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração					
Joshua Arthur Kobza	13/05/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2017	AGO 2019	4
000.000.000-00	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2017	Não	100.00%
Presidente do Comitê de Remuneração					
Renato Fairbanks Nascimbeni de Sá e Silva Ribeiro	05/06/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2017	AGO 2019	2
300.224.978-54	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2017	Não	100.00%
N/A					
Matheus Morgan Villares	10/03/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2017	AGO 2019	2
257.655.128-95	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2017	Não	100.00%
N/A					
Guilherme de Araújo Lins	07/02/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2017	AGO 2019	1
745.336.817-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2017	Não	100.00%
Membro efetivo do Comitê de Remuneração e do Comitê de Auditoria					
Marcos Grodetsky	24/11/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/09/2017	AGO 2019	0
425.552.057-72	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/09/2017	Não	100.00%
N/A					
Rodrigo Calvo Galindo	03/05/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/10/2017	AGO 2019	0
622.153.291-49	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/10/2017	Não	100.00%
N/A					
Felipe Seroa da Motta Austregesilo de Athayde	09/12/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/08/2017	AGO 2019	0
290.704.468-04	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	01/08/2017	Não	100.00%
N/A					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fabio Chaves de Arruda Alves - 297.666.278-94					

Diretor Jurídico da Companhia desde agosto de 2011. Possui mais de 14 anos de experiência trabalhando em renomados escritórios de advocacia e na Companhia desde sua fundação em 2011. Trabalhou como advogado na área societária no Demarest Advogados por 3 anos, e por mais 4 anos como advogado na área de M&A do Lobo & de Rizzo Advogados, trabalhando para clientes nacionais e internacionais, como Vinci Partners, Nestlé, Devry, Votorantim, Kroton, Monsanto, Cargill, GP Investments, Charter Group, Rituals, Blockbuster e Grupo Jerônimo Martins. O Sr. Alves é Diretor do IFB - Instituto de Foodservice do Brasil – uma organização sem fins lucrativos que incentiva a eficiência dos negócios de foodservice. O Sr. Alves é formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização *Latu Sensu* em propriedade intelectual pela Escola Superior de Advocacia, bem como um MBA (Mestrado em Administração de Negócios) executivo internacional pela Fundação Instituto de Administração. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Gustavo do Valle Fehlberg - 025.445.957-95

Diretor de Desenvolvimento da Companhia desde agosto de 2011. Possui mais de 15 anos de experiência na implementação de empresas globais do ramo alimentício (foodservice) no País. Participou em cargo de liderança no Outback Steak House por mais de oito anos e desde o início da companhia. Atuou como diretor de desenvolvimento do Outback Steakhouse Restaurants S.A. (de 1997 a 2004) e como diretor de portfólio e novos negócios da BR Malls Participações S.A. (de 2008 a 2011). O Sr. Fehlberg sempre atuou na liderança de programas de expansão *foot print* liderando os departamentos de inteligência em marketing, imobiliário e engenharia. Possui relacionamento de longo prazo com a Vinci Partners, GP-Investments e 3G Capital, tendo participado ativamente na recuperação da Equatorial Energia (Cemar) e da empresa start-up BRMALLS. É formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com MBA (Mestrado em Administração de Negócios) executivo em Marketing pelo IBMEC e em Administração Estratégica de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcia Cristine Ribeirete Baena - 639.376.709-04

Diretora de Gente e Gestão desde de 2016. Ingressou na Companhia em 2011, liderando as iniciativas de Recursos Humanos e ingressou na Área de Gestão em 2015. A Sra. Baena possui mais de 20 anos de experiência em Recursos Humanos, tendo trabalhado em empresas nacionais e internacionais de diferentes setores. Trabalhou no Grupo Pão de Açúcar (de 2010 a 2011), Cargill (Seara Alimentos) (de 2004 a 2010), América Latina Logística (de 2000 a 2004) e SESC PR (de 1996 a 2000), reunindo vasta experiência em diversos subáreas dos recursos humanos. Desde 2017 é Diretora da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos), uma organização sem fins lucrativos focada em incentivar o desenvolvimento de pessoas e organizações. A Sra. Baena é formada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, com especialização *Latu Sensu* em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, bem como MBA (Mestrado em Administração de Negócios) em Estratégia e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná. Possui Certificação de Gerenciamento de Mudanças (Change Management Certification) na Prosci – EUA. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Rafael Rodrigues do Espírito Santo - 088.701.197-77

Diretor de Operações da Companhia desde janeiro de 2016. Anteriormente, o Sr. Santo foi membro do time de Private Equity da Vinci Partners (de abril de 2010 a dezembro de 2013), onde participou de diversos investimentos, atuando como membro do Conselho de Administração, Conselho de Supervisão e Comitê de Investimentos das companhias investidas. Atuou como membro do conselho de administração da Cecrisa (de junho de 2012 a dezembro de 2013), como vice presidente financeiro e diretor de relações com investidores da PDG (de janeiro de 2014 a janeiro de 2016), como diretor das sociedades de propósito específico controladas pela PDG (de maio de 2015 a janeiro de 2016) e membro do conselho de administração da REP Shopping Centers, também controlada pela PDG (de maio de 2015 a janeiro de 2016). O Sr. Santo deixou a administração da PDG em janeiro de 2016. Em fevereiro de 2017, a PDG formalizou pedido de recuperação judicial. Antes disso, trabalhou para o Banco Pactual (de 2004 a 2009) como analista *sell-side*, cobrindo o setor de serviços públicos, e foi o principal analista para empresas de transmissão e água no Brasil, cobrindo também os setores de óleo, gás e rodovias com pedágios. O Sr. Santo foi membro do time classificado em primeiro pela Revista de Investidores Institucionais, em 2006 e 2007. Anteriormente, trabalhou como analista de *sell-side* na UBS. É formado em Administração de Empresas pelo IBMEC-RJ. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Ariel Grunkraut - 265.914.188-65

Diretor Marketing e Vendas (CMO) da Companhia desde agosto de 2011. Começou sua carreira como trainee na Ambev (ABI), na qual permaneceu de 2000 a 2010. Na Ambev, o Sr. Grunkraut construiu uma trajetória de sucesso em diversas áreas, como vendas, marketing comercial e marketing, onde foi responsável de marketing por todas as marcas de cervejas premium Ambev no Brasil. Ingressou na Companhia em 2011 como Vice-Presidente de Marketing no momento da criação da joint venture no Brasil. Foi reconhecido pela Burger King Corporation como o "Marqueteiro do Ano" nos últimos 2 anos consecutivos (2015 e 2016). É graduado em administração de empresas pela FAAP - Fundação Armando Alvares Penteado, pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo (CEAG) e possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) pela BSP - Business School São Paulo. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luri de Araújo Miranda - 422.741.175-00

Diretor Presidente da Companhia desde julho de 2011 e membro do Comitê de Remuneração desde julho de 2014. De maio de 2010 até julho de 2011, o Sr. Miranda atuou como Diretor Geral do Brasil na Burger King Corporation. Como experiência anterior, trabalhou 20 anos para a ExxonMobil Corporation como responsável pela operação de varejo de Postos de Gasolina e Lojas de Conveniência da empresa no Brasil, América Latina e Caribe. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador, possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, bem como participou de programas de treinamento executivo na Kenan-Flagler Business School (Carolina do Norte, EUA) e na Thunderbird School of Global Management (Phoenix, EUA). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José William Giudici - 082.774.158-85

Membro da Diretoria da Companhia desde julho de 2011. Possui mais de 28 anos de experiência trabalhando com fast food e na Companhia. Após sua primeira graduação, durante 15 anos trabalhou em diversos cargos no Mc Donalds Corp, e após 13 promoções, seu último cargo foi Diretor Regional. É formado em Educação Física e em Administração pela Universidade de Mogi das Cruzes/SP. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Clayton de Souza Malheiros - 038.814.377-03

Diretor Financeiro da Companhia desde julho de 2011. Possui mais de 20 anos de experiência trabalhando em diferentes companhias e na Companhia. Após sua primeira graduação, trabalhou por dois anos como Analista de Sistemas de SED (Sistema Eletrônico de Dados) (de 1994 a 1996), e após sua segunda graduação, trabalhou por quatro anos como Gerente Local da Exxonmobil (de 2000 a 2003) e por 7 anos como Gerente de Compras e Fornecimento da Equatorial Energia (de 2004 a 2011), apoiando o projeto de recuperação bem sucedido na CEMAR (Cia. Energética do maranhão). O Sr. Malheiros é formado em tecnologia da informação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em administração de empresas pelo IBMEC-RJ, e possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba - 034.032.377-96

Membro do nosso Conselho de Administração desde agosto de 2018. Atua como head da equipe de Private Equity da Vinci Partners. Integra o Conselho de Administração de várias companhias do portfólio da Vinci, como Austral, Cecrisa, CBO, Uniasservi e Le Biscuit e o Conselho Deliberativo da ABVCAP. Iniciou sua carreira no Banco Pactual em 1996 como analista sênior de Bancos, Bebidas, Varejo, Alimentos e Tabaco. Tornou-se sócio do Banco em 2001 e liderou a mesa proprietária de investimentos em bolsa e dívida em mercados desenvolvidos. Entre 2006 e 2009, trabalhou na UBS Pactual Gestora de Investimentos Alternativos, já envolvido na estratégia de Private Equity. Em 2009, ingressou como sócio da Vinci Partners, onde se dedica desde o início à estratégia de Private Equity. É formado em Economia pela PUC-Rio, possui a certificação CFA (Chartered Financial Analyst) e concluiu o OPM 50 pela Harvard Business School. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcelo Dodsworth Penna - 108.521.597-06

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2016, do Comitê de Auditoria desde março de 2017 e do Comitê de Remuneração desde agosto de 2018. É diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. desde janeiro de 2016. O Sr. Penna ingressou no Banco UBS Pactual em 2007 e, antes de fazer parte do time de Private Equity da Vinci Partners, atuou como membro do jurídico, focado em operações de fusões e aquisições (M&A) e Private Equity. Na qualidade de principal do time de Private Equity da Vinci Partners, o Sr. Penna atua como membro do conselho de administração da Oceana Offshore S.A. desde março de 2016, uma companhia investida pelos fundos geridos pela Vinci Capital. O Sr. Penna é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) pela Columbia Business School. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Joshua Arthur Kobza - 000.000.000-00

Membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2013, membro do Comitê de Remuneração desde setembro de 2017 e Presidente do Comitê de Remuneração desde agosto de 2018. Atua como diretor financeiro da Burger King Corporation desde 2013 e da Restaurant Brands International desde 2014, e como conselheiro da Burger King France SA, uma franqueada da Burger King, desde 2013. Antes disso, atuou como Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente Global de Finanças Sênior da Burger King Worldwide (de 2012 a 2013) e conselheiro da Burger King SEE, uma franqueada da Burger King (de 2013 a 2014). Antes de ingressar no Burger King, o Sr. Kobza trabalhou na SIP Capital (de janeiro de 2011 a junho de 2012) e foi analista na área de Private Equity do Blackstone Group em Nova Iorque (de julho de 2008 a dezembro de 2010). É formado em Economia pelo Harvard College. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Renato Fairbanks Nascimbeni de Sá e Silva Ribeiro - 300.224.978-54

Membro do nosso Conselho de Administração desde janeiro de 2015. Possui mais de 16 anos de experiência trabalhando com consultoria de investimentos e administração. É diretor de investimentos no Temasek no Brasil desde 2014, onde investiu em empresas de diferentes setores e em diferentes estágios de crescimento. O Sr. Ribeiro é membro do Conselho de Administração da SuperBAC BioTechnology Solutions desde 2017, da Neoway Business Solutions desde 2017 e da Iugu Serviços de Internet desde 2013. Antes de ingressar no Temasek do Brasil, o Sr. Ribeiro foi consultor de administração na Value Partners (2004 a 2006) e na Accenture (2001 a 2004), onde prestou consultoria a clientes de diversas indústrias. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, com MBA (Mestrado em Administração de Negócios) pela University of Pennsylvania Wharton School of Business. O Sr. Ribeiro é membro da Society of Kauffman Fellows desde 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Matheus Morgan Villares - 257.655.128-95

Membro do nosso Conselho de Administração desde janeiro de 2015, servindo de suplente do conselheiro Renato Fairbanks Nascimbeni de Sá e Silva Ribeiro. É diretor presidente (CEO) do escritório do Temasek no Brasil desde setembro de 2008, sendo responsável por investimentos no País. É membro do conselho de administração da Hidrovias do Brasil S.A. (desde abril de 2012) e Klabin S.A. (desde março de 2014). Antes de ingressar no Temasek, o Sr. Villares foi diretor líder da área de fusões e aquisições (M&A) do Citigroup Capital Markets no Brasil (março de 2008 a julho 2008) e, responsável pela área de fusões e aquisições (M&A) no Goldman Sachs & Co (março 2004 a março 2005). É formado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, com MBA (Mestrado em Administração de Negócios) pela University of Chicago Booth School of Business. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Guilherme de Araújo Lins - 745.336.817-00

Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2016, do Comitê de Auditoria desde março de 2017, do Comitê de Remuneração desde junho de 2017 e Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2018. O Sr. Lins ingressou na Capital Group Private Markets em 2000. É sócio gestor responsável, principalmente, pela África e América Latina, com foco no Brasil, e é membro do Comitê de Investimentos desde 2010. O Sr. Lins possui 28 anos de experiência em investimentos e faz parte do Capital Group Private Markets há 17 anos. É membro do conselho de administração e do comitê de auditoria da QGOG Constellation S.A. desde 2010. Antes de ingressar no time do Capital Group Private Markets, atuou oito anos no J.P. Morgan, em Nova Iorque e São Paulo, e três anos no Matuschka Group, em Paris e Munique, no departamento de corporate finance. O Sr. Lins também fez parte do conselho de administração da Abril S.A. (2004 a 2006), Magazine Luiza S.A. (2005 a 2011), Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) (2014 a 2016), Arcos Dorados (2007 a 2011), El Tejar S.A. (2009 a 2015) e Ibmecc S.A. (2010 a 2015). O Sr. Lins é bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é formado em Administração pela École des Hautes Études Commerciales - HEC de Paris. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcos Grodzky - 425.552.057-72

Membro do nosso Conselho de Administração desde setembro de 2017. Com experiência de mais de 30 anos na Indústria Financeira, o Sr. Grodzky exerceu funções no alto escalão de bancos, fundos de private equity/venture capital e no setor de cartões de crédito. Suas atividades envolveram os segmentos de Corporate & Investment Banking, Trade Finance, Asset Management e Produtos, com exposição em vendas, distribuição, estruturação de produtos, crédito e riscos, dentre outras. É sócio fundador da Mediator Assessoria Empresarial Ltda., empresa que desde 2011 atua com mediação entre empresas e acionistas, além de oferecer serviços de consultoria estratégica e financeira. Atua também como conselheiro independente da Smiles S.A. (desde 2012), e como conselheiro de administração da QGOG Constellation, com sede em Luxemburgo (desde 2015). É Diretor Financeiro da União Israelita Brasileira do Bem Estar Social – UNIBES (desde 2012) e conselheiro de administração da UNIBES Cultural (desde 2015), ambas entidades sem fins lucrativos. Atuou como conselheiro independente da Eneva e Oi (em ambas, de 2015 a 2017) e como diretor financeiro e de relações com investidores da Telemar (de 2002 a 2006), da Aracruz/Fibra (de 2008 a 2010) e da Cielo (de 2010 a 2011). De 2012 a outubro de 2013, o Sr. Grodzky foi Presidente Executivo da DGB S.A., holding pertencente ao Grupo Abril S.A. e controladora das empresas Dinap - Dist. Nacional de Publicações, Magazine Express Comercial Imp e Exp de Revistas, Entrega Fácil Logística Integrada, FC Comercial e Distribuidora, Treelog S.A. - Logística e Distribuição, DGB Logística e Distribuição Geográfica e TEX Courier (Total Express). O Sr. Grodzky graduou-se em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1978 e participou do Senior Management Program da INSEAD /FDC em 1993. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Rodrigo Calvo Galindo - 622.153.291-49

Membro do nosso Conselho de Administração desde outubro de 2017. Atuou em posições executivas de várias instituições educacionais nos últimos 27 anos. O Sr. Galindo atua como CEO do Grupo Kroton Educacional (desde janeiro de 2012), membro independente do Conselho de Administração da Clínica SIM (desde julho de 2015) e membro do Conselho de Administração da Endeavor (desde fevereiro de 2017). Além disso, o Sr. Galindo atuou como CEO do Grupo Educacional IUNI (de 2007 a 2010), como diretor de operações e de educação superior da Kroton (de 2010 a 2011), como membro independente do Conselho de Administração da Arezzo (de julho de 2013 a abril de 2017). O Sr. Galindo é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Felipe Seroa da Motta Austregesilo de Athayde - 290.704.468-04

Membro do nosso Conselho de Administração desde agosto de 2016. É regional president da Burger King Latin America & Caribbean desde julho de 2017. Atuou como regional president da Tim Hortons USA (de dezembro de 2015 a julho de 2017), como vice-presidente executivo na US Development, Tim Hortons (de dezembro de 2014 a dezembro de 2015), como division vice president, field operations, na Burger King USA (West Division) (de abril de 2013 a dezembro de 2014), e como diretor de marketing na Burger King USA (West Division) (de julho de 2012 a abril de 2013). O Sr. Felipe é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui MBA pela Kellogg School of Management. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Guilherme de Araújo Lins	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	02/05/2018	31/03/2019	100.00%
745.336.817-00			07/02/1963	02/05/2018	1	
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração						
Guy Almeida Andrade	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	02/05/2018	31/03/2019	100.00%
771.729.228-91			16/05/1954	02/05/2018	1	
N/A						
Marcelo Dodsworth Penna	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	02/05/2018	31/03/2019	100.00%
108.521.597-06			01/09/1984	02/05/2018	1	
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração						
Guilherme de Araújo Lins	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	22/06/2017	AGO 2019	100.00%
745.336.817-00			07/02/1963	22/06/2017	0	
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria						
Iuri de Araújo Miranda	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	07/07/2014	AGO 2019	100.00%
422.741.175-00			08/11/1968	07/07/2014	0	
Diretor Presidente						
Joshua Arthur Kobza	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Economista	30/09/2017	AGO 2019	100.00%
000.000.000-00			13/05/1986	30/09/2017	0	
Membro do Conselho de Administração						
Marcelo Dodsworth Penna	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	28/08/2018	AGO 2019	0.00%
108.521.597-06			01/09/1984	28/08/2018	0	
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Guilherme de Araújo Lins - 745.336.817-00						

Guilherme de Araújo Lins - 745.336.817-00

Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2016, do Comitê de Auditoria desde março de 2017, do Comitê de Remuneração desde junho de 2017 e Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2018. O Sr. Lins ingressou na Capital Group Private Markets em 2000. É sócio gestor responsável, principalmente, pela África e América Latina, com foco no Brasil, e é membro do Comitê de Investimentos desde 2010. O Sr. Lins possui 28 anos de experiência em investimentos e faz parte do Capital Group Private Markets há 17 anos. É membro do conselho de administração e do comitê de auditoria da QGOG Constellation S.A. desde 2010. Antes de ingressar no time do Capital Group Private Markets, atuou oito anos no J.P. Morgan, em Nova Iorque e São Paulo, e três anos no Matuschka Group, em Paris e Munique, no departamento de corporate finance. O Sr. Lins também fez parte do conselho de administração da Abril S.A. (2004 a 2006), Magazine Luiza S.A. (2005 a 2011), Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) (2014 a 2016), Arcos Dorados (2007 a 2011), El Tejar S.A. (2009 a 2015) e Ibmecc S.A. (2010 a 2015). O Sr. Lins é bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é formado em Administração pela École des Hautes Études Commerciales - HEC de Paris. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Guy Almeida Andrade - 771.729.228-91

Possui 40 anos de experiência em auditoria, contabilidade, sistemas de controles internos, sistemas de custeio, avaliação de empresas, impostos e governança corporativa. É formado em Contabilidade pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie – São Paulo. Foi membro de comitês de auditoria e de comitês de riscos de diversas empresas de mais diversos setores da economia, como Cetip, Embraer (consultor), Itaú Unibanco, HSBC Bank Brasil e Editora Abril. Também atuou em cargos diversos na International Federation of Accountants – IFAC, no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Atualmente é sócio da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes, membro do conselho de administração da Companhia Muller de Bebidas e membro do Comitê de Nomeações da International Federation of Accountants – IFAC. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcelo Dodsworth Penna - 108.521.597-06

Marcelo Dodsworth Penna - 108.521.597-06

Membro do Conselho de Administração desde abril de 2016, do Comitê de Auditoria desde março de 2017 e do Comitê de Remuneração desde agosto de 2018. É diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. desde janeiro de 2016. O Sr. Penna ingressou no Banco UBS Pactual em 2007 e, antes de fazer parte do time de Private Equity da Vinci Partners, atuou como membro do jurídico, focado em operações de fusões e aquisições (M&A) e Private Equity. Na qualidade de principal do time de Private Equity da Vinci Partners, o Sr. Penna atua como membro do conselho de administração da Oceana Offshore S.A. desde março de 2016, uma companhia investida pelos fundos geridos pela Vinci Capital. O Sr. Penna é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) pela Columbia Business School. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luri de Araújo Miranda - 422.741.175-00

Diretor Presidente da Companhia desde julho de 2011 e membro do Comitê de Remuneração desde julho de 2014. De maio de 2010 até julho de 2011, o Sr. Miranda atuou como Diretor Geral do Brasil na Burger King Corporation. Como experiência anterior, trabalhou 20 anos para a ExxonMobil Corporation como responsável pela operação de varejo de Postos de Gasolina e Lojas de Conveniência da empresa no Brasil, América Latina e Caribe. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador, possui MBA (Mestrado em Administração de Negócios) em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, bem como participou de programas de treinamento executivo na Kenan-Flagler Business School (Carolina do Norte, EUA) e na Thunderbird School of Global Management (Phoenix, EUA). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Joshua Arthur Kobza - 000.000.000-00

Membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2013, membro do Comitê de Remuneração desde setembro de 2017 e Presidente do Comitê de Remuneração desde agosto de 2018. Atua como diretor financeiro da Burger King Corporation desde 2013 e da Restaurant Brands International desde 2014, e como conselheiro da Burger King France SA, uma franqueada da Burger King, desde 2013. Antes disso, atuou como Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente Global de Finanças Sênior da Burger King Worldwide (de 2012 a 2013) e conselheiro da Burger King SEE, uma franqueada da Burger King (de 2013 a 2014). Antes de ingressar no Burger King, o Sr. Kobza trabalhou na SIP Capital (de janeiro de 2011 a junho de 2012) e foi analista na área de Private Equity do Blackstone Group em Nova Iorque (de julho de 2008 a dezembro de 2010). É formado em Economia pelo Harvard College. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contratou apólice de seguro de responsabilidade civil para seus Administradores (“**D&O**”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

As apólices atualmente vigentes foram contratadas junto à Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., e têm validade até 23 de maio de 2019. O prêmio líquido total é de R\$80 mil, e as apólices possuem, em conjunto, cobertura máxima de R\$50 milhões, que cobrem o pagamento de indenização ou reembolso aos Administradores e/ou à Companhia, por perda resultante de uma reclamação em decorrência de um ato danoso, prática trabalhista indevida, custos de defesa por dano ambiental, despesas com publicidade e despesas emergenciais que tenham como objetivo minorar ou evitar os efeitos de uma reclamação, entre outras.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) se houve instalação em segunda convocação, e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Instalação em segunda convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.	02/02/2015	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (ii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia.	30/04/2015	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovação da quarta emissão de debentures da Companhia; e (ii) aprovação da quinta emissão de debentures da Companhia.	11/08/2015	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação da King Food Co Comércio de Alimentos S.A.	30/09/2015	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação da Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.	30/10/2015	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária	(i) aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.	30/04/2016	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da sexta emissão de debentures da Companhia.	04/05/2016	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação da Prima Cena Empreendimentos e Participações S.A.	22/06/2016	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) criação de ações preferencias; (ii) aumento do capital social; (ii) aumento do número de membros do Conselho de Administração; e (iii) eleição de novos membros.	08/08/2016	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da sétima emissão de debentures da Companhia.	09/09/2016	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação da BKRJ1 Participações S.A.; BKRJ2 Participações Ltda.; e W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.	02/03/2017	Não	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.	30/04/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) modificação do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações; (ii) aprovação da criação do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações; e (iii) aprovação do Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações.	22/07/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição de membro do Conselho de Administração	01/08/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Eleição de membro do Conselho de Administração	30/09/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias; (ii) extinção das ações preferenciais da Companhia; e (iii) desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para 100 ações ordinárias.	11/10/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) alteração do endereço da sede da Companhia; (ii) reforma do estatuto social para adaptá-lo ao Novo Mercado; (iii) abertura de capital da Companhia; e (iv) aprovação da oferta pública de emissão de ações da Companhia.	16/10/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) reforma do estatuto social para adaptá-lo ao Novo Mercado; (ii) abertura de capital da Companhia; e (iii) aprovação da oferta pública de emissão de ações da Companhia.	16/10/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Retificação e ratificação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de outubro de 2017.	19/10/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Alteração do Estatuto Social	21/11/2017	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	(i) renúncia e eleição de membro do conselho de administração; (ii) retificação do Relatório da Administração da Companhia.	21/11/2017	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	(i) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) aprovação da absorção dos prejuízos acumulados, mediante parcela do saldo da reserva de capital.	27/04/2018	Não	80,15%

Informações Adicionais ao item 12.5 / 12.6

O Sr. Iuri de Araújo Miranda participa do Comitê de Remuneração, pois, como Diretor Presidente da Companhia, tem profundo conhecimento sobre o desempenho e demais critérios de avaliação dos

12.12 - Outras informações relevantes

principais funcionários, executivos e colaboradores da Companhia. Por conta disso, a Companhia entende que o Sr. Iuri consegue avaliar e fazer as recomendações e propostas que entende ser as mais adequadas para fins de reter, motivar e recompensar aqueles funcionários, executivos e colaboradores que melhor se enquadram aos valores e cultura da Companhia e que possuem um desempenho diferenciado. Neste contexto, as pessoas e pacotes de remuneração indicados pelo Sr. Iuri de Araújo Miranda devem ser validados pelos demais membros do Comitê de Remuneração, não tendo o Sr. Iuri o poder de aprovar unilateralmente a indicação de pessoas ou pacotes de remuneração. Entretanto, quando se trata de estabelecer a sua própria remuneração, o Sr. Iuri de Araújo Miranda não participa da deliberação, à qual fica adstrita exclusivamente aos demais membros.

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;

12.12 - Outras informações relevantes

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração salarial da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) composição da remuneração**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração fixa, conforme definido em seus contratos de trabalho, bem como são elegíveis a uma remuneração anual variável sujeita ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Além disso, os membros elencados acima são beneficiários de planos de opção de compra de ações e planos de ações. Os Diretores ainda fazem jus a benefício de assistência médica, assistência odontológica, direito a seguro de vida e vale refeição.

O componente fixo da remuneração percebida pelos administradores da Companhia tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas do mercado.

A remuneração variável paga aos administradores da Companhia, por sua vez, tem como objetivo direcionar as ações dos executivos ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

O pacote de benefícios percebido por nossa Diretoria tem por objetivo oferecer aos executivos da Companhia, um pacote atrativo e compatível com a prática de mercado.

Por fim, a remuneração baseada em ações a qual determinados administradores da Companhia fazem jus, objetiva a promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, desse modo estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do sucesso da Companhia.

Exceto por um determinado membro do Comitê de Auditoria, que recebe honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração não fazem jus a qualquer remuneração fixa ou benefícios.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	31%	5%	35%	29%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	30%	18%	50%	2%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015					
% em relação à remuneração total					
	Salário pró-labore	Benefícios diretos e indiretos	Participação de resultados	Baseada em ações, incluindo opções	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	36%	21%	43%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As políticas de remuneração e planos de incentivo da Companhia foram criadas com base nas pesquisas de mercado elaboradas por consultorias especializadas e pela discricionariedade dos administradores da Companhia, e preveem remunerações fixas e variáveis, bem como incentivos de curto e longo prazo (i.e. opções de compra de ações), os quais são estabelecidos mediante desempenho e cumprimento de metas.

Os valores são reajustados anualmente conforme: (i) meritocracia, (ii) índices oficiais de inflação, e (iii) análise da movimentação salarial de empresas do setor de varejo e de porte comparável ao da Companhia apresentada pelas pesquisas salariais e de benefícios.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**(v) membros não remunerados**

Nos últimos três exercícios sociais, os membros do Conselho de Administração da Companhia não foram remunerados. Os membros do conselho de administração são remunerados dentro da plataforma global de remuneração dos seus respectivos acionistas, e não pelas empresas que compõem o seu portfólio de investimento, como no caso da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável são os seguintes: (i) meta do EBITDA da Companhia; e (ii) metas individuais, que se baseiam no alcance de resultados e metas pré-acordadas.

As metas são específicas, mensuráveis, realistas e expressam o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada diretor.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável dos diretores está vinculada ao desempenho da própria Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos aos diretores da Companhia a título de remuneração variável dependem dos resultados da Companhia (meta coletiva) e do alcance das metas individuais de tais diretores.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os interesses destes com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os Beneficiários dos Planos poderão fazer jus às opções de compra. Para mais informações sobre os Planos da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A Companhia possui diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho por metas estabelecidas de resultado e metas operacionais de curto e longo prazo.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Participam do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores da Companhia os seguintes órgãos: Comitê de Remuneração e Conselho de Administração, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração e Comitê de Remuneração avaliam a adequação das suas diretrizes internas com periodicidade anual. Para tal, utilizam pesquisa salarial realizada por consultoria externa, a qual considera empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.926.966,66	0,00	4.926.966,66
Benefícios direto e indireto	0,00	1.012.394,53	0,00	1.012.394,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.837.610,00	0,00	1.837.610,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutário	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.261.083,33	0,00	4.261.083,33
Participação de resultados	0,00	6.261.194,69	0,00	6.261.194,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	0,00	18.299.249,22	0,00	18.299.249,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,33	8,00	0,00	18,33
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.554.025,78	0,00	4.554.025,78
Benefícios direto e indireto	0,00	924.081,20	0,00	924.081,20

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.440.985,96	0,00	1.440.985,96
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.650.904,00	0,00	2.650.904,00
Participação de resultados	0,00	4.116.369,00	0,00	4.116.369,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.439.314,07	0,00	5.439.314,07
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	0,00	19.125.680,01	0,00	19.125.680,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,66	6,66	0,00	15,32
Nº de membros remunerados	0,00	6,66	0,00	6,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.430.150,59	0,00	3.430.150,59
Benefícios direto e indireto	0,00	781.549,65	0,00	781.549,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.298.248,25	0,00	1.298.248,25
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.061.090,64	0,00	3.061.090,64
Participação de resultados	0,00	2.783.641,80	0,00	2.783.641,80

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	257.118,35	0,00	257.118,35
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	0,00	11.611.799,28	0,00	11.611.799,28

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,91	7,00	0,00	13,91
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	403.080,62	0,00	403.080,62
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.324.600,00	0,00	1.324.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	INSS para Estatutários	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.623.000,00	0,00	3.623.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	0,00	8.350.680,62	0,00	8.350.680,62

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	0,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.290.000,00	0,00	4.290.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.860.000,00	0,00	2.860.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.294.950,00	0,00	7.294.950,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.863.300,00	0,00	4.863.300,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,33	8,00	0,00	18,33
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.749.038,84	0,00	3.749.038,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.320.000,00	0,00	2.320.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.650.904,00	0,00	2.650.904,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.623.558,26	0,00	5.623.558,26
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	3.480.000,00	0,00	3.480.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	4.116.369,00	0,00	4.116.369,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,66	6,66	0,00	15,32
Nº de membros remunerados	0,00	6,66	0,00	6,66
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.248.000,00	0,00	4.248.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.832.000,00	0,00	2.832.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	3.061.090,64	0,00	3.061.090,64
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.510.000,00	0,00	3.510.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	2.340.000,00	0,00	2.340.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.783.641,80	0,00	2.783.641,80

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,91	7,00	0,00	13,91
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	6.546.150,00	0,00	6.546.150,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	4.364.150,00	0,00	4.364.150,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	3.623.000,00	0,00	3.623.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Primeiro Plano

O primeiro plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 7 de julho de 2014 e alterado em 22 de junho de 2017 ("**Primeiro Plano**"). No âmbito do Primeiro Plano foram outorgadas 67.568 (sessenta e sete mil quinhentas e sessenta e oito) opções em benefício dos membros da administração da Companhia. Cada opção atribuiu ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

Segundo Plano

O segundo plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 22 de junho de 2017 ("**Segundo Plano**"). No âmbito do Segundo Plano foram outorgadas 25.244 (vinte e cinco mil duzentas e quarenta e quatro) opções em benefício dos membros da administração da Companhia. Cada opção atribuiu ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

Terceiro Plano

O terceiro plano de opção de ações de emissão da Companhia foi aprovado em 22 de junho de 2017 ("**Terceiro Plano**" e, conjuntamente com o Primeiro Plano e o Segundo Plano, "**Planos**"). No âmbito do Terceiro Plano, até a data deste Formulário de Referência, foram outorgadas 49.434 (quarenta e nove mil quatrocentas e trinta e quatro) opções em benefício dos membros da administração da Companhia, restando 8.015 (oito mil e quinze) opções passíveis de serem outorgadas. Cada opção atribui ao seu titular o direito à aquisição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

(a) termos e condições gerais

Os Planos são geridos pelo Comitê de Remuneração. Exceto pelos membros do Comitê de Remuneração que forem Diretores (e, portanto, poderão participar do Terceiro Plano), os demais membros do Comitê de Remuneração não poderão receber opções. O Comitê de Remuneração poderá estabelecer termos e/ou condições precedentes, bem como regras específicas, aplicáveis a um ou mais participantes, para o exercício das opções, prazo de *vesting*, antecipação do prazo de *vesting*, antecipação e/ou prorrogação do prazo para exercício das opções, dentre outros, observado o disposto na assembleia geral e nos respectivos Planos. O Comitê de Remuneração, respeitado o disposto na assembleia geral, nos respectivos Planos e no contrato de outorga, poderá determinar restrições adicionais à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação de ações pelo participante.

O Comitê de Remuneração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("**Programas**"), nos quais serão definidos (i) os termos e as condições de cada outorga de opções, (ii) as pessoas às quais as opções serão concedidas, (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os participantes terão direito de subscrever com o exercício da opção, (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da opção, (v) o eventual escalonamento das opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos, e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano e na Assembleia Geral. Os contratos serão individualmente elaborados para cada participante, podendo o Comitê de Remuneração estabelecer

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

termos e condições diferenciados para cada contrato, dentro dos limites gerais fixados pelos Planos, pela Assembleia Geral e pelo respectivo Programa.

Para fins de esclarecimento, o Primeiro Plano e o Segundo Plano já foram outorgados em sua totalidade, restando apenas parte do Terceiro Plano passível de ser outorgada.

Os membros da administração e empregados da Companhia e de suas afiliadas são elegíveis aos Planos (exceto os membros do Comitê de Remuneração que não forem Diretores). O Comitê de Remuneração poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis de empregados elegíveis aos Planos, bem como ampliar a abrangência dos Planos para outros níveis de cargo de empregados, quando da criação de cada Programa. Em cada Programa, o Comitê de Remuneração indicará os participantes aos quais serão oferecidas opções. A indicação de determinados participantes em determinado Programa não lhes confere o direito de serem indicados como participantes em qualquer Programa futuro.

Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não farão jus a dividendos, juros sobre capital próprio ou recebimento de valores a título de redução de capital ou bonificação, dentre outros. Da mesma forma, enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as opções não terão direito de voto ou qualquer outro direito patrimonial ou político na Companhia.

Primeiro Plano

No âmbito dos Programas do Primeiro Plano, foram outorgadas 67.568 (sessenta e sete mil quinhentas e sessenta e oito), das quais (i) 14.326 (quatorze mil trezentas e vinte e seis) opções foram exercidas e os Participantes receberam as respectivas ações e, na sequência, foram alienadas pelos participantes para o Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (ii) 23.362 (vinte e três mil, trezentas e sessenta e duas) opções tiveram seu respectivo período de *vesting* completo, porém ainda não foram exercidas; (iii) 26.622 (vinte e seis mil seiscentas e vinte e duas) foram exercidas e as respectivas ações entregues aos beneficiários do Primeiro Plano; e (iv) 3.258 (três mil duzentas e cinquenta e oito) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

Segundo Plano

No âmbito dos Programas do Segundo Plano, foram outorgadas 25.244 (vinte e cinco mil duzentas e quarenta e quatro), das quais (i) 12.623 (doze mil seiscentas e vinte e três) foram exercidas e as respectivas ações entregues aos beneficiários do Segundo Plano; e (ii) 12.621 (doze mil seiscentas e vinte e uma) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

Terceiro Plano

No âmbito dos Programas do Terceiro Plano, foram outorgadas 49.434 (quarenta e nove mil quatrocentas e trinta e quatro), das quais (i) 4.947 (quatro mil novecentas e quarenta e sete) já tiveram seu respectivo período de *vesting* completo, porém ainda não foram exercidas; e (ii) 44.487 (quarenta e quatro mil quatrocentas e oitenta e sete) opções ainda não tiveram seu respectivo período de *vesting* completo.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(b) principais objetivos do plano

Os Planos destinam-se a promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, proporcionando às pessoas que estão ou estarão envolvidas no crescimento da Companhia a oportunidade de adquirir um direito de propriedade na Companhia, desse modo estimulando essas pessoas a contribuírem e participarem do sucesso da Companhia.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Planos conferem aos seus participantes a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar que os participantes se tornem acionistas da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. Os Planos estimulam os participantes, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui como política a valorização da meritocracia, estabelecendo metas específicas para seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia, as quais devem ser cumpridas em troca de remuneração adicional ao final do período. A Companhia acredita que os Planos se adequam à sua política de remuneração, estimulando seus respectivos beneficiários a perseguirem melhores resultados para a Companhia, o que tem impacto direto na remuneração de diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses da Companhia, de seus diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais diretores, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Primeiro Plano

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O Primeiro Plano está limitado a um número máximo de 67.568 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 3,84% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

Segundo Plano

O Segundo Plano está limitado a um número máximo de 25.244 (vinte e cinco mil, duzentas e quarenta e quatro) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 1,47% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

Terceiro Plano

O Terceiro Plano está limitado a um número máximo de 57.449 (cinquenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) opções, cujo respectivo número de ações, se exercidas as opções, corresponderia a 3,29% do capital social da Companhia, sendo vedado o aumento do número de ações.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Primeiro Plano

O Primeiro Plano está limitado a um número máximo de 67.568 (sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito) opções.

Segundo Plano

O Segundo Plano está limitado a um número máximo de 25.244 (vinte e cinco mil, duzentas e quarenta e quatro) opções.

Terceiro Plano

O Terceiro Plano está limitado a um número máximo de 57.449 (cinquenta e sete mil, quatrocentas e quarenta e nove) opções.

(h) condições de aquisição de ações

Primeiro Plano

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada Programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

Segundo Plano

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

Os participantes indicados para participação no Segundo Plano que também participam do Primeiro Plano não poderão exercer ou integralizar nenhuma opção outorgada no âmbito do Segundo Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano.

Terceiro Plano

Salvo decisão em contrário do Comitê de Remuneração ou a menos que o participante decida proceder de outra forma, o participante utilizará pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor da participação nos lucros e resultados, bônus de desempenho ou qualquer outra modalidade de remuneração variável anual a que fizer jus, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes (“RV” – **“Aplicação Mínima”**), para o pagamento do preço de exercício das opções remanescentes e/ou das opções que se tornarem exercíveis até 31 de julho do mesmo exercício em que houve pagamento de RV.

Caso os recursos correspondentes à utilização da RV não sejam suficientes para que o participante exerça todas as opções que já forem exercíveis até o recebimento da RV (**“Opções Remanescentes”**), tais Opções Remanescentes permanecerão válidas e exercíveis. Além da Aplicação Mínima, o participante utilizará para o pagamento do exercício das Opções Remanescentes a totalidade dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos em virtude da titularidade de quaisquer ações da Companhia que o participante já tenha recebido por conta do exercício pregresso de opções de compra de ações da Companhia.

O participante que não realizar a Aplicação Mínima na forma e para os fins previstos no Terceiro Plano terá a quantidade de suas opções do respectivo lote reduzida na proporção do percentual da sua RV que não for utilizada, salvo se o Participante já houver subscrito e integralizado, até aquela data (ou seja, até a data do pagamento da RV ao participante), pelo menos um número idêntico de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

ações com recursos próprios (excluídas aquelas ações computadas para esse mesmo fim em anos anteriores).

Em virtude do exercício da opção e até a data assim informada pela Companhia, o Participante deverá pagar à companhia o preço de exercício determinado em cada programa (i) a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou (ii) a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia, conforme indicado por esta.

Caso o participante não pague o preço de exercício nas condições previstas, ele não receberá as ações correspondentes e as pertinentes opções estarão imediatamente extintas e canceladas, para todos os fins. Sem prejuízo do disposto acima, ainda que a Companhia autorize excepcionalmente a aquisição pelo participante de ações ainda não pagas, enquanto o preço de exercício a elas correspondente não for pago integralmente as ações não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Comitê de Remuneração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do participante para com a Companhia.

Os Participantes indicados para participação no Terceiro Plano que também participam (i) do Primeiro Plano; e/ou (ii) do Segundo Plano não poderão exercer ou integralizar nenhuma opção outorgada no âmbito do Terceiro Plano antes de exercerem e integralizarem a totalidade, e não menos que a totalidade, das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano e do Segundo Plano, nesta ordem.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Primeiro Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$800,51 (oitocentos reais e cinquenta e um centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), mais 5,0% (cinco por cento) ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga com o participante e até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

Segundo Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), até a data do efetivo pagamento.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga com o Participante e até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

Terceiro Plano

O preço de exercício das opções a ser pago pelos participantes quando da integralização ou aquisição das ações, conforme o caso, será de R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por ação, a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE (“**IPCA**”), até a data do efetivo pagamento.

O preço de exercício será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação que venham a ser pagos pela Companhia a partir da data de celebração do contrato de outorga até a data do exercício das opções, bem como será ajustado a menor o preço de exercício no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital sempre que tal redução não ocorrer através do cancelamento de ações.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Primeiro Plano

O primeiro lote de opções do Primeiro Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2014 (“**Lote Inicial**” ou “**Vesting Inicial**”, conforme aplicável), sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva (“**Lotes Subsequentes**” ou “**Vestings Subsequentes**”):

14/7/2018	14/7/2019	14/7/2020
2.364	894	0

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Primeiro Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Remuneração poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting. O Comitê de Remuneração poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

Segundo Plano

O Lote Inicial de opções do Segundo Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2017, sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva:

14/7/2018	14/7/2019
4.345	8.276

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Segundo Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Remuneração poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

diversas de vesting. O Comitê de Remuneração poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

Terceiro Plano

O Lote Inicial de opções do Terceiro Plano pode ser exercido a partir de 14 de julho de 2017, sendo o direito de exercer os demais lotes adquiridos de forma sucessiva:

14/7/2018	14/7/2019	14/7/2020	14/7/2021
4.947	9.886	14.827	14.827

As opções objeto do Lote Inicial e dos Lotes Subsequentes do Terceiro Plano não expirarão e poderão ser exercidas a qualquer tempo após o respectivo vesting observado, porém, as hipóteses de antecipação de vesting (item “m”) ou de desligamento do participante (item “n”). Sem prejuízo, o Comitê de Remuneração poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting. O Comitê de Remuneração poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de vesting das opções dos participantes.

(k) forma de liquidação

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Em virtude do exercício da opção, o participante deverá pagar à Companhia o preço de exercício determinado em cada Programa **(i)** a título de integralização das ações subscritas, quando o exercício se der através de aumento de capital, ou **(ii)** a título de pagamento do preço de aquisição, quando o exercício se der através da aquisição de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. O pagamento do preço de exercício deverá sempre se dar em dinheiro, mediante depósito em conta corrente de titularidade da Companhia.

(l) restrições à transferência das ações

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

As ações de titularidade do participante, quando este se desligar da Companhia voluntariamente ou mediante demissão ou destituição, com ou sem justa causa (“**Eventos de Desligamento**”) não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas pelo participante, a qualquer título, para qualquer pessoa ou terceiro, a partir da data de comunicação acerca do Evento de Desligamento e durante o período de 1 (um) ano a contar da formalização de tal Evento de Desligamento (“**Prazo de Lock Up**”).

Caso, dentro do Prazo de Lock Up, o participante (i) venha a ingressar, atuar, participar e/ou investir em qualquer negócio concorrente da Companhia, no território nacional, a qualquer título, seja como sócio, acionista, empregado, consultor ou de qualquer outra forma; e/ou (ii) por si ou por terceiros, contrate, ofereça emprego ou requisite os serviços de qualquer empregado, diretor, executivo ou consultor exclusivo da Companhia; e/ou (iii) por si ou por terceiros, adote qualquer comportamento que interfira ou possa interferir adversamente na relação da Companhia com seus fornecedores, prestadores de serviços e/ou clientes, a Companhia poderá exercer, a seu exclusivo critério, uma

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

opção de compra sob tais ações. Um Lock-Up específico em caso de realização do IPO está indicado no item (m) abaixo.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Para fins do Primeiro Plano e do Segundo Plano, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados no caso de alienação onerosa de ações de emissão da Companhia que implique a perda dos direitos políticos ou a limitação material dos poderes de controle da Companhia, tal como atualmente detidos e exercidos pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento e Participações – Multiestratégia.

Para fins do Terceiro Plano, o Vesting Inicial e os Vestings Subsequentes poderão ser integralmente antecipados caso ocorra qualquer operação que resulte na Troca de Controle da Companhia, considerando-se a Troca de Controle da Companhia para os fins do Plano qualquer transferência (ou conjunto de transferências, relacionadas ou não, similares ou não, que sejam implementadas durante a vigência do Plano) inclusive cessão, transferência, venda, alienação, permuta, troca, arrendamento, locação, doação, ônus, gravame, aumento de capital, aporte sob qualquer forma e a qualquer título, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou emissão de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, quer voluntária quer involuntária que, consideradas conjuntamente, resultem (i) na transferência, direta ou indireta, de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações com direito de voto de emissão ou valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia; e (ii) na perda pela Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) e Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (ou seus sucessores ou seus cessionários permitidos) do direito de participar das reuniões prévias (*Prior Meetings*).

Caso uma mesma ação de emissão da Companhia (bem como as ações que possam vir a ser emitidas em decorrência de valores mobiliários conversíveis em ações com direito de voto de emissão da Companhia) venha a ser transferida mais de uma vez, tal ação deverá ser contabilizada apenas uma vez para fins de composição do percentual de 50% (cinquenta por cento) acima.

Ocorrendo a Troca de Controle da Companhia, o participante: (i) poderá exercer a suas opções e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas opções. Caso o participante opte por não exercer a totalidade de suas opções, as opções restantes deverão ser exercidas em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de ocorrência da hipótese de Troca de Controle da Companhia, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; ou (ii) se assim demandado pela Companhia, deverá exercer a totalidade de suas opções ainda não exercidas e vender, conjuntamente com os acionistas vendedores, a totalidade das ações adquiridas por força do exercício de suas respectivas opções.

Na hipótese de um IPO, o seguinte deverá ser observado:

(i) Lock-Up: as ações que já tenham sido adquiridas pelo participante, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em função do exercício das respectivas opções somente poderão ser

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

alienadas, vendidas, cedidas, doadas ou de qualquer forma oneradas em benefício de terceiro após transcorrido 1 (um) ano a contar da realização do IPO (observado, no entanto, o quanto estipulado a seguir caso o IPO envolva oferta secundária);

(ii) Caso o IPO tenha envolvido oferta secundária: o Participante poderá alienar determinado número de ações que seja proporcional à participação a ser alienada pelos acionistas vendedores na oferta secundária (sendo certo que, para tal propósito, se necessário for, o prazo de exercício de parte das opções poderá ser antecipado, de modo que tal participante possa participar da oferta secundária em conjunto com os acionistas vendedores). Na hipótese dos acionistas vendedores no âmbito de uma oferta secundária alienarem suas respectivas participações de maneira desproporcional entre si, o percentual de ações do participante que poderá ser alienado na oferta secundária deverá ser calculado de acordo com a média dos percentuais de participação a serem alienados pelos acionistas vendedores. Não obstante, em todo e qualquer caso, independentemente do percentual de ações a ser alienado pelos acionistas vendedores, as ações a serem alienadas pelo participante não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de suas ações. As ações detidas pelo participante que não forem alienadas no contexto de oferta secundária, conforme as regras aqui estipuladas, permanecerão objeto da restrição de Lock-Up);

Somente para o Primeiro Plano e Segundo Plano

(iii) Antecipação do Vesting de Opções: as Opções que não estiverem Vested após decorridos 2 (dois) anos a contar do IPO, terão os seus respectivos Vestings antecipados quando transcorridos 2 (dois) anos a contar da realização do IPO e, a partir de então, poderão ser exercidas por um período de 24 (vinte e quatro) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Somente para o Terceiro Plano

(iv) Manutenção do Vesting de Opções: exceto para fins do item (ii), o prazo de vesting das opções indicado no item “j” acima não sofrerá qualquer tipo de alteração ou de antecipação em razão do IPO.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Primeiro Plano, Segundo Plano e Terceiro Plano

Nas hipóteses de desligamento do participante por demissão ou destituição, com ou sem justa causa, ou aposentadoria, os direitos a ele conferidos de acordo com o contrato de outorga poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto a seguir:

Se, a qualquer tempo durante a vigência dos Planos, o participante desligar-se da Companhia voluntariamente, seja pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador ou em decorrência de pedido de aposentadoria facultativa ou compulsória: (i) as opções que ainda não sejam exercíveis na data do seu desligamento (“**Opções Non-Vested**”) restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento (“**Opções Vested**”) poderão ser exercidas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de desligamento, após o que

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Se, a qualquer tempo durante a vigência dos Planos, o participante for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo (ou não reeleição), sem justa causa: (i) as Opções Non-Vested restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) as Opções Vested poderão ser exercidas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o participante for desligado da Companhia mediante demissão ou destituição do seu cargo por justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Vested ou Non-Vested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, sem prejuízo de eventual exercício pela Companhia de direito de recompra das ações detidas por tal participante, nos termos do contrato.

Na hipótese de falecimento ou invalidez permanente do participante, os direitos decorrentes das opções estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores e as opções poderão ser exercidas observadas as seguintes disposições: (i) as Opções Non-Vested passarão a ser automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, para que possam ser exercidas pelos participantes ou pelos herdeiros ou sucessores do participante, conforme for o caso, por um período de 1 (um) ano a contar da data do óbito ou desligamento por invalidez permanente; e (ii) as Opções Vested na data do óbito ou desligamento por invalidez permanente permanecerão inalteradas, podendo ser exercidas por um período de 36 (trinta e seis) meses, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, observados os termos e condições do contrato.

Prevista para 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	<p>SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.</p> <p>SOP 2: R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.</p> <p>SOP 3: R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016.</p>
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	<p>SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.</p> <p>SOP 2: R\$647,96 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.</p> <p>SOP 3: R\$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) a ser corrigido desde 14 de junho de 2016.</p>
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	3,99%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	22 de junho de 2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	SOP 1: 4.081 SOP 2: 25.244 SOP 3: 49.434
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	SOP 1: (a) 4.081 em 14.7.2017 SOP 2: (a) 12.623 em 14.7.2017; (b) 4.345 em 14.7.2018 e (c) 8.276 em 14.7.2019 SOP 3: (a) 4.947 em 14.7.2017; (b) 4.947 em 14.7.2018; (c) 9.886 em 14.7.2019 (d) 14.827 em 14.7.2020; e (e) 14.827 em 14.7.2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após: (i) desligamento; ou (ii) IPO da Companhia
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano. SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	SOP 1: R\$904,73 SOP 2: R\$680,84
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	3,99%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8,66	6,66
N° de membros remunerados	0,00	6,66
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$800,51
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$800,51
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	3,05%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6,91	7,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	30/07/2015
Quantidade de opções outorgadas	N/A	8.824
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	2016: 19.985 2017: 2.644 2018: 2.644 2019: 446 2020: 448
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após: (i) desligamento; ou (ii) IPO da Companhia
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano.
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$761,22
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$761,22
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	3,05%

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,33	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	SOP 1: 3.258 SOP 2: 12.621 SOP 3: 44.487
Data em que se tomarão exercíveis	N/A	SOP 1: (a) 2.364 em 14.7.2018; (b) 894 em 14.7.2019. SOP 2: (a) 4.345 em 14.7.2018 e (b) 8.276 em 14.7.2019 SOP 3: (a) 4.947 em 14.7.2018; (b) 9.886 em 14.7.2019 (c) 14.827 em 14.7.2020; e (d) 14.827 em 14.7.2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após IPO
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP 1: R\$145,42 SOP 2: R\$275,04 SOP 3: R\$111,80
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	SOP 1: 23.362 SOP 3: 4.947
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	SOP 1 e SOP 2: 24 (vinte e quatro) meses após 2º aniversário do IPO SOP 3: N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano após IPO
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$800,51 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA mais 5,0% ao ano. SOP 2: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA. SOP 3: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP 1: R\$145,42 SOP 2: R\$275,04 SOP 3: R\$111,80

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$12.869.437,79
----------------------------------------------------------------	-----	------------------

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	10,33	8,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	SOP 1: 26.622 SOP 2: 12.623
Preço médio ponderado de exercício	N/A	SOP 1: R\$904,73 SOP 2: R\$680,84
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$967,34
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	3.924.500,00
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$832,66
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$967,34

31/12/2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8,66	6,66
N° de membros remunerados	0,00	6,66
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	12.070
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$800,51
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,08	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	1.725
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$761,22
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

(a) modelo de precificação

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Primeiro Plano

Preço de exercício da Opção: R\$800,51 por ação corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA, acrescida em 5,0% ao ano.

Segundo Plano

Preço de exercício da Opção: R\$647,96 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.

Terceiro Plano

Preço de exercício da Opção: R\$967,39 a ser corrigido desde 14 de junho de 2016 de acordo com a variação do IPCA.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções a Companhia mensura o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo Black & Scholes de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções.

O modelo Black & Scholes considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação.

Exceto se de outra forma determinado, qualquer opção apenas poderá ser exercida (a) na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido, e (b) na ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) Venda da Companhia, ou (ii) consumação do IPO. Estas são as duas possibilidades de exercício e o pagamento das ações subscritas e/ou adquiridas em conformidade com opção outorgada nos

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a**13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

termos do plano. O pagamento será efetuado à vista mediante o exercício das opções, com fundos de disponibilidade imediata.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de empresas de varejo na bolsa de valores do Brasil.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

Não aplicável, tendo em vista que não havia ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal na data de encerramento do último exercício social.

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	8,00	6,66	7,00	10,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	8,00	6,66	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.987.695,32	2.729.385,40	1.799.269,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	855.026,34	782.718,20	542.813,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.390.710,00	1.743.513,40	1.192.954,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Não aplicável, visto que nenhum dos membros do conselho de administração recebe qualquer remuneração, bem como nenhum dos membros da diretoria é parte relacionada aos controladores.

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados, incluindo todos os cargos e posições até o nível de presidência:

Número de empregados			
Alagoas	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Administrativo	-	-	-
Operacional	56	93	95
Total	56	93	95
Bahia			
Administrativo	-	-	-
Operacional	289	279	18
Total	289	279	18
Ceará			
Administrativo	-	-	-
Operacional	236	234	223
Total	236	234	223
Distrito Federal			
Administrativo	-	-	-
Operacional	329	251	186
Total	329	251	186
Espírito Santo			
Administrativo	-	-	-
Operacional	167	150	203
Total	167	150	203
Goiás			
Administrativo	-	-	-
Operacional	110	86	106
Total	110	86	106
Mato Grosso do Sul			
Administrativo	-	-	-
Operacional	-	-	-
Total	-	-	-
Maranhão			
Administrativo	-	-	-
Operacional	83	43	51
Total	83	43	51
Minas Gerais			

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Administrativo	-	-	-
Operacional	431	357	324
Total	431	357	324
Pará			
Administrativo	-	-	-
Operacional	125	78	50
Total	125	78	50
Paraíba			
Administrativo	-	-	-
Operacional	63	58	48
Total	63	58	48
Paraná			
Administrativo	-	-	-
Operacional	255	186	131
Total	255	186	131
Pernambuco			
Administrativo	-	-	-
Operacional	263	189	207
Total	263	189	207
Piauí			
Administrativo	-	-	-
Operacional	35	36	60
Total	35	36	60
Rio de Janeiro			
Administrativo	-	-	-
Operacional	1.578	1753	1386
Total	1.578	1753	1386
Rio Grande do Norte			
Administrativo	-	-	-
Operacional	63	29	31
Total	63	29	31
Rio Grande do Sul			
Administrativo	-	-	-
Operacional	636	544	598
Total	636	544	598
São Paulo			
Administrativo	416	365	315
Operacional	6.818	5.507	5.063
Total	7.234	5.872	5.378
Sergipe			

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Administrativo	-	-	-
Operacional	68	17	24
Total	68	17	24
TOTAL	12.021	10.255	9.119

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

Número de terceirizados			
Bahia	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Administrativo	-	-	-
Operacional	-	3	-
Total	-	3	-
Ceará			
Administrativo	-	-	-
Operacional	-	3	3
Total	-	3	3
Distrito Federal			
Administrativo	-	-	-
Operacional	18	6	6
Total	18	6	6
Espírito Santo			
Administrativo	-	-	-
Operacional	3	-	-
Total	3	-	-
Minas Gerais			
Administrativo	-	-	-
Operacional	18	3	-
Total	18	3	-
Paraná			
Administrativo	-	-	-
Operacional	12	9	3
Total	12	9	3
Pernambuco			
Administrativo	-	-	-
Operacional	-	3	3
Total	-	3	3
Rio de Janeiro			
Administrativo	-	-	-

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Operacional	63	18	24
Total	63	18	24
Rio Grande do Sul			
Administrativo	-	-	-
Operacional	21	9	3
Total	21	9	3
São Paulo			
Administrativo	-	-	-
Operacional	222	291	108
Total	222	291	108
TOTAL	357	345	150

(c) índice de rotatividade

Para o cálculo do índice de rotatividade (*turnover*), consideramos o total de colaboradores demitidos no ano, divididos em relação ao número total de ativos do ano.

31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
49,8%	64,0%	67,9%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O crescimento do número de empregados, conforme verificado no item 14.1 deste Formulário de Referência acima, deu-se, principalmente, pelas diversas aberturas de restaurantes nos últimos anos.

Entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, pode-se citar, como razão para o aumento no número de empregados de 9.119, 10.255 e 12.021, respectivamente, a abertura de restaurantes e expansão dos negócios.

O mesmo ocorreu com o número de empregados terceirizados da Companhia. Tendo em vista a quantidade de estabelecimentos novos, a prestação dos serviços teve de ser redimensionada.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração salarial da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

São utilizadas pesquisas de remuneração para a identificação de práticas e tendências de mercado e como referência, para a construção dos componentes fixos e indiretos do pacote de benefícios. A comparação foca sempre nas atividades atribuídas e no reporte de um determinado cargo e não se baseia apenas em nomenclaturas. Anualmente a Companhia participa de pesquisas de salários. O resultado dessa pesquisa possibilita a comparação de salários e benefícios da Companhia com o mercado e com os seus principais concorrentes de negócios. Caso haja necessidade, poderão ser realizadas pesquisas pontuais para análise de remunerações provenientes de alterações salariais por promoção ou para novos cargos.

(b) política de benefícios

A política de benefícios da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com o mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

O pacote de benefícios dos colaboradores contempla (i) restaurantes: assistência médica, *break* (refeição nos próprios restaurante BURGER KING®), vale transporte e seguro de vida; e (ii) corporativo: assistência médica, assistência odontológica, refeição, vale transporte, estacionamento e seguro de vida.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Os empregados da Companhia possuem remuneração baseada em ações, conforme o Plano de Opção aprovado em assembleia geral extraordinária. Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

i. grupos de beneficiários

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

ii. condições para o exercício

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**iii. preços de exercício**

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

iv. prazos de exercício

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia reconhece a liberdade sindical, ou seja, respeita o direito de trabalhadores e de empregadores de constituir as organizações sindicais que reputarem convenientes, na forma que desejarem, ditando suas regras de funcionamento e ações que devam ser empreendidas, podendo nelas ingressar ou não, permanecendo enquanto for sua vontade. A Companhia adota como premissa o cumprimento na forma da lei dos procedimentos que regulam as relações sindicais e trabalhistas, reconhecendo as Convenções Coletivas de Trabalho como elemento regulador do contrato coletivo de trabalho e da representação sindical, e cumprindo com os direitos trabalhistas de seus colaboradores, previstos na Legislação, nos Acordos Coletivos de Trabalho e em suas Normas Internas. A construção de uma relação transparente de parceria entre os colaboradores e a Companhia, visando à satisfação e ao comprometimento do quadro de pessoal, deve-se pautar na prevenção e antecipação de eventuais conflitos localizados. As reivindicações e o processo de negociação com as entidades representativas dos colaboradores devem ser tratados de forma ética e respeitosa, buscando soluções negociadas que fortaleçam as relações de confiança e respeito mútuo.

A Companhia consagra a liberdade de associação sindical de seus colaboradores, reconhecendo a legitimidade da representação sindical e apoiando as atividades dos sindicatos por meio: (i) da divulgação e distribuição de material informativo periódico dos sindicatos aos colaboradores; (ii) do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho; (iii) do recebimento de manifestações e esclarecimento de dúvidas dos representantes sindicais; e (iv) de desconto de mensalidades em folha de pagamento para repasse ao sindicato. A gestão das relações sindicais diferencia-se por base territorial sindical e categoria profissional, observando a Convenção Coletiva de Trabalho vigente e aplicando as cláusulas ao colaborador. A Companhia se comunica com todos os seus colaboradores continuamente, independentemente de representação sindical, garantindo a comunicação direta através dos gestores corporativos. A Companhia ainda dispõe de canais de comunicação que vão além dos aspectos tradicionais de negociação coletiva, a fim de partilhar conhecimentos e, em conjunto, encontrar oportunidades relacionadas com questões importantes como a saúde, a segurança no local de trabalho e a preocupação com o meio ambiente.

Segue lista refletindo os atuais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

Sindicato	Base Territorial	Data Base	Categoria
SINDIFAST - Sindicatos dos Trabalhadores de Empresas de Refeições Rápidas (<i>Fast Food</i>) de São Paulo	SP	Maio	Comércio
SECHSAR - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Aparecida e Região	SP	Novembro	Comércio
SINTCHOSPIR - Sindicato dos trabalhadores no comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Hotéis, Motéis, Lanchonetes, Apart-hotéis e Fast-Food de Piracicaba e Região	SP	Agosto	Restaurantes
SINDIREFEIÇÕES - RJ - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (fast food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Janeiro	Restaurantes
SINTHORESSOR - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Hoteleiro de Sorocaba e Região	SP	Agosto	Fast Food
SINTHORESP - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart-hotéis, Motéis, Flats, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e similares de São Paulo e Região	SP	Junho	Restaurantes
SINTCHOASTRO PPR- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e Serviços em geral de Hospedagem, Gastronomia. Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo de Presidente Prudente e Região	SP	Janeiro	Comércio
SHS - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Restaurantes, Bares e Fast Food de Ribeirão Preto e Região	SP	Novembro	Comércio
SECHCR - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro de Campinas e Região	SP	Agosto	Fast Food
SINTHORESF - Sindicato dos Empregados no Comercio Hoteleiro e Similares de Franca e Região	SP	Novembro	Comércio
SINTRAHOTÉIS - Sindicato dos Trabalhadores de Hotéis Motéis Bares Restaurantes e Similares do Estado do Espírito Santo	ES	Janeiro	Comércio

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Sindicato	Base Territorial	Data Base	Categoria
SINDOEMPRES - Sindicato dos Emp. no Com. de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Limeira	SP	Agosto	Comércio
SINTHORCAT-Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Fast Food de Catanduva e Região	SP	Janeiro	Comércio
SINDEHOT/SBC - Sindicatos dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Bernardo do Campo e Região	SP	Outubro	Restaurantes
SINTSHOGASTRO-SAR - Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo de São Carlos e Região	SP	Janeiro	Comércio
SINTHORESS - Sindicatos dos Trabalhadores em Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira	SP	Agosto	Comércio
SINTHORESMAR - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Apart - Hotel, Flats, Restaurantes, Lanchonetes, Fast Food, Bares e Similares e Marília, Ourinho, Assis e Região	SP	Março	Comércio
SINTHOJUR - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Fast Food de Jundiaí e Região	SP	Agosto	Restaurantes
SINTHOTEIS / SJC - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart Hotéis, Motéis, Flats, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Restaurantes, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Bares, Lanchonetes, Sorveterias, Confeitarias, Doceiras, Buffets, Fast-Foods e Similares de São José dos campos e Região	SP	Novembro	Comércio
SECHORBS - Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Bauru e Região	SP	Janeiro	Comércio
SECHSAR - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Taubaté e Região	SP	Novembro	Restaurantes
SECHSAR - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Caraguatatuba e Região	SP	Novembro	Restaurantes
SINTHORESSARA - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes e Assemelhados de Araraquara e Região	SP	Janeiro	Restaurantes
SETH - Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Poços de Caldas	MG	Janeiro	Fast Food
SINTHORESCA - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes de Águas de Lindóia e Região	SP	Março	Comércio
SECHSPA - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiros e Similares de Porto Alegre	RS	Janeiro	Restaurantes
SECHOSC DF - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Brasília	MG	Maio	Comércio
SECHSBH - Sindicato dos Empregados em Comercio Hoteleiro e Similares de Belo Horizonte	MG	Julho	Comércio
SINDEHOTEIS / MG - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meio de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região	MG	Janeiro	Comércio
SENCOTEL - Sindicato dos Trabalhadores no Comercio Hoteleiro e Similares de Araçatuba	SP	Dezembro	Restaurantes
SINDHOTELEIROS - Sindicato dos Trabalhadores no Comercio Hoteleiro e Similares de São José do Rio Preto	SP	Janeiro	Restaurantes
SINTHORESBAR - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Barretos e Região	SP	Novembro	Comércio
Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Bares e Similares, Alimentos NH EV I DI CB SAP	RS	Novembro	Restaurantes
Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Rio Grande	RS	Janeiro	Comércio
SINTRAHTUR - Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Hospitalidade de Caxias do Sul	RS	Março	Comércio
Fed Empregados do Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares do estado do rio Grande do Sul	RS	Janeiro	Comércio
SINDESETH - Sindicato dos Empregado em Turismo e Hospitalidade de Sete Lagoas	MG	Janeiro	Restaurantes
SIETHD - Sindicato Dos Empregados Em Turismo e Hospitalidade de Divinópolis e Região-Mg	MG	Janeiro	Comércio
Sindicato dos Empregados em Turismo de Hospitalidade de Pelotas	RS	Dezembro	Comércio
SINTHORESSOR - Sindicato dos Trabalhadores Em Hotéis Restaurantes Bares (Botucatu)	SP	Agosto	Restaurantes
Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Juiz de Fora - MG	MG	Maio	Restaurantes
SINETH - Sindicato dos Empregados em Hotéis, Hospitalidade, Turismo, Bares, Restaurantes e Similares de S Lourenco e Região De Mg - Pouso Alegre	MG	Janeiro	Restaurantes
SINTRAH PE - Sind. Interm. Trab. em Hotéis, Flats, Pensões, Pousadas, Motéis, Apart-hotéis e Similares, Boates, Restaurantes	PE	Setembro	Comércio

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Sindicato	Base Territorial	Data Base	Categoria
SINTCHOSC - Sindicato dos Trabalhadores de Hotéis, Motéis, Flats, Pensões, Pousadas, Boates, Restaurantes, Bares, Lanchonetes de Caruaru	CE	Setembro	Restaurantes
SINTHORESJ PE – Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro e Similares de Jaboatão dos Guararapes e Região	CE	Setembro	Restaurantes
SINTBARN - Sindicato dos Trabalhadores em Bares e em Atividades Similares e Conexas no Estado do Rio Grande do Norte	RN	Março	Restaurantes
SINDHOTEL PB - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado da Paraíba	CE	Maio	Restaurantes
STCHEAL - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro no Estado de Alagoas	AL	Novembro	Restaurantes
SINDEHOTEIS – Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região	PR	Maio	Comércio
STHRS-PF - Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Passo Fundo	RS	Abril	Comércio
SINDILUZE GO – Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares, Mercados, Pizzarias, Churrascarias, Lanchonetes e Similares	DF	Janeiro	Comércio
SINTRAHRTUH – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Maracanaú	CE	Julho	Comércio
SINTSHOGASTRO/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Comércio e Serviços em Geral de Hospitalidade, Gastronomia, Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo do Estado do Piauí	PI	Janeiro	Comércio
SINDHOTRE - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria em Terra e Mar Restaurantes e Similares de Aracaju/Se	SE	Maio	Comércio
SINDEHTUR - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e em Turismo e Hospitalidade de Ponta Grossa	PR	Outubro	Restaurantes
SINTRAHOSTUR - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Londrina	PR	Maio	Comércio
SECOSAER - Sindicato dos Empregados no Comercio Hoteleiro e Similares de Uberaba	MG	Fevereiro	Restaurantes
Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado do Pará	PA	Agosto	Comércio
STTHFI - Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade de Foz Do Iguaçu	PR	Maio	Comércio
SINTSHOGASTRO/SCR – Sindicato dos Trabalhadores em Comércio e Serviços em Geral de Hospitalidade, Gastronomia, Alimentos Preparados e Bebidas a Varejo de São Carlos e Região	SP	Janeiro	Restaurantes
SINDECHORESBB - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares de Barra Bonita e Região	SP	Janeiro	Restaurantes
SEHORBASMGA - Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá	PR	Maio	Comércio
SECOHTUR SM - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares, Refeições Coletivas, Agência de Turismo e Hospitalidade de Santa Maria - RS	RS	Março	Comércio
Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares Emp. Alim. Prep. São Leopoldo	RS	Maio	Comércio
SINETH - Sindicato dos Empregados em Hotéis, Hospitalidade, Turismo, Bares, Restaurantes e Similares de S Lourenco e Região de MG - Varginha	MG	Janeiro	Restaurantes
FETTHEBASA - Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas	BA	Janeiro	Comércio
Sindicato de Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Campina Grande e Região	PB	Novembro	Comércio
SINDSHOPPING – Sindicato de Empregados do Comércio de Varejo em Shopping Centers de Londrina	PR	Maio	Comércio
Sindicato dos Empregados em Hotéis, Motéis, Restaurantes, Bares e Similares de Votuporanga e Região	SP	Janeiro	Comércio
SECHSEG- Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Estado de Goiás	GO	Janeiro	Restaurantes
SINDEHOTÉIS MA - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro em Meios de Hospitalidade e de Gastronomia de São Luís	MA	Maio	Comércio
SECOHTUH ES - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares, Refeições Coletivas, Agência de Turismo, Condomínio, Turismos e Hospitalidade de Guarapari e Região Sul do Estado do Espírito Santo	ES	Janeiro	Restaurantes
SINDIFASTFOOD CE- Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food) de Fortaleza CE	CE	Julho	Comércio
SINDIHOTEIS – Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meio de Hospedagem e Gastronomia de Salvador	BA	Janeiro	

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
GIC Private Limited					
		Não	Não	02/01/2019	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos E Valores Mobiliários S.A.		Jurídica	33.868.597/0001-40	
14.841.246	6,617000%	0	0,000000%	14.841.246	6,617000%
J.P. Morgan Investment Management Inc.					
		Não	Não	16/11/2018	
Sim	N/A		Jurídica		
11.294.950	5,036000%	0	0,000000%	11.294.950	5,036000%
Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
24.874.326/0001-06	Brasileira	Não	Não	19/01/2018	
Não					
28.380.817	12,654000%	0	0,000000%	28.380.817	12,654000%
Sommerville Investments B.V.					
09.580.453/0001-09	Países Baixos	Não	Não	19/01/2018	
Sim	Bruno de Luca Zanatta		Física	007.542.839-33	
18.523.620	8,259000%	0	0,000000%	18.523.620	8,259000%
Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia					
13.651.938/0001-13	Brasileira-RJ	Não	Não	19/01/2018	
Não					
29.535.393	13,169000%	0	0,000000%	29.535.393	13,169000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Neuberger Berman Investment LLC						
	Norte Americana	Não	Não	21/12/2017		
Sim	Joshua Blackman		Física			
	11.348.910	5,060000%	0	0,000000%	11.348.910	5,060000%
Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda.						
06.088.593/0001-76	Brasileira-SP	Não	Não	09/10/2017		
Não						
	22.442.100	10,006000%	0	0,000000%	22.442.100	10,006000%
OUTROS						
	87.910.244	39,199000%	0	0,000000%	87.910.244	39,199000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	224.277.280	100,000000%	0	0,000000%	224.277.280	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda.				06.088.593/0001-76		
Burger King Corporation						
06.109.808/0001-98	EUA	Não	Sim	18/08/2016		
Sim	George Pikielny		Física	004.756.538-15		
2.999	99,966000	0	0,000000	2.999	99,966000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Burger King Interamerica, LLC						
08.887.370/0001-02	EUA	Não	Não	18/08/2016		
Sim	George Pikielny		Física	004.756.538-15		
1	0,033000	0	0,000000	1	0,033000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
3.000	100,000000	0	0,000000	3.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				24.874.326/0001-06	
OUTROS					
462.350	100,000000	0	0,000000	462.350	100,000000
TOTAL					
462.350	100,000000	0	0,000000	462.350	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia				13.651.938/0001-13	
OUTROS					
100.573	100,000000	0	0,000000	100.573	100,000000
TOTAL					
100.573	100,000000	0	0,000000	100.573	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Burger King Corporation				06.109.808/0001-98	
OUTROS					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000
TOTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Burger King Interamerica, LLC				08.887.370/0001-02	
OUTROS					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000
TOTAL					
1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

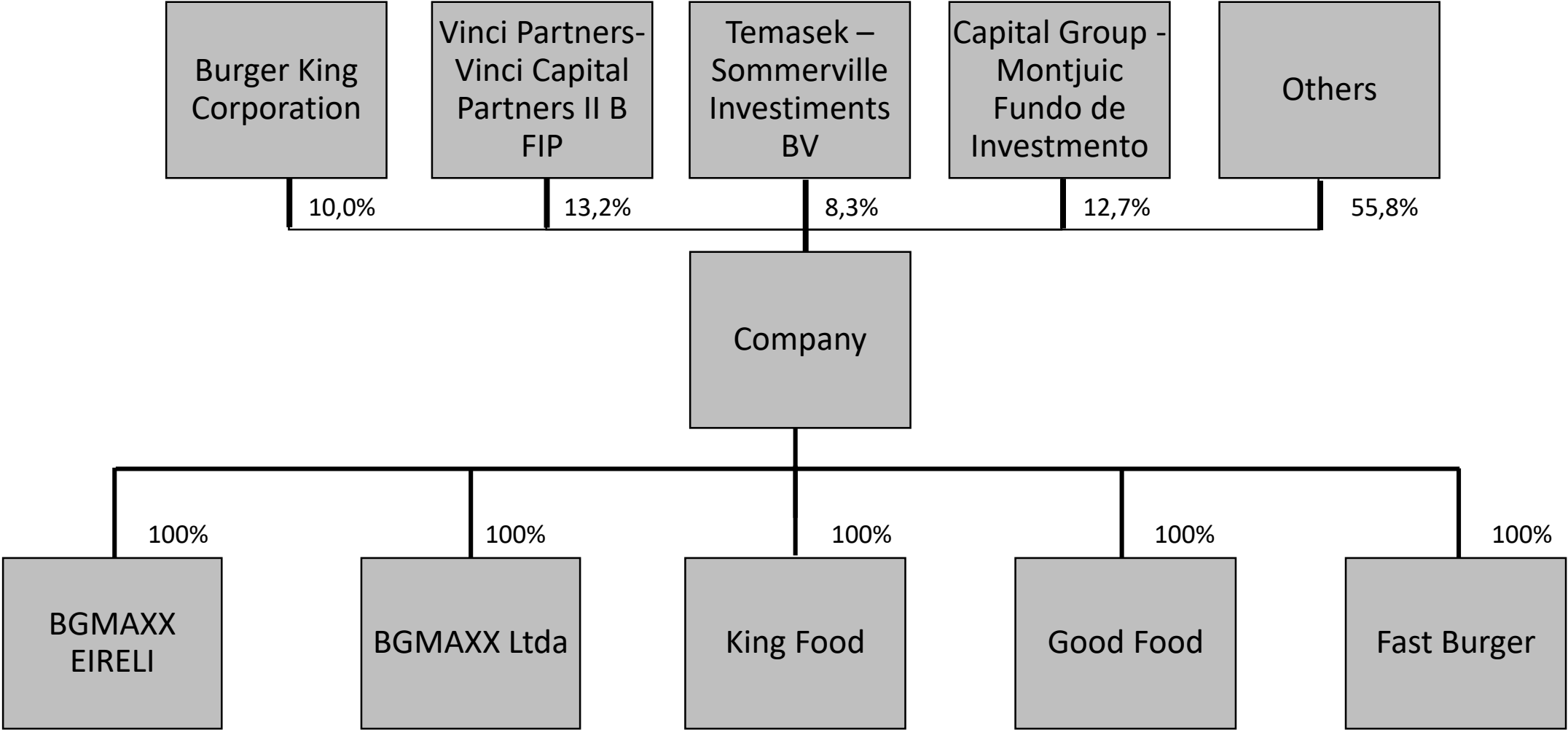
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/11/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.319
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	73
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	164

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	222.549.656	99,229693%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	222.549.656	99,229693%



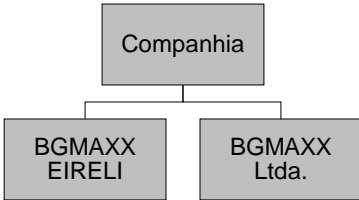
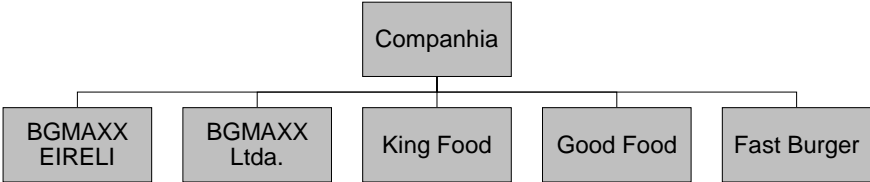
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede, bem como não possui acionista controlador.

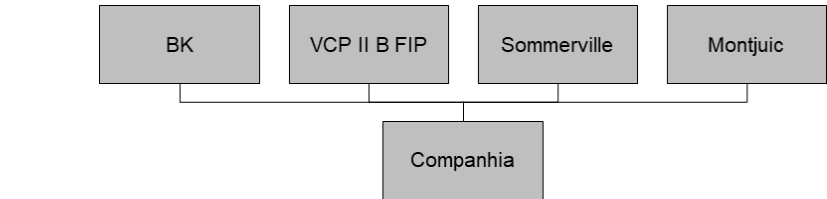
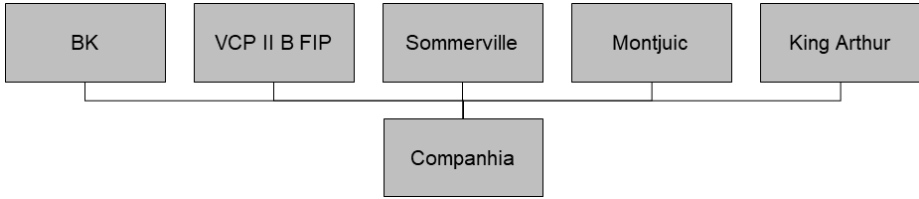
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

2017

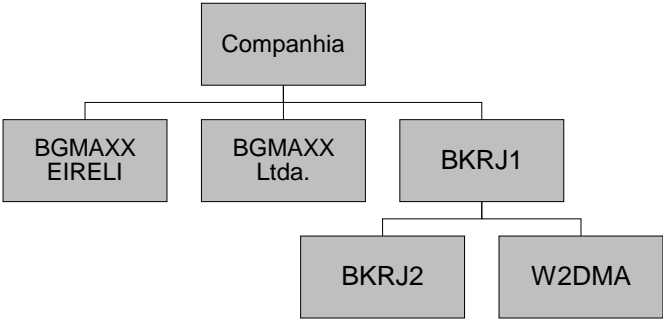
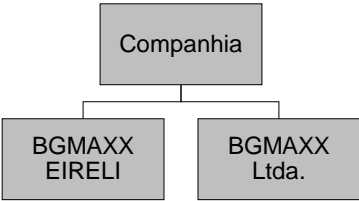
a. evento	Aquisição da King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	<p>Em 17 de outubro de 2017, a Companhia assinou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., que possuem, respectivamente, (a) 14 restaurantes e 4 quiosques de sobremesa, (b) 16 restaurantes e 10 quiosques de sobremesa, e (c) 21 restaurantes e 6 quiosques de sobremesa, sob a marca BURGER KING®.</p> <p>Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 2 de abril de 2018, as Partes realizaram o fechamento e concretização da aquisição. O preço de aquisição foi de aproximadamente R\$393,1 milhões, dos quais (i) R\$310,0 milhões foram pagos no fechamento; (ii) R\$69,2 milhões está sujeito a ajuste a depender da confirmação dos valores de dívida líquida, capital de giro e EBITDA da King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., o que ocorrerá até 1º de junho de 2018; e (iii) R\$13,9 milhões serão pagos até 2 de maio de 2023.</p>
c. sociedades envolvidas	Companhia; King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> BGE[BGMAXX EIRELI] C --> BGL[BGMAXX Ltda.] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da aquisição</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> BGE[BGMAXX EIRELI] C --> BGL[BGMAXX Ltda.] C --> KF[King Food] C --> GF[Good Food] C --> FB[Fast Burger] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

a. evento	Aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia pelo King Arthur LLC
b. principais condições do negócio	Alienação pelo Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia de 85.507 ações ordinárias de emissão da Companhia para o King Arthur LLC
c. sociedades envolvidas	Companhia; King Arthur LLC; e Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Ingresso da King Arthur LLC como acionista da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição</p>  <p style="text-align: center;">Depois da aquisição</p> 
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

a. evento	Incorporação da BKRJ1 Participações S.A., BKRJ2 Participações Ltda. e W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.
b. principais condições do negócio	Em assembleia geral extraordinária, realizada em 02 de março de 2017, foi aprovada a incorporação da BKRJ1 Participações S.A., BKRJ2 Participações Ltda. e W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.
c. sociedades envolvidas	Companhia; BKRJ1 Participações S.A.; BKRJ2 Participações Ltda.; e W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.
d. efeitos da operação no quadro	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.

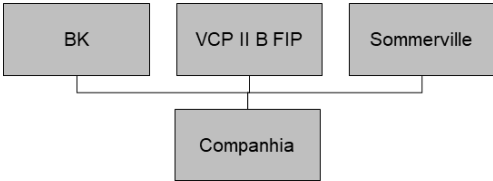
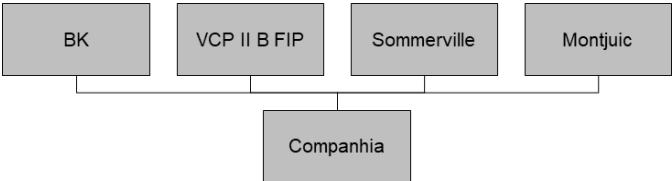
15.7 - Principais operações societárias

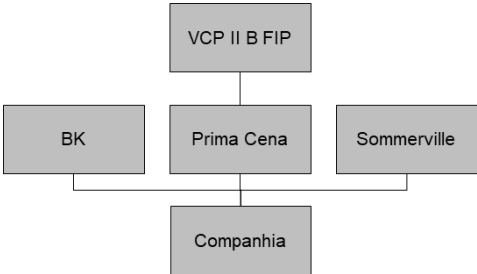
acionário da Companhia	
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da incorporação</p>  <pre> graph TD Companhia[Companhia] --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] Companhia --> BKRJ1[BKRJ1] BKRJ1 --> BKRJ2[BKRJ2] BKRJ1 --> W2DMA[W2DMA] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da incorporação</p>  <pre> graph TD Companhia[Companhia] --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

2016

a. evento	Subscrição e aquisição de ações de emissão da Companhia pelo Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
b. principais condições do negócio	Em 15 de julho de 2016 foi celebrado contrato de investimento visando a (i) subscrição pelo Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 361.798 ações preferenciais de emissão da Companhia pelo valor de R\$350,0 milhões, da seguinte forma: (a) R\$200,0 milhões à vista na data do fechamento da operação, que ocorreu em 08 de agosto de 2016, e (b) R\$150,0 milhões, ajustado pela variação do IPCA-IBGE entre a data do fechamento da operação e seu efetivo pagamento, que ocorreu em 08 de agosto de 2017; (ii) alienação pelo VCP II B FIP de 96.208 ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) alienação pelos Beneficiários do SOP de 14.326 ações ordinárias de emissão da Companhia.
c. sociedades envolvidas	Companhia; Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia; Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda.; e Sommerville Investmets B.V.

15.7 - Principais operações societárias

d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Ingresso do Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia como acionista da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição/subscrição</p>  <pre> graph TD BK --> Companhia VCP[VCP II B FIP] --> Companhia Sommerville --> Companhia </pre> <p style="text-align: center;">Depois da aquisição/subscrição</p>  <pre> graph TD BK --> Companhia VCP[VCP II B FIP] --> Companhia Sommerville --> Companhia Montjuic --> Companhia </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Operação realizada entre a Companhia e um terceiro não vinculado. Foram contratadas firmas especializadas e com reputação nacional e internacional, para apoiar a administração da compradora na avaliação do negócio e negociação com a contraparte. Além disso, a operação foi realizada sob condições normais de mercado e seguiu as aprovações necessárias conforme estatuto social da Companhia.

a. evento	Incorporação da Prima Cena Empreendimentos e Participações S.A.
b. principais condições do negócio	Em assembleia geral extraordinária, realizada em 22 de junho de 2016, foi aprovada a incorporação da Prima Cena Empreendimentos e Participações S.A.
c. sociedades envolvidas	Companhia; e Prima Cena Empreendimentos e Participações S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia passou a deter participação direta no capital social da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da incorporação</p>  <pre> graph TD VCP[VCP II B FIP] --> PrimaCena[Prima Cena] BK --> Companhia PrimaCena --> Companhia Sommerville --> Companhia </pre>

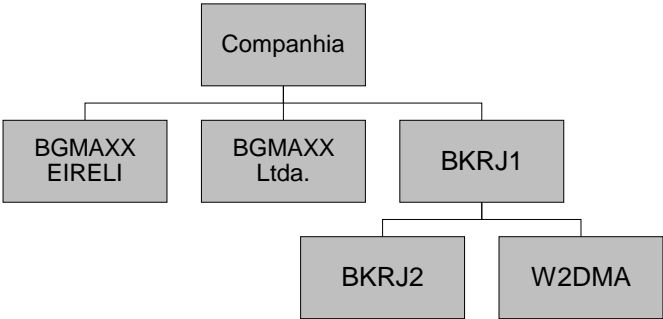
15.7 - Principais operações societárias

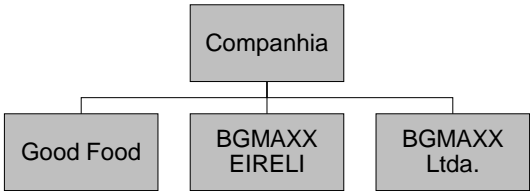
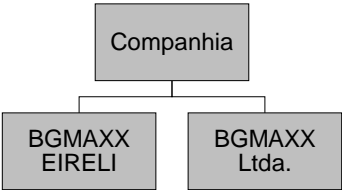
	<p style="text-align: center;">Depois da incorporação</p> <pre> graph TD BK --> Companhia VCP_II_B_FIP[VCP II B FIP] --> Companhia Sommerville --> Companhia </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A aquisição seguiu as aprovações necessárias conforme estatuto social da Companhia.

2015

a. evento	Aquisição da BKRJ1 Participações S.A., BKRJ2 Participações Ltda. e W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão da BKRJ1 Participações S.A., da W2DMA Comércio de Alimentos Ltda., bem como a totalidade das quotas da BKRJ2 Participações Ltda. e os respectivos ativos intangíveis de tais sociedades pelo valor total de R\$20,6 milhões, da seguinte forma (i) R\$18 milhões à vista; e (ii) R\$2,6 milhões em 4 de janeiro de 2017
c. sociedades envolvidas	Companhia; Realty Properties Ltda.; BKRJ1 Participações S.A.; W2DMA Comércio de Alimentos Ltda.; e BKRJ2 Participações Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição</p> <pre> graph TD Companhia --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da aquisição</p>

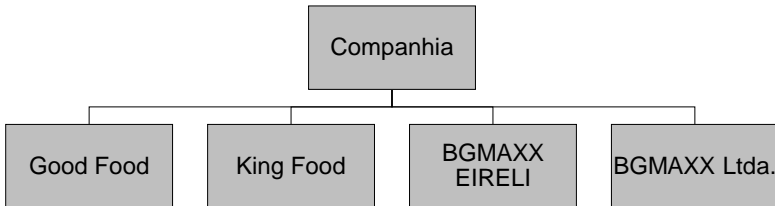
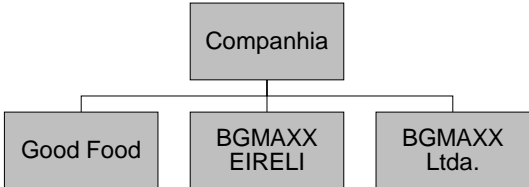
15.7 - Principais operações societárias

	 <pre> graph TD Companhia[Companhia] --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] Companhia --> BKRJ1[BKRJ1] BKRJ1 --> BKRJ2[BKRJ2] BKRJ1 --> W2DMA[W2DMA] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

a. evento	Incorporação da Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2015, foi aprovada a incorporação da Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes da incorporação</p>  <pre> graph TD Companhia[Companhia] --> Good_Food[Good Food] Companhia --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] </pre> <p>Depois da incorporação</p>  <pre> graph TD Companhia[Companhia] --> BGMAXX_EIRELI[BGMAXX EIRELI] Companhia --> BGMAXX_Ltda[BGMAXX Ltda.] </pre>
f. mecanismos utilizados para	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

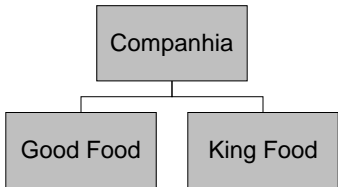
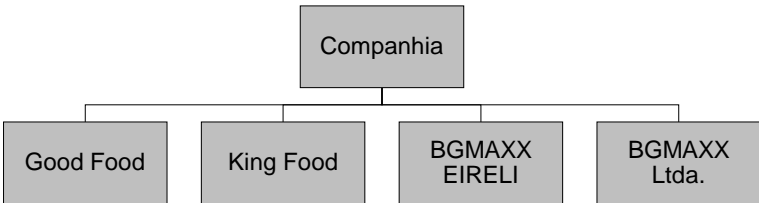
15.7 - Principais operações societárias

garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	
-------------------------------------------------------------	--

a. evento	Incorporação da King Food CO Comércio de Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a incorporação da King Food CO Comércio de Alimentos S.A.
c. sociedades envolvidas	Companhia e King Food CO Comércio de Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da incorporação</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> GF[Good Food] C --> KF[King Food] C --> BE[BGMAXX EIRELI] C --> BL[BGMAXX Ltda.] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da incorporação</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> GF[Good Food] C --> BE[BGMAXX EIRELI] C --> BL[BGMAXX Ltda.] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

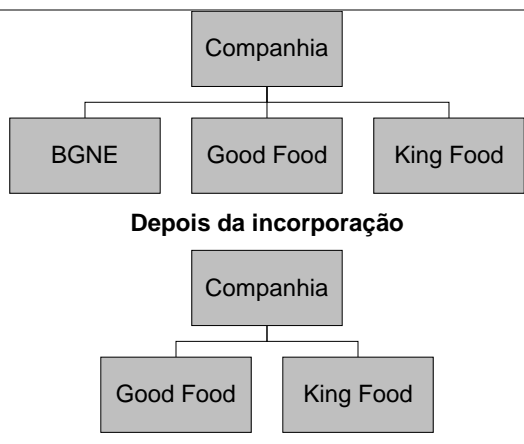
a. evento	Aquisição da BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI e da BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 13 de junho de 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das quotas de emissão da (i) BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI por um valor total de R\$900 mil; e (ii) BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. por um valor total de R\$100 mil pagos à vista.

15.7 - Principais operações societárias

c. sociedades envolvidas	Companhia; BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI; e BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> GF[Good Food] C --> KF[King Food] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da aquisição</p>  <pre> graph TD C[Companhia] --> GF[Good Food] C --> KF[King Food] C --> BE[BGMAXX EIRELI] C --> BL[BGMAXX Ltda.] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

a. evento	Incorporação da BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de maio de 2015, foi aprovada a incorporação da BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos S.A.
c. sociedades envolvidas	Companhia e BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes da incorporação

15.7 - Principais operações societárias

	 <pre> graph TD subgraph "Antes da incorporação" C1[Companhia] --> BGNE[BGNE] C1 --> GF1[Good Food] C1 --> KF1[King Food] end subgraph "Depois da incorporação" C2[Companhia] --> GF2[Good Food] C2 --> KF2[King Food] end </pre> <p>Depois da incorporação</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

a. evento	Aquisição de Estabelecimentos Comerciais da BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
b. principais condições do negócio	Em 06 de fevereiro de 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de dois estabelecimentos comerciais da BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. por um valor total de R\$2,3 milhões.
c. sociedades envolvidas	Companhia; e BGMAXX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	Não houve reflexo no quadro societário da Companhia em decorrência deste evento.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

a. evento	Aquisição da Good Food RS Comércio de Alimentos S.A. e da King Food CO Comércio de Alimentos S.A.
b. principais condições do negócio	Em 28 de janeiro de 2015, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão da (i) Good Food RS Comércio de Alimentos S.A por um valor total de R\$42,0 milhões, da seguinte forma: (a) R\$39,0 milhões à vista; e (b) R\$3,0 milhões em 27 de junho de 2016; e (ii) King Food CO Comércio de Alimentos S.A por um valor total de R\$23,0 milhões, da seguinte forma (a) R\$21,0 milhões à vista; e (b) R\$2,0 milhões em 27 de junho de 2016.
c. sociedades envolvidas	Companhia; Good Food Comércio de Alimentos S.A.; King Food Comércio de Alimentos S.A.; Good Food RS Comércio de Alimentos S.A.; e King Food CO Comércio de Alimentos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p style="text-align: center;">Antes da aquisição</p> <pre> graph TD A[Companhia] --> B[BGNE] </pre> <p style="text-align: center;">Depois da aquisição</p> <pre> graph TD C[Companhia] --> D[BGNE] C --> E[Good Food] C --> F[King Food] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto aos acionistas da Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia adota um Código de Conduta e Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia dispõe de Canais de Denúncia controlado por empresa especializada independente, com hotline, hotsite e endereço eletrônico disponível 24 horas/dia, 365 dias por ano, com opção de manifestação/denúncia anônima.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia adotado Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual será obrigatoriamente adotada pela Companhia a partir de 2021, nos termos do Ofício 618-2017-DRE da B3. Entretanto, a Companhia e seus órgãos da administração cumprem rigorosamente com os critérios legais previstos na Lei das Sociedades por Ações, bem como nos demais regulamentos e códigos aplicáveis de governança corporativa (i.e. Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas) que tratam de assuntos relacionados às transações entre partes relacionadas. Desse modo, a Companhia entende que os mecanismos atualmente utilizados são suficientes para coibir abusos na celebração de tais contratos.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Unidas S.A.	11/05/2015	2.760.000,00	0,00	0,00	Prazo Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade na qual a Vinci Partners (acionista da Companhia) possui participação acionária.						
Objeto contrato	Locação de frota de veículos.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindindo antecipadamente pela Companhia, a qualquer tempo e sem justa causa, mediante aviso prévio, por escrito, de 30 (trinta) dias.						
Natureza e razão para a operação	Locação de veículos para os funcionários das áreas de operações, desenvolvimento e auditoria interna locomoverem-se entre os restaurantes da Companhia no curso normal dos seus negócios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Austral Seguradora S.A.	10/11/2015	214.000,00	0,00	0,00	Prazo Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade na qual a Vinci Partners (acionista da Companhia) possui participação acionária.						
Objeto contrato	Apólices de Seguros Fianças						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	A rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, pode acontecer por iniciativa do segurado ou da seguradora e com concordância recíproca.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de apólices de seguros fiança para garantir as obrigações de pagamento de aluguel decorrentes de contratos de locação comercial de alguns imóveis onde estão localizados restaurantes da Companhia no curso normal de seus negócios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Garantido						
Burger King Corporation	13/07/2011	0,00	0,00	0,00	20 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia						
Objeto contrato	"Master Franchise Services Agreement - MFSA", contrato por meio do qual a Companhia foi nomeada prestadora de serviços exclusiva da rede franqueada BURGER KING® no Brasil, devendo prestar serviços de marketing, treinamento, monitoramento, auditoria, entre outros.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	(a) Falha pela BKB em operar o restaurante BURGER KING® de acordo com os padrões do BURGER KING®; (b) venda de produtos não autorizados ou falha em vender produtos obrigatórios; (c) falha na utilização do padrão visual do sistema BURGER KING®; (d) não pagamento das respectivas taxas de royalties e contribuições ao fundo de marketing; (e) falência ou recuperação judicial da BKB; (f) deixar de ocupar o local aprovado ou abandono do restaurante; (g) decisão final condenando a BKB ao pagamento de valor material ou execução da BKB; (h) condenação do Managing Owner por crime; (i) falha no pagamento de valores materiais a fornecedores ou locadores; (j) questionamento da validade, uso não autorizado ou duplicação dos direitos de propriedade intelectual; (k) atos fraudulentos ou não éticos com relação à operação do restaurante BURGER KING®; (l) transferência de ações não autorizada pela BKB ou aquisição de participação em concorrente; (m) recusa em permitir a inspeção e auditoria da BKB.						
Natureza e razão para a operação	Exclusividade na prestação de serviços da rede franqueada BURGER KING® no Brasil.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora exclusiva de serviços da rede franqueada BURGER KING® no Brasil						
Burger King Corporation	13/07/2011	87.405.000,00	0,00	0,00	20 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia						
Objeto contrato	"Master Franchise and Development Agreement – MFDA", contrato por meio do qual a Burger King Corporation outorgou à Companhia o direito de ser a máster franqueada exclusiva da rede BURGER KING® no Brasil.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	(a) Falta de pagamento da BKB de valores devidos à BKB após o respectivo prazo de cura; (b) abertura de restaurantes BURGER KING® sem a respectiva aprovação e falha em obter a referida aprovação após o período de cura; (c) descumprimento das obrigações constantes do Contrato de Franquia (inclusive pagamento das respectivas taxas de franquia) em até 3% do total de restaurantes BURGER KING® detidos pela BKB; (d) falência ou recuperação judicial da BKB que não seja revertida em até 60 dias ou admissão da BKB de sua incapacidade de honrar com seus compromissos; (e) questionamento pela BKB da validade de quaisquer direitos de propriedade intelectual relativos ao sistema BURGER KING®; (f) prestação de informações materialmente falsas ou enganosas; (g) descumprimento das obrigações constantes no MFDA e demais contratos celebrados com a BKB e não sanadas após o respectivo prazo de cura (inclusive as metas anuais de aberturas de restaurantes BURGER KING®).						
Natureza e razão para a operação	Garantir à Companhia o direito de ser a máster franqueada exclusiva da rede BURGER KING® no Brasil.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Máster franqueada exclusiva						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em seu Código de Ética a Companhia formalizou uma política aplicável a todos os seus empregados e fornecedores, específica para evitar a prática de conflitos de interesses. Os itens especificamente previstos na política são: (i) na contratação e enquanto houver relação empregatícia com a Companhia, as pessoas que tenham vínculo de parentesco direto com outro(s) colaborador(es) devem assegurar a inexistência de conflito de interesse, sendo proibida qualquer relação hierárquica entre parentes; (ii) é inaceitável a ocorrência de qualquer forma de protecionismo ou privilégio na relação entre líder e liderados; (iii) a Companhia orienta seus colaboradores a não manterem relacionamentos sociais ou de qualquer outro tipo com fornecedores, caso esse relacionamento dê a impressão de que influências comerciais possam ser geradas; (iv) não é permitido o relacionamento amoroso entre colaboradores que tenham grau de subordinação ou que direta ou indiretamente possam influenciar nas atividades do parceiro; e (v) não aceitar de fornecedores, clientes, parceiros ou concorrentes nenhum valor, presente ou vantagem vinculada a uma ação em função da sua atividade exercida na Companhia.

Apesar de, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adotar uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações com partes relacionadas levam em consideração as práticas usais de mercado.

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, as transações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Ainda que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adote uma política de transações com partes relacionadas formalizada, as transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

As transações com Partes Relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas.

Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

As principais transações com partes relacionadas que a Companhia mantém são *Master Franchise and Development Agreement – MFDA* e *Master Franchise Services Agreement - MFSA* com a Burger King Corporation, acionista indireto da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 16.2

O saldo de contas a receber e *franchise fee* da Burger King Corporation é de R\$639 mil e R\$8.862 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. O saldo de obrigações corporativas em 31 de dezembro de 2017 é de R\$13.966 mil. Para maiores informações, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

O saldo de contas a pagar da Unidas S.A. e da Austral Seguradora S.A. é de R\$124 mil e R\$0 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
08/01/2019	915.412.449,13	-	224.277.280	0	224.277.280
Tipo de capital	Capital Subscrito				
08/01/2019	915.412.449,13	-	224.277.280	0	224.277.280
Tipo de capital	Capital Integralizado				
08/01/2019	915.412.449,13		224.277.280	0	224.277.280
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/11/2017	0,00	-	237.673.167	0	237.673.167

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/07/2014	Conselho de Administração	07/07/2014	343.695,06	Subscrição particular	531	0	531	38,28686487	647,26	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
19/08/2014	Assembleia Geral	19/08/2014	230.000.000,00	Subscrição particular	231.498	0	231.498	25.606,34146613	993,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme artigo 170, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		Dinheiro								
30/07/2015	Conselho de Administração	30/07/2015	1.313.104,50	Subscrição particular	1.725	0	1.725	116,23345929	761,22	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
18/12/2015	Conselho de Administração	18/12/2015	1,00	Subscrição particular	445	0	445	0,00008838	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
05/08/2016	Conselho de Administração	05/08/2016	9.662.155,70	Subscrição particular	12.070	0	12.070	853,97053664	800,51	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
05/08/2016	Conselho de Administração	05/08/2016	1,00	Subscrição particular	3.111	0	3.111	0,00008838	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
08/08/2016	Assembleia Geral	08/08/2016	350.000.000,00	Subscrição particular	0	361.798	361.798	30.607,51545680	967,39	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme artigo 170, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		Dinheiro								
22/06/2017	Conselho de Administração	22/06/2017	1,00	Subscrição particular	674	0	674	0,00000066	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Bônus de Subscrição nº 4 - Série 3 da Sommerville Investments B.V.								
Forma de integralização		Dinheiro								
22/06/2017	Conselho de Administração	22/06/2017	1,00	Subscrição particular	59.400	0	59.400	0,00000066	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Bônus de Subscrição nº 1 - Série 3 da Sommerville Investments B.V.								
Forma de integralização		Dinheiro								
09/10/2017	Conselho de Administração	09/10/2017	1,00	Subscrição particular	12.364	0	12.364	0,00000066	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Acordo de Acionistas da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
09/10/2017	Conselho de Administração	09/10/2017	1,00	Subscrição particular	66.608	0	66.608	0,00000066	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Acordo de Acionistas da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
09/10/2017	Conselho de Administração	09/10/2017	1,00	Subscrição particular	107	0	107	0,00000066	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Acordo de Acionistas da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/10/2017	Conselho de Administração	09/10/2017	1,00	Subscrição particular	688	0	688	0,00000066	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Bônus de Subscrição nº 3 - Série 3 da Sommerville Investments B.V.								
Forma de integralização		Dinheiro								
22/11/2017	Conselho de Administração	22/11/2017	20.149.244,00	Subscrição particular	4.252.600	0	4.252.600	0,02579360	4,74	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Bônus de Subscrição nº 1 – Série 2 detido pelo Sr. Luiz Eduardo Batalha								
Forma de integralização		Capitalização de créditos								
23/11/2017	Conselho de Administração	23/11/2017	24.085.722,06	Subscrição particular	2.662.200	0	2.662.200	0,01574121	9,05	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Nota Promissória Pro Soluta								
23/11/2017	Conselho de Administração	23/11/2017	8.591.718,72	Subscrição particular	1.262.300	0	1.262.300	0,00746380	6,81	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Nota Promissória Pro Soluta								
14/12/2017	Conselho de Administração	14/12/2017	886.153.842,00	Subscrição pública	49.230.769	0	49.230.769	91,52199461	18,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de mercado, definido após a conclusão de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia.								
Forma de integralização		Integralização em moeda corrente nacional, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, BACEN e CVM.								
28/08/2018	Conselho de Administração	28/08/2018	1.857.986,00	Subscrição particular	194.350	0	194.350	0,20740241	9,56	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/08/2018	Conselho de Administração	28/08/2018	36.704,49	Subscrição particular	5.251	0	5.251	0,00409723	6,99	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/08/2018	Conselho de Administração	28/08/2018	501.652,44	Subscrição particular	48.051	0	48.051	0,05599823	10,44	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
08/01/2019	Conselho de Administração	08/01/2019	16.863.987,00	Subscrição particular	1.720.815	0	1.720.815	1,87746326	9,80	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
08/01/2019	Conselho de Administração	08/01/2019	11.265,07	Subscrição particular	1.607	0	1.607	0,00125414	7,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								
08/01/2019	Conselho de Administração	08/01/2019	304.598,13	Subscrição particular	29.037	0	29.037	0,03391083	10,49	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Plano de outorga de opções de ações da Companhia								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
11/10/2017	1.648.703	0	1.648.703	164.870.300	0	164.870.300

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;
- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2017								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	612.836.590	17,65	17,16	R\$ por Unidade	17,37

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Sétima Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Colocação Privada
Data de emissão	20/10/2016
Data de vencimento	20/10/2020
Quantidade (Unidades)	202.500
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	1
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	202.500.000,00
Saldo devedor em aberto	205.683.039,18
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar a qualquer tempo o resgate antecipado total ou parcial das debêntures que dependerá de prévia oferta e aceitação dos titulares do CRA. O valor a ser pago a título de resgate antecipado em decorrência da oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor a ser informado pela securitizadora à Companhia por meio de notificação, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido à debenturista.
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	50% do valor nominal unitário das debêntures será pago no 24 ^a mês contado da data de emissão e 50% do valor nominal unitário será pago na data de vencimento. Vencimento antecipado não automático por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2016, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual aos ratios de 3,25x em 31 de dezembro de 2017 e inferior ou igual a 3,0x em 31 de dezembro de 2018 e para os próximos exercícios; (ii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Distribuição Pública
Data de emissão	24/04/2013
Data de vencimento	28/04/2018
Quantidade (Unidades)	15.000

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	2
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	150.000.000,00
Saldo devedor em aberto	20.325.001,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 15 parcelas trimestrais e iguais, após o término do período de carência de 18 meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 24/10/2014. Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2013, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos exercícios; (ii) o índice obtido pela divisão de EBITDA Ajustado por Despesa Financeira Líquida maior ou igual ao ratio 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x em 31 de dezembro de 2018; e (iii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Distribuição Pública
Data de emissão	14/03/2014
Data de vencimento	14/03/2019
Quantidade (Unidades)	10.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	2
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	100.000.000,00
Saldo devedor em aberto	33.465.762,70

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 15 parcelas trimestrais, após o término do período de carência de 18 meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 14/09/2015. Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2014, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos exercícios; (ii) o índice obtido pela divisão de EBITDA Ajustado por Despesa Financeira Líquida maior ou igual ao ratio 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x em 31 de dezembro de 2018 e; (iii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Distribuição Pública
Data de emissão	30/12/2014
Data de vencimento	30/12/2019
Quantidade (Unidades)	10.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	3
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	100.000.000,00
Saldo devedor em aberto	61.413.831,54
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida****Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Outras características relevantes

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 15 parcelas trimestrais, após o término do período de carência de 18 meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 14/09/2015.

Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2014, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos exercícios; (ii) o índice obtido pela divisão de EBITDA Ajustado por Despesa Financeira Líquida maior ou igual ao ratio 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e 3,0x em 31 de dezembro de 2018 e; (iii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.

Valor mobiliário**Debêntures****Identificação do valor mobiliário**

Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Colocação Privada

Data de emissão

31/08/2015

Data de vencimento

28/02/2019

Quantidade (Unidades)

51.354

Pessoas Físicas (Unidades)

0

Pessoas Jurídicas (Unidades)

1

Investidores Institucionais (Unidades)

0

Valor nominal global (Reais)

51.354.000,00

Saldo devedor em aberto

52.796.142,18

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate A Companhia poderá realizar a qualquer tempo o resgate antecipado total ou parcial das debêntures, observando: (i) o resgate antecipado depende de prévia oferta e aceitação dos titulares do CRA; (ii) o resgate antecipado somente será admitido caso a Companhia também promova uma oferta de resgate antecipado das debêntures da 5ª emissão, vinculadas à 2ª série da 1ª emissão da securitizadora, no mesmo montante da oferta de resgate antecipado ou no montante necessário para o resgate integral das debêntures da 5ª emissão, o que for menor; e (iii) caso a oferta de resgate antecipado seja aceita parcialmente pelos titulares do CRA, o valor não aceito deverá ser utilizado para o resgate antecipado das debêntures da 5ª emissão pelos titulares do CRA da série 2.

O valor a ser pago a título de resgate antecipado em decorrência da oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor a ser informado pela securitizadora à Companhia por meio de notificação, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido à debenturista.

Características dos valores mobiliários de dívida**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Outras características relevantes

O valor nominal unitário das debêntures ou saldo do valor nominal unitário será pago integralmente em uma única parcela na data de vencimento.

Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2016, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 3,0x em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e próximos exercícios; (ii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Colocação Privada
Data de emissão	31/08/2015
Data de vencimento	28/02/2019
Quantidade (Unidades)	51.354
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	1
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	51.354.000,00
Saldo devedor em aberto	52.796.142,18
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá realizar a qualquer tempo o resgate antecipado total ou parcial das debêntures, observando: (i) o resgate antecipado depende de prévia oferta e aceitação dos titulares do CRA; (ii) o resgate antecipado somente será admitido caso a Companhia também promova uma oferta de resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão, vinculadas à 1ª série da 1ª emissão da securitizadora, no mesmo montante da oferta de resgate antecipado ou no montante necessário para o resgate integral das debêntures da 4ª emissão, o que for menor; e (iii) caso a oferta de resgate antecipado seja aceita parcialmente pelos titulares do CRA, o valor não aceito deverá ser utilizado para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão pelos titulares do CRA da série 1.</p> <p>O valor a ser pago a título de resgate antecipado em decorrência da oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor a ser informado pela securitizadora à Companhia por meio de notificação, acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios devidos e ainda não pagos; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido à debenturista.</p>
-----------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Características dos valores mobiliários de dívida

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Outras características relevantes

O valor nominal unitário das debêntures ou saldo do valor nominal unitário será pago integralmente em uma única parcela na data de vencimento.

Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2016, de forma a verificar: (i) o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 3,0x em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos exercícios; (ii) limitação de distribuição de dividendos ao percentual máximo de 25% do seu resultado líquido.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Sexta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações para Distribuição Pública
Data de emissão	04/05/2016
Data de vencimento	04/05/2020
Quantidade (Unidades)	8.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	2
Investidores Institucionais (Unidades)	2
Valor nominal global (Reais)	80.000.000,00
Saldo devedor em aberto	62.126.695,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias da data de subscrição ou aquisição pelo investidor qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Outras características relevantes	<p>O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 13 parcelas trimestrais e iguais, após o término do período de carência de 12 meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 04/05/2017.</p> <p>Vencimento antecipado por descumprimento dos índices e limites financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras a partir de 31/12/2013, de forma a verificar o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado inferior ou igual ao ratio de 2,5x em 31 de dezembro de 2017 e para os próximos exercícios.</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código BKBR3.

As debêntures da segunda, terceira e sexta emissões acima descritas são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da B3.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**Segunda Emissão de Debêntures**

Os acionistas em assembleia geral extraordinária, realizada em 11 de março de 2014, aprovaram a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$100 milhões e foram emitidas 10 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil cada.

Terceira Emissão de Debêntures

Os acionistas em assembleia geral extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2014, aprovaram a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$100 milhões e foram emitidas 10 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil cada.

Sexta Emissão de Debêntures

Os acionistas em assembleia geral extraordinária, realizada em 04 de maio de 2016, aprovaram a sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$80 milhões e foram emitidas 8 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil cada.

Oferta Pública Inicial de Ações

Em dezembro de 2017, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária e secundária de 110.173.439 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, compreendendo: (i) a distribuição primária de 49.230.769 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de 60.942.670 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores, realizada no Brasil com esforços de colocação no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos então acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, ao preço de R\$18,00 por ação, perfazendo o montante de R\$1.983.121.902,00.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados ao investimento em novos restaurantes da Companhia; e aquisição de sociedades franqueadas da marca BURGER KING® e perfilhamento do passivo das referidas sociedades.

Os recursos obtidos por meio da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias foram destinados para (i) aquisição de, aproximadamente, 50 restaurantes de um franqueado BURGER KING®; (ii) expansão orgânica de novos restaurantes e aceleração da abertura de quiosques de sobremesas; (iii) projetos, como remodelagem de lojas existentes, implementação de inovações tecnológicas visando incremento de vendas e margem (como aplicativo de celular, quiosques de auto atendimento, e delivery); e (iv) pesquisa e desenvolvimento de novas marcas de *fast food*.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou nenhum plano de recompra nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 23/11/2017

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das suas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, Barueri, SP; e (ii) internet: site da Companhia (www.burgerking.com.br/ri), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação ou publicação (incluindo o dia da divulgação ou publicação) de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; e (ii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 23 de novembro de 2017, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.” (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“**Destinatários**”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (www.burgerking.com.br/ri), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador,

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e
- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, Barueri, SP; e (ii) internet: site da Companhia (www.burgerking.com.br/ri); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.